



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PSICOLOGIA –
SEGUNDO CICLO

TEIXEIRA DE FREITAS/BAHIA
ABRIL/2018

EQUIPE GESTORA**Vice-Reitora em Exercício da UFSB**

Joana Angélica Guimarães

Pró-Reitora de Gestão Acadêmica da UFSB

Janaina Losada

Decana do Centro de Formação em Ciências da Saúde (CFCS)

Márcia Maria Moraes

Colegiado *Pro tempore* do Curso de Psicologia

Caio Rudá de Oliveira

José Antonio Souza Vital

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Pedro Gonçalves Dantas

Roberta Scaramussa da Silva

Silier Andrade Cardoso Borges

Thayro Andrade Carvalho

EQUIPE TÉCNICA

Cristiano da Silveira Longo

Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Professor Adjunto da UFSB, *Campus Paulo Freire - Teixeira de Freitas/BA*.

Fábio Nieto Lopez

Psicólogo. Diretor de Teatro. Mestre e Doutor em Psicologia. Professor Adjunto da UFSB, *Campus Jorge Amado – Itabuna/BA*.

Gabriela Andrade da Silva

Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Experimental. Professora Adjunta da UFSB, *Campus Jorge Amado - Itabuna/BA*.

Gabriela Lamego

Psicóloga. Mestre em Saúde Comunitária. Doutora em Saúde Pública. Professora Adjunta da UFSB, *Campus Sosígenes Costa – Porto Seguro/BA*.

Marcelo Magalhães Andrade

Psicólogo. Mestre e Doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto da UFBA.

Maria Helena Machado Piza Figueiredo

Fonoaudióloga. Mestre em Educação Especial. Doutora em Educação. Professora Adjunta da UFSB, *Campus Jorge Amado - Itabuna/BA*.

Rafael Andrés Patiño

Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia. Pós-doutorado em Memória Social. Professor Adjunto da UFSB, *Campus Sosígenes Costa - Porto Seguro/BA*.

Raquel Siqueira da Silva

Psicóloga. Licenciada em Psicologia. Especialista em Musicoterapia. Mestre em Psicologia – Estudos da Subjetividade. Doutora em Psicologia – Estudos da Subjetividade. Pós-Doutorado em Saúde Pública. Professora Adjunta da UFSB, *Campus Sosígenes Costa – Porto Seguro/BA*

Stella Narita

Psicóloga. Licenciada em Psicologia. Bacharel em Filosofia. Especialista em Saúde Coletiva. Mestre em Psicologia Social. Doutora em Integração da América Latina. Professora Adjunta da UFSB, *Campus Paulo Freire – Teixeira de Freitas/BA*.

EQUIPE REVISORA

Caio Rudá de Oliveira

Psicólogo. Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Professor Assistente da UFSB, *Campus* Paulo Freire – Teixeira de Freitas.

Leandro Gaffo

Geógrafo. Mestre em Geografia Física. Doutor em Ciências da Religião. Professor Adjunto da UFSB, *Campus* Paulo Freire – Teixeira de Freitas.

Paula Rita Bacellar Gonzaga

Psicóloga. Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Professora Assistente da UFSB, *Campus* Paulo Freire – Teixeira de Freitas.

Roberta Scaramussa da Silva

Psicóloga. Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Raça e Gênero. Mestra em Psicologia Social. Professora Assistente da UFSB, *Campus* Paulo Freire – Teixeira de Freitas.

Silier Andrade Cardoso Borges

Psicólogo. Especialista em Saúde Coletiva. Especialista em Saúde Mental. Mestre em Saúde Coletiva. Professor Assistente da UFSB, *Campus* Paulo Freire – Teixeira de Freitas.

Thayro Andrade Carvalho

Psicólogo. Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental. Mestre em Psicologia Social. Professor Assistente da UFSB, *Campus* Paulo Freire – Teixeira de Freitas.

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

IES: Universidade Federal do Sul da Bahia

Sigla: UFSB

CNPJ: 18.560.547/000107

Categoria Administrativa: Pública Federal

Organização Acadêmica: Universidade

Lei de Criação: Lei 12.818, de 05 de junho de 2013

Endereço do sítio: <http://www.ufsb.edu.br>

Para operação institucional da oferta diversificada dos cursos em Regime de Ciclos, a estrutura institucional da UFSB compreende três campi, respeitando a ampla cobertura regional da instituição, com a seguinte distribuição de unidades acadêmicas:

Campus Jorge Amado - Itabuna

Endereço: Rod. Ilhéus-Vitória da Conquista, BR 415, km 39, Itabuna, BA, CEP: 45600-000

- Centro de Formação em Tecnociências e Inovação (CFTCI)
- Centro de Formação em Ciências e Tecnologias Agrárias (CFCTA)
- Instituto Jorge Amado de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)
- Rede CUNI Litoral Sul [Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus e Itabuna]

Campus Sosígenes Costa - Porto Seguro

Endereço: Rodovia Porto Seguro-Eunápolis, BR 367, km 10, Porto Seguro, BA, CEP: 45810-000

- Centro de Formação em Artes (CFA)
- Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS)
- Centro de Formação em Ciências Ambientais (CFCAm)
- Instituto Sosígenes Costa de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)
- Rede CUNI Costa do Descobrimento [Porto Seguro e Sta. Cruz Cabrália]

Campus Paulo Freire - Teixeira de Freitas

Endereço: Pça. Joana Angélica, 250, Bairro São José, Teixeira de Freitas, BA, CEP: 45996-115

- Centro de Formação em Ciências da Saúde (CFCS)
- Instituto Paulo Freire de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)
- Rede CUNI Extremo Sul [Teixeira de Freitas e Itamaraju]

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME:	Bacharel em Psicologia – Formação de Psicólogo	
MODALIDADE:	Segundo Ciclo	
ÊNFASES:	A) Processos Psicossociais e da Saúde; B) Processos Psicossociais e Comunitários	
LOCAL DE OFERTA:	<i>Campus</i> Paulo Freire (Teixeira de Freitas)	
CÓDIGO E-MEC:		
ATOS AUTORIZATIVOS:		
VAGAS:	30	
TURNO:	Integral	
REGIME LETIVO:	Quadrimestral	
PERÍODO MÍNIMO PARA A INTEGRALIZAÇÃO:	16 quadrimestres	1º ciclo: 9 quadrimestres
		2º ciclo: 7 quadrimestres
PERÍODO MÁXIMO PARA A INTEGRALIZAÇÃO:	30 quadrimestres	1º ciclo: 18 quadrimestres
		2º ciclo: 12 quadrimestres
CARGA HORÁRIA E CREDITAÇÃO PREVISTA:	4360 horas	1º ciclo: 1500 horas
		2º ciclo: 2860 horas
MODALIDADE DE ENSINO:	Presencial, com parte metapresencial, conforme legislação	
REGIME DE MATRÍCULA	Quadrimestral por componente curricular	

3. BASES LEGAIS

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia, atualmente, no Brasil, os cursos de Psicologia formam psicólogas e licenciadas, sendo a licenciatura considerada complementar em relação à formação regular. Esta última, realizada em curso de bacharelado, apresenta um mínimo de 4.000 horas, distribuídas ao longo de cinco anos, sendo 15% da carga horária total do curso, obrigatoriamente, oferecida em formato de estágio supervisionado. No caso da licenciatura em Psicologia, são acrescidas mais 800 horas, em projeto complementar ao de formação da psicóloga, sendo 300 horas obrigatórias em estágio supervisionado.

Conforme diretrizes legais do MEC para elaboração de Curso de Psicologia, os seguintes documentos devem ser considerados:

- o [Parecer CNE/CES nº 1.314/2001, aprovado em 7 de novembro de 2001](#)
Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia.
- o [Parecer CNE/CES nº 72/2002, aprovado em 20 de fevereiro de 2002](#)
Retificação do Parecer CNE/CES de 1.314/2001 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- o [Parecer CNE/CES nº 62/2004, aprovado em 19 de fevereiro de 2004](#)
Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- o [Resolução CNE/CES Nº 8, de 7 de maio de 2004](#)
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia
- o [Parecer CNE/CES nº 153/2007, aprovado em 8 de agosto de 2007](#)
Consulta referente à Resolução CNE/CES nº 8/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- o [Parecer CNE/CES nº 338/2009, aprovado em 12 de novembro de 2009](#)
Aprecia a Indicação CNE/CES nº 2/2007, que propõe a alteração do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
- o [Parecer CNE/CES nº 119/2010, aprovado em 7 de maio de 2010](#)
Consulta sobre a recusa de Registro Profissional dos Concluintes do Curso de Psicologia da Faculdade de Americana por parte do Conselho Regional de Psicologia (SP).
- o [Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011](#) - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia

Quanto às exigências vigentes para implementação do curso de Psicologia, a legislação atual pauta-se na Resolução nº 05 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 15 de março de 2011, a qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Outrossim, faz-se importante considerar toda a regulamentação envolvendo o histórico dos cursos de Psicologia no Brasil, a partir da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão de psicóloga; também a Resolução nº 10/2005, de 21 de julho, Conselho Federal de Psicologia (CFP), que aprova o Código de Ética do Profissional do Psicólogo; bem como as atribuições da profissão de psicóloga no Brasil, para integração no Catálogo Brasileiro de Ocupações, estabelecidas em conjunto pelo Conselho Federal de Psicologia e Ministério do Trabalho, em 17 de outubro de 1992; a Resolução de 016/2000, de 20 de Dezembro de 2000, do CFP, que dispõe sobre a realização de pesquisa psicológica em seres humanos e a Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o estágio profissional.

Além disso, o curso de Psicologia ora proposto atende às determinações da Resolução CNE/CP nº 01/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, indígenas e aos direitos humanos estão inclusas nas atividades curriculares do curso através da oferta de componentes curriculares (CCs) específicos. O curso de Psicologia também atende à Resolução CNE/CP nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. A Educação Ambiental está presente nas atividades curriculares do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

4. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia (CPsi/UFSB) visa ao atendimento de uma demanda regional de formação de profissionais nesta área em acordo com as diretrizes do Plano Orientador da Universidade Federal do Sul da Bahia. Pretende, ainda, apresentar um modelo inovador de formação, atendendo assim as reais necessidades da atuação profissional em nosso país e, mais particularmente, na Região Sul e Extremo Sul da Bahia. Desenvolve, portanto, o modelo de ciclos formativos, em regime quadrimestral, tal como proposto pela Universidade Nova, e incorporado pela UFSB na estruturação de todos os seus cursos, sejam eles de primeiro, segundo ou terceiro ciclo.

O CPsi/UFSB pretende formar um profissional competente, com sólida formação científica e técnica, capaz de prestar atenção integral à saúde e ao bem-estar humano, levando em consideração seu contexto cultural, social e comunitário. Este profissional terá as competências necessárias para atuar, de forma ética e humanizada, em diferentes áreas, consciente dos desafios da realidade política, econômica, cultural e social do Brasil contemporâneo. Acreditamos que a possibilidade de emergência do “novo” no ensino de Psicologia requer muito mais do que modificações nas estratégias pedagógicas ou atualizações curriculares num modelo de ensino superado: é preciso renovar a estrutura institucional e processos de ensino-aprendizagem mediante uma nova arquitetura curricular, com base em ciclos, eixos, blocos e componentes num modelo educacional flexível e aberto.

Neste documento assume-se o desafio de construir um curso de Psicologia, a partir do modelo de ciclos de formação implementado na UFSB. Desenvolvido em nível de segundo ciclo, este curso receberá egressos de todos os Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares (BIS e LIS) da UFSB, assim como receberá estudantes oriundos destas mesmas modalidades de ensino, de universidades nacionais e internacionais que adotam na sua estrutura o modelo de formação por ciclos. O Projeto Pedagógico visa superar problemas identificados em cursos de formação de psicólogas no Brasil que, de modo geral, permanecem anacrônicos em relação às problemáticas mais relevantes do contexto histórico no qual se localizam, apresentando um caráter conteudista ou academicista, próprio de modelos tradicionais de formação.

Para tanto, inicialmente é necessário caracterizar o território e o contexto de criação da UFSB, antes propriamente da apresentação do Projeto Pedagógico do CPsi/UFSB.

4.1 Histórico da Universidade Federal do Sul da Bahia

O contexto em questão é o Sul da Bahia, território de abrangência desta Universidade. A Região Sul da Bahia compreende originalmente os Territórios de Identidade 5 e 7, conforme classificação da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan/BA), denominados respectivamente de Litoral Sul e Extremo Sul. Na revisão de 2012, desmembrou-se o Território de Identidade 27 – Costa do Descobrimento, polarizado em Porto Seguro/Eunápolis.

A área de abrangência das atividades e programas de ensino, pesquisa e extensão da UFSB é composta por 48 municípios, ocupando uma área de 40.384 km², situada na costa meridional do Estado da Bahia. Sua população totaliza 1.520.037 habitantes (dados do Censo 2010). A maior parte dos municípios é de pequeno porte; apenas o município de Itabuna ultrapassa 200 mil habitantes e apenas Ilhéus, Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis têm mais de 100 mil habitantes.

Figura 1 – Mapa da Região Sul da Bahia. Fonte: Seplan/Estado da Bahia



O Sul da Bahia tem uma importância única na história da constituição do Brasil como Nação, cultura e povo, tanto do ponto de vista econômico e político, quanto lingüístico, artístico e cultural. Compreende a região que recebeu oficialmente a esquadra dos portugueses, capitaneada por Pedro Álvares Cabral, em 1500. Com a instalação da capital da colônia na Cidade do Salvador, em 1549, a Bahia conhece um notável desenvolvimento entre os séculos XVI-XVIII. Durante o período colonial, a região tornou-se uma das mais importantes produtoras de açúcar na América portuguesa, tendo alcançado seu apogeu por ocasião da invasão de Pernambuco pelos holandeses.

Além da intensa produtividade econômica decorrente da lavoura canieira, duas outras culturas eram relevantes na região – o fumo, usado como moeda de troca por pessoas escravizadas, nas costas africanas, e a mandioca, fundamental para o abastecimento tanto da

população urbana quanto da mão-de-obra explorada através da escravidão. No fim desse período, o território baiano era a região mais densamente ocupada do Brasil, agregando maior contingente populacional que a própria capital da Colônia. Além disso, representava importante centro de produção agrícola para consumo interno e externo e, por meio da navegação nos fundos da baía e nos estuários, cumpria o papel de elo entre capital e interior do Estado.

Ao longo do período colonial, a população baiana foi-se constituindo por meio da miscigenação de índios, portugueses e, majoritariamente, negros descendentes de pessoas forçosamente trazidas de distintas regiões africanas, que já eram mais de 70% da população desde o início do século XIX. É importante destacar que a agricultura baseada no escravagismo e a exploração mercantil da cana de açúcar que marcaram a história da Bahia resultaram na constituição de uma sociedade desigual e marcada por elevados índices de pobreza e opressão. Nesse contexto, a Província da Bahia produziu um legado cultural de enorme importância, onde elementos trazidos pelos colonizadores europeus misturaram-se às culturas indígenas autóctones e ao patrimônio de diferentes etnias africanas, com idiomas, diversas heranças artísticas, poéticas, culinárias, religiosas e comportamentais.

Com a mudança nos percursos de ligação capital-interior e a crise da agroindústria açucareira, a Bahia experimentou profunda estagnação econômica, a partir do final do século XIX. Nessa fase, foi de fundamental importância a monocultura do cacau, principal sustentáculo da economia do Estado da Bahia durante quase todo o século XX. Especificamente no Território Litoral Sul, até a década de 1980, concentrava-se a maior produção de cacau no Brasil, na época uma das principais *commodities* agrícolas na pauta de exportação. A introdução da vassoura-de-bruxa, fungo de alta patogenicidade, praticamente dizimou a cacauicultura, passando o Brasil de exportador a importador de cacau e derivados.

Na parte média da Região Sul, no Território Costa do Descobrimento, nas últimas décadas tem-se expandido a atividade de turismo (regional, nacional e internacional), principalmente após a instalação do principal vetor de desenvolvimento da região (a rodovia BR-101), que permitiu consolidar um dos maiores parques hoteleiros do país. Trata-se, entretanto, de atividade econômica com alto grau de sazonalidade, com graves problemas socioculturais e ambientais. Na seção meridional da Região Sul, recentemente tem-se implantado extensa área de cultivo de eucalipto, matéria-prima para produção de celulose, processada em plantas industriais localizadas na região e destinadas principalmente à exportação. Apesar de substituir principalmente áreas de pecuária extensiva, ecologicamente degradadas, esse setor produtivo tem sido criticado por seu caráter de monocultura, com pouco impacto na geração de empregos.

Nos territórios de abrangência da UFSB, encontra-se uma das mais importantes áreas protegidas do Corredor Central da Mata Atlântica, compreendendo quatro parques nacionais – Descobrimento, Monte Pascoal, Pau-Brasil e Abrolhos – cobrindo cerca de 50.000 hectares de mata e 90.000 hectares de ecossistemas marinhos. O Parque Nacional Marinho de Abrolhos é a região mais rica em recifes de coral do Atlântico Sul. Infelizmente, o desenvolvimento econômico do território tem-se dado sobre ecossistemas especialmente diversos, valiosos, belos e frágeis. Nas últimas décadas, tais ecossistemas têm sido sistematicamente dizimados.

A economia baiana só voltou a ter novo impulso, ainda que restrito geograficamente à parte nordeste da região, com a descoberta de petróleo, na década de 1950, e a subsequente instalação de equipamentos industriais de refino de combustíveis e derivados. Apesar disso, os investimentos industriais, principalmente no setor petroquímico, concentraram-se no entorno de Salvador, acentuando ainda mais o subdesenvolvimento econômico e social do restante do Estado. Essa situação, entretanto, começa a mudar na Região Sul da Bahia, na medida em que

se materializam investimentos estratégicos dos governos federal e estadual previstos para os próximos anos: uma via férrea dedicada ao transporte de minérios (Ferrovia Oeste-Leste), um porto de exportação de minérios e grãos (Porto Sul), aeroportos internacionais e um conjunto diversificado de parques industriais. Tais projetos de desenvolvimento regional e outras possibilidades deles decorrentes demandam profissionais qualificados para sua implantação e consolidação e, posteriormente, para a manutenção dos empreendimentos e iniciativas. Para isso, será imprescindível a formação, urgente e em larga escala, de mão de obra qualificada em nível universitário, nas áreas acadêmicas e em carreiras profissionais e tecnológicas pertinentes.

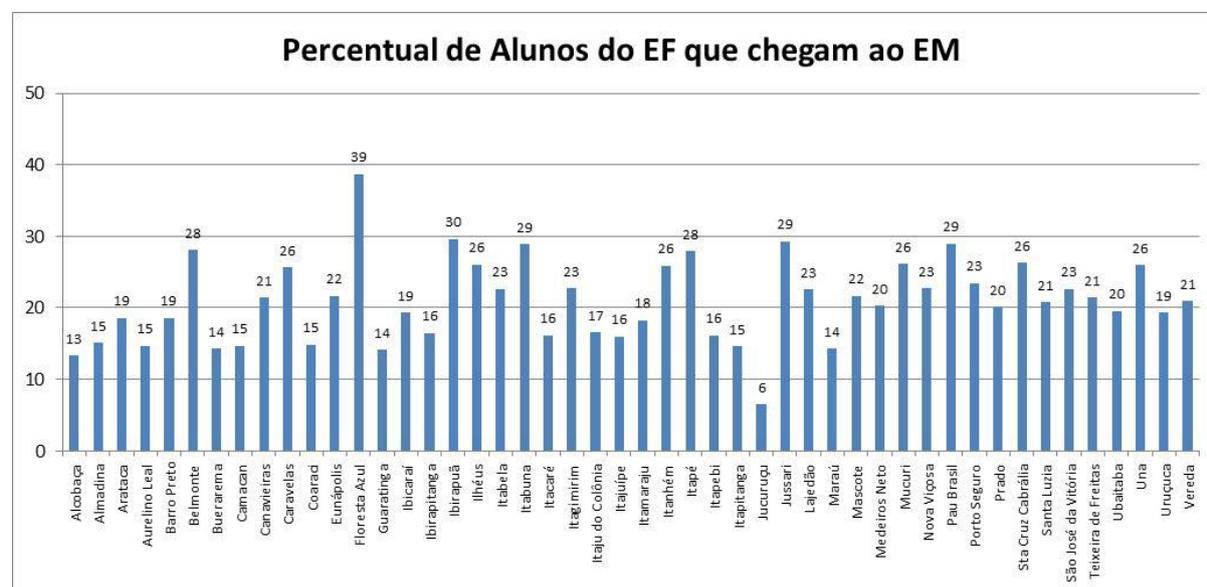
Esse conjunto de demandas e oportunidades contrasta com o quadro de deficiências educacionais e baixíssima cobertura de educação superior pública atualmente observado em contraste com a crescente ampliação da educação privada de terceiro grau, conforme analisado a seguir.

4.2 Demanda Social por Educação

A região apresenta indicadores educacionais bastante precários. Cerca de 290.000 estudantes encontram-se matriculados em 1.878 estabelecimentos de ensino fundamental e 66.000 no ensino médio, em 165 escolas públicas, em sua maioria da rede estadual. Conforme dados da SEC/Estado da Bahia sobre matrículas na Educação Básica por municípios, região Sul da Bahia, em 2010, há variação no contingente de jovens matriculados na educação básica nos municípios da Região, ressaltando a enorme defasagem entre os níveis fundamental e médio de ensino.

Observa-se no Gráfico 1 que a maior perda ocorre na passagem do ensino fundamental ao ensino médio. Apenas 22% dos egressos no primeiro nível ascendem ao nível médio de ensino, com enorme variação entre municípios (39% em Floresta Azul a 6% em Jucuruçu). Em dezenove desses municípios, a taxa de perda na transição supera 80%.

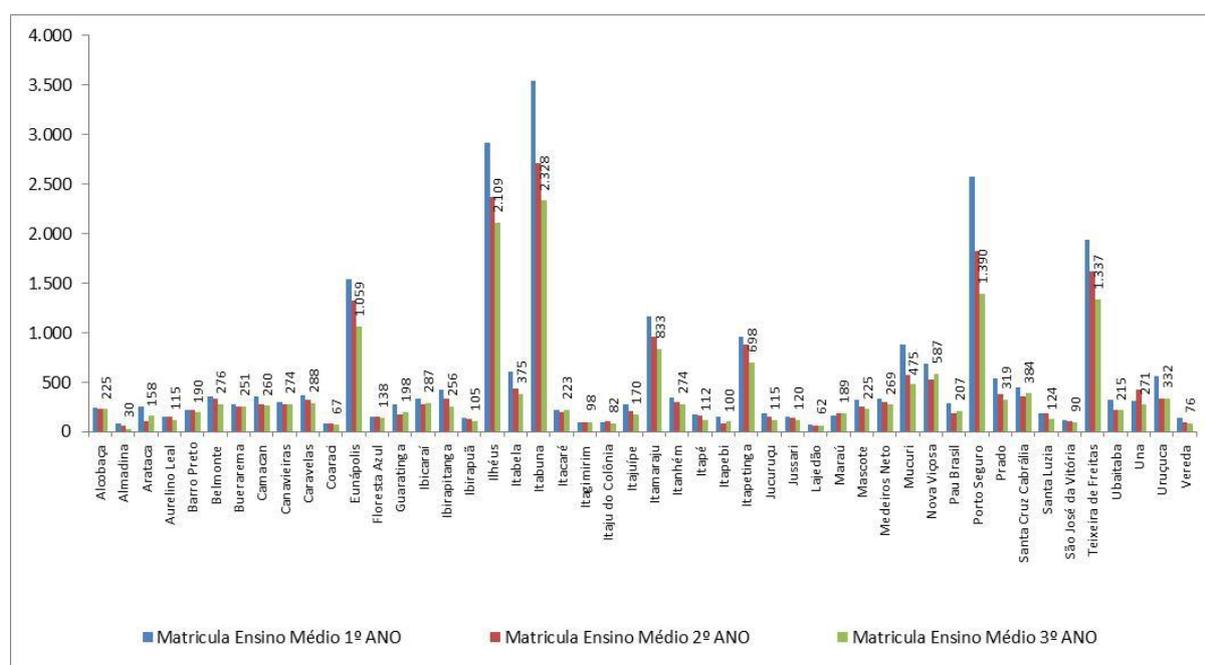
Gráfico 1: Taxa de acesso do Ensino Fundamental ao Ensino Médio por Município. Região Sul da Bahia, 2010.



Observa-se ainda, conforme dados da SEC/Estado da Bahia sobre matrículas no ensino médio por municípios na região Sul da Bahia, em 2010, a variação no contingente de estudantes do ensino médio por município, em parte devido à variação populacional, porém também como decorrência das taxas diferenciadas de perda na transição do nível fundamental ao médio. Jucuruçu e Almadina são os municípios com menor população escolar nesse nível (respectivamente 139 e 161 estudantes), em contraste com Itabuna (8.700 estudantes) e Ilhéus (7.500 estudantes), Porto Seguro (5 700 estudantes) e Teixeira de Freitas (4.900 estudantes).

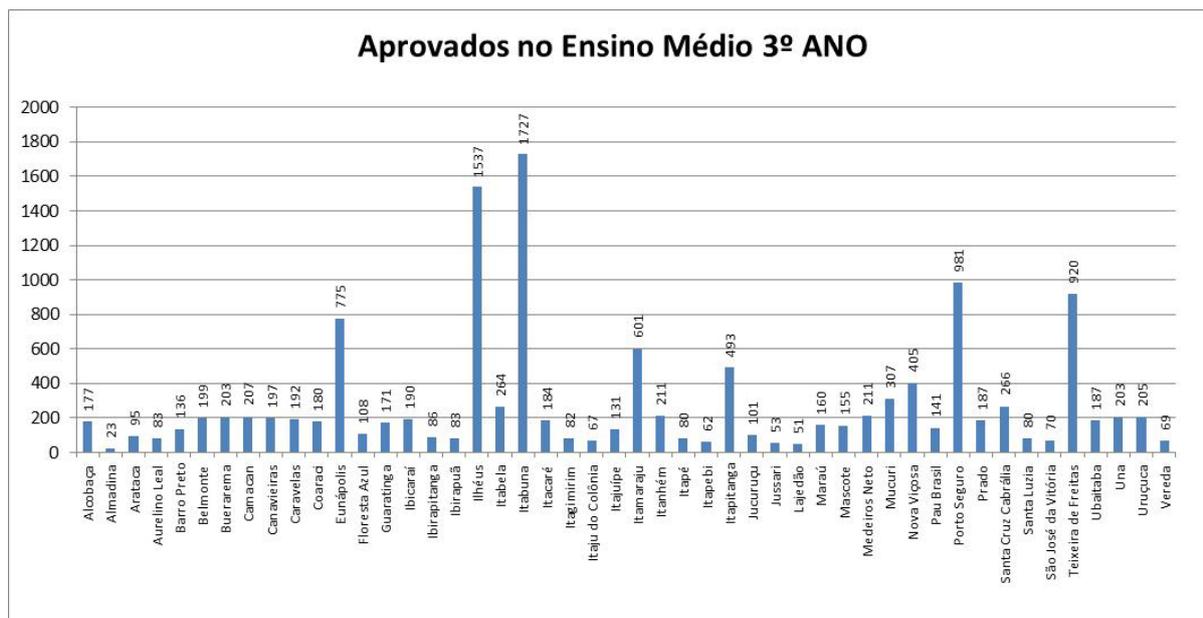
O Gráfico 2 demonstra que as taxas de evasão dentro do ensino médio são bastante reduzidas, dado que o tamanho dos contingentes matriculados não varia muito entre as séries escolares.

Gráfico 2: Matrículas no Ensino Médio por Série e Município. Região Sul da Bahia, 2010.



Entretanto, conforme o Gráfico 3, mais que a evasão, os percentuais de aprovação contribuem muito para os totais de graduados do Ensino Médio que, potencialmente, irão compor a demanda por educação superior proveniente da rede pública de ensino. Nesse gráfico, verifica-se que, além das sedes Itabuna/Ilhéus, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, os municípios com maior concentração de graduados do ensino médio são, pela ordem, Eunápolis (775 egressos), Itamaraju (601), Nova Viçosa (405), Mucuri (307), Santa Cruz de Cabrália (266) e Itabela (264). Vários outros municípios (Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Caravelas, Coaraci, Ibicaraí, Itanhém, Medeiros Neto, Una e Uruçuca) graduam em torno de 200 estudantes a cada ano.

Gráfico 3: Aprovados no último ano do Ensino Médio por Município. Região Sul da Bahia, 2010.



Para atender à demanda social por educação superior, a Região Sul da Bahia conta com quatro instituições públicas e 11 estabelecimentos privados. Ressaltamos de antemão que nenhuma instituição pública na região oferece o curso de Psicologia.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), criada em 1991, oferece anualmente 800 vagas em cursos de graduação nas áreas de saúde, ciências da vida, ciências humanas, engenharias e ciências exatas e tecnológicas. Apesar de situar-se num único campus, na rodovia Ilhéus-Itabuna, a área geoducacional da Uesc abrange as sub-regiões conhecidas como Baixo-Sul (11 municípios), Sul (42 municípios) e Extremo-Sul (21 municípios), perfazendo um total de 74 municípios. O quadro de pessoal da UESC é composto por 780 docentes e 409 servidores técnicos e administrativos.

Atualmente, encontram-se matriculados na UESC 9.469 estudantes na graduação presencial, EaD/UAB, Parfor e pós-graduação. São ofertados 44 cursos de graduação, sendo 33 presenciais regulares – 22 bacharelados e 11 licenciaturas, sendo 01 curso de licenciatura regular na modalidade Educação a Distância. Quanto aos cursos e programas de pós-graduação stricto-sensu, encontram-se em andamento 16 mestrados, 04 doutorados e 05 cursos lato-sensu.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), criada em 1983, é de natureza multicampi e multirregional. Oferece 108 opções curriculares de graduação, 9 programas de pós-graduação *stricto sensu*, além de 217 programas especiais de graduação, em 24 *campi* em todo o Estado da Bahia. Tem nos seus quadros 2.003 professores e 1.147 técnicos administrativos, acolhendo cerca de 40.000 estudantes. Especificamente na Região Sul, a UNEB mantém *campi* em Eunápolis e em Teixeira de Freitas. Em Eunápolis, oferece Bacharelado em Turismo e licenciaturas em Letras com Língua Portuguesa e História, num total de 140 vagas, contando com 43 professores e 12 técnicos administrativos. Em Teixeira de Freitas, a universidade oferece os seguintes cursos: licenciaturas em Pedagogia, História, Letras com Língua Portuguesa, Ciências Biológicas, Matemática e Letras com Língua Inglesa, em um total de 235 vagas, contando com 80 professores e 25 técnicos administrativos.

Além de cursos regulares de graduação, a UNEB oferece cursos especiais de Artes, Biologia, Educação Física, História, Letras com Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia e Geografia nos municípios de Eunápolis e Belmonte, totalizando 450 vagas. Em Teixeira de Freitas, Itanhém, Caravelas e Itamaraju, oferta cursos de Artes, Administração Pública, Biologia, Educação Física, Geografia, História, Letras com Língua Espanhola, Matemática, Pedagogia, Sociologia, Informática e Química, totalizando 1.400 vagas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado pela Lei nº 11.892/2008, é resultado das mudanças promovidas no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia. O IFBA oferece desde cursos de nível médio, até à graduação, formações tecnológicas, bacharelados, engenharias e licenciaturas. Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFBA planeja implantar cinco novos *campi* até 2014: Brumado, Euclides da Cunha e Juazeiro – onde já existem núcleos avançados do Instituto, além de Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus.

Atualmente, o IFBA possui 16 *campi* e cinco núcleos avançados. Em particular, na Região Sul, o IFBA oferece, em Porto Seguro, licenciaturas em Química, Computação e intercultural indígena, e em Eunápolis, licenciatura em Matemática e curso superior de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas, perfazendo um total de 230 vagas.

A formação tecnológica tem sido promovida na Região Sul também pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano), autarquia criada em 2008, de natureza pluricurricular e multicampi. O IF Baiano é constituído por 10 *campi*, situados nas cidades de Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença, atendendo 6 843 estudantes, distribuídos em 52 Cursos Técnicos. Cursos de graduação são ofertados a 740 estudantes, incluindo Licenciaturas, Bacharelados e Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Agroindústria.

Na Região Sul da Bahia, o IFBaiano tem campus em Uruçuca, com 629 estudantes, e em Teixeira de Freitas, com 528 estudantes, em Cursos Técnicos.

De fato, o setor privado predomina em termos de quantidade de vagas e matrículas na Região Sul. No Quadro 2, pode-se observar que a rede privada de ensino superior é composta de 11 estabelecimentos de ensino, cobrindo praticamente todo o território de abrangência da UFSB. No total, oferecem mais de 9.300 vagas presenciais, em 76 cursos de graduação. Não obstante, considerando a reduzida articulação inter-institucional, essa oferta mostra-se insuficiente nas áreas estratégicas para o desenvolvimento da região, como por exemplo nas engenharias e nas licenciaturas em ciências exatas e da natureza.

Como vimos acima, no total, cerca de 14.000 estudantes se graduam, na rede pública de ensino médio da Região a cada ano e 3.000 estudantes da rede privada completam esse contingente. Portanto, considerando uma latência de três anos para os graduandos no ensino médio e uma desistência de 50% ao ano entre os que buscam acesso à formação universitária, podemos estimar uma demanda potencial para educação superior da ordem de 24.700 candidatos/ano em todos os municípios da Região.

Quado 1 – Distribuição da oferta de ensino superior privado na Região Sul da Bahia.

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	CURSOS	VAGAS
Itabuna	FTC	9	800
	UNIME	9	1 210
Ilhéus	Centro de Ensino Superior de Ilhéus	8	3500
	Faculdade Madre Thaís	5	600
Ibicaraí	Faculdade Montenegro	4	440
Eunápolis	Unisulbahia	9	900
Cabrália	Faculdade Ciências Médicas da Bahia	1	120
Porto Seguro	Instituto Nossa Senhora de Lourdes	6	700
Itamarajú	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	4	550
Teixeira de Freitas	Faculdade do Sul da Bahia - FASB	12	1 520
	Faculdade Pitágoras	11	1 540
Região Sul	Totais	76	11.880

Fonte: SEC/Estado da Bahia.

Do lado da oferta, a rede institucional oferece um total de 10.725 vagas de ensino superior, sendo apenas 1.475 dessas vagas em cursos regulares no setor público de ensino.

Os grandes destaques da UESC são o Curso de Medicina, com foco na atenção primária em saúde, detentor da melhor avaliação Enade/Inep na Bahia e, na pós-graduação, a área de Biotecnologia. Apesar da criação de novos cursos na UESC e a alta qualidade da formação em

alguns dos seus cursos, o porte reduzido dessa instituição universitária dificulta a entrada e oferta de vagas públicas aos jovens do território do Litoral Sul da Bahia.

Nos territórios meridionais da Região, a situação é ainda mais dramática, com insuficiente cobertura de educação superior pública. A Universidade do Estado da Bahia, em Eunápolis e em Teixeira de Freitas, oferece apenas 375 vagas em cursos regulares de graduação. O Ifba disponibiliza apenas 230 vagas de nível superior, em Eunápolis e em Porto Seguro.

Quadro 2 – Distribuição da oferta de ensino superior público na Região Sul da Bahia, 2013.

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	CURSOS	VAGAS
Ilhéus	Universidade Estadual de Santa Cruz	44	800
Teixeira de Freitas	Universidade do Estado da Bahia	6	235
Eunápolis	Universidade do Estado da Bahia	3	140
	Instituto Federal da Bahia	2	130
Porto Seguro	Instituto Federal da Bahia	3	100
Uruçuca	Instituto Federal Baiano	2	70
Região Sul	Totais	60	1 475

Fonte: SEC/Estado da Bahia.

Em contraste com o quadro de deficiências educacionais e baixa cobertura de educação superior delineado acima, os projetos de desenvolvimento regional e outras possibilidades deles decorrentes demandarão recursos humanos qualificados para sua implantação e, posteriormente, para a consolidação dos empreendimentos e iniciativas. Para isso, será imprescindível a formação, urgente e em escala massiva, de mão de obra qualificada em nível superior, nas áreas acadêmicas e em carreiras profissionais e tecnológicas pertinentes.

Enfim, face às carências e às oportunidades aqui delineadas, justifica-se plenamente a iniciativa de implantar na região uma instituição federal de educação superior (IFES) de porte médio e com inovador desenho institucional ajustado a esse contexto de carências e demandas.

Dessa forma, pretende-se ampliar a oferta de vagas públicas no nível superior de formação, em paralelo e em sintonia com a melhoria dos indicadores pertinentes ao ensino básico, reforçando os programas de aumento da qualidade do ensino fundamental e médio na região.

É certo que o desenvolvimento da região terá como base ferrovias, trens e portos para transporte de minérios, parques industriais e centros de distribuição de bens e serviços. Para torná-la sustentável e socialmente impactante, será preciso engajar e beneficiar preferencialmente a população da região, mediante programas de formação em engenharia de Transportes, Química, Logística, Mineração etc., destinados prioritariamente à formação de mão de obra local.

Entretanto, para além do desenvolvimento imediato, é preciso também identificar demandas específicas relacionadas a propostas de formação relacionadas não somente ao crescimento econômico, mas também ao desenvolvimento social e humano da Região. Nesse caso, enquadram-se os campos da Saúde, do Desenvolvimento Ambiental Sustentável, das Humanidades e das Artes. Por exemplo, pode-se apontar o Território do Extremo Sul da Bahia como futuro polo de referência em termos de assistência médica e promoção da saúde e o território da Costa do Descobrimento como polo de formação em Ciências Humanas e Sociais e em Ciências Ambientais. Logicamente, tudo isso com o entendimento interdisciplinar compatível com as mais avançadas tendências científicas, acadêmicas e tecnológicas do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, cria-se a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

A justificativa para o projeto pedagógico de um Curso de Psicologia inovador e atualizado exige o atendimento às demandas sociais e dívidas históricas, ao mesmo tempo em que atende aos determinantes institucionais e supre as exigências acadêmicas. Nesse sentido, detalham-se a seguir as principais justificativas para a criação deste curso na Região Sul da Bahia, com base em um novo modelo de educação superior: a Universidade Nova.

Desde o seu início, os cursos de Psicologia no Brasil foram responsáveis pela formação de profissionais que têm atuado principalmente em torno de três eixos: na saúde, na educação e nas organizações, com especial ênfase no âmbito clínico-psicoterapêutico (BASTOS; GONDIM, 2010). Essa marcada proeminência na área clínica, entre outros motivos, encontra-se associada a uma carência na formação das competências necessárias para a atuação em outros âmbitos. Não obstante, algumas iniciativas vêm enfatizando a pertinência de formar profissionais cientes e capazes de exercer seu importante papel social e político a partir da criação e ampliação de novos cenários de atuação profissional que demandam perfis adequados às exigências e necessidades desses âmbitos, entre os que podem ser destacados o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social.

Para atender a essas demandas, o CPsi/UFSB não se limita apenas a uma mudança curricular, mas defende uma reforma significativa que objetiva a resolução de problemas básicos do ensino da área psicológica, comuns a outras áreas de conhecimento. Nesse sentido, torna-se necessário o reconhecimento da crise do paradigma dominante para a produção de conhecimento, crise resultante da reflexão epistemológica que tem se produzido desde o final do século XX, nos situando em um processo de transição e disputa epistemológica, em que a inter-transdisciplinaridade e o pensamento complexo aparecem como possíveis alternativas paradigmáticas. Neste cenário, a nova ordem científica, o paradigma emergente na pós-modernidade, visa a superação de modelos tradicionais, assentados em um pensamento de base mecanicista, que privilegia a hiper-especialização do conhecimento como resultado do princípio da divisão do todo em partes e a consequente fragmentação dos objetos de

conhecimento. Esta reflexão aqui atualizada justifica e fortalece a opção por uma formação organizada por ciclos com uma base interdisciplinar.

O lastro metodológico pretendido como ponto de partida para a construção desta proposta de ensino psi se pauta por uma visão holística, para produzir um conhecimento local e relacionado com o global, e que evite a fragmentação disciplinar, em benefício da organização temática do conhecimento. Assim, o processo de conhecimento se baseia em temas que circulam, se encontram e se inter-relacionam, para produção de um tipo de conhecimento que é constituído a partir de uma pluralidade metodológica, que se tornará realidade pela ousadia e pela transgressão dos modelos cristalizados pela ciência moderna, conforme se verá mais adiante, de forma mais detalhada, no item proposta pedagógica.

Nesse contexto, levando em consideração os princípios norteadores da UFSB, o curso de Psicologia ora proposto objetiva a criação de um modelo educacional crítico, reflexivo, interativo e inovador, que busca a operacionalização e efetivação do compromisso social da Psicologia, constituindo-se como um agregador de conhecimentos técnicos e emergentes, e de elementos indispensáveis para fomentar a criatividade, o saber holístico, o agir ético, a responsabilidade social e uma visão atualizada do mundo, de modo a configurar um perfil de egresso adaptável às novas e emergentes demandas, reflexo da dinamicidade cultural e comportamental da sociedade, e dando ênfase especial ao pluralismo, à constituição das novas formações subjetivas, à mediação de conflitos institucionais e grupais, e assim por diante.

Sopesando a necessidade da adaptação dos cursos de Psicologia a esta nova dimensão sócio-político-econômico-cultural no Brasil e no mundo, os docentes do Grupo de Trabalho do Curso de Psicologia da UFSB principiaram a realização do Projeto Pedagógico, que contempla uma perspectiva crítico-reflexiva, humanista e transformadora, que integra os diversos níveis do processo educacional proposto no trabalho de Projeto Pedagógico.

Outro aspecto que justifica implantação do curso é a escassez de oferta de vagas em instituições públicas na região de abrangência da UFSB (cf. quadro abaixo). A implantação do curso pretende abrir a possibilidade de acesso da população local ao ensino público e gratuito de excelência. A oferta de mais um curso de Psicologia, desta vez por uma instituição universitária pública, permitirá não apenas a formação de mais profissionais, mas uma articulação desta formação com a pesquisa e a extensão, importantes para o enfrentamento das problemáticas relevantes da região, nos distintos âmbitos de atuação da Psicologia.

Quadro 3. Oferta de Vagas de Psicologia nas IES do Sul da Bahia (área de abrangência da UFSB)

Instituição	Tipo	Localização	Vagas	CPC
Cesupi	Privada	Ilhéus	100	*
FTC	Privada	Itabuna	120	3
Facsul	Privada	Itabuna	120	3
Pitágoras	Privada	Teixeira de Freitas	100	*

TOTAL	440	-
CPC: Conceito Preliminar de Curso. Na avaliação do MEC a nota máxima é 5 e a mínima para reconhecimento do curso é 3 / (*) Não consta informação.		
Referências: As informações foram extraídas do Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior e da nossa lista de contatos das coordenações de cursos de psicologia da Bahia, atualizada semestralmente. (Conforme resposta à consulta ao CRP-03, recebida em 21/08/2017 15:16:17.)		

Conforme ressaltado anteriormente, nota-se a inexistência de instituições de ensino superior públicas que ofereçam o curso de Psicologia. Ademais, da mesma forma, na região de Eunápolis e Porto Seguro, onde localiza-se um dos *campi* da UFSB, inexistente a oferta do curso de Psicologia,

4.3 Da Necessidade do Ensino da Psicologia articulado à Realidade Social

Um particular problema que afeta o Brasil e o Estado da Bahia e, em especial, a região sul baiana, são os altos índices de violência, contra jovens, mulheres, negros e indígenas, todos pobres. Partindo-se da premissa que a violência é um fenômeno social complexo, multifacetado e multicausal, sua apreensão e modos de enfrentamento exigem múltiplos olhares, demandando o debate entre os vários campos do conhecimento, setores da sociedade civil e do poder público. Assim, entende-se que, na formação da futura psicóloga, deve estar presente a dimensão política do seu trabalho, em distintos campos de atuação, garantindo a interface entre universidade, redes de serviços de saúde, educação, assistência social e de garantia de direitos no combate à violência de qualquer tipo.

O crescimento vertiginoso do turismo local, especialmente a partir da década de 90, levou a uma ocupação desordenada do espaço urbano, sem planejamento e sem o devido incremento de infraestrutura urbana básica, como saúde, educação, saneamento, pavimentação, fornecimento de energia elétrica, coleta e destinação adequada de lixo. Essa debilidade no planejamento vem acarretando severos problemas socioambientais, tais como a devastação de florestas com extinção de espécies nativas, a marginalização das culturas indígenas, o crescimento populacional desordenado, deslocamento sazonal com aumento da produção de esgoto e lixo, poluição do mar, assoreamento dos rios, favelização, aumento da circulação de veículos, especulação imobiliária e descaracterização da arquitetura (CARVALHO, 2008), além do aumento da violência e da exclusão social.

Conforme dados do IBGE, em 2017, Porto Seguro tem uma população estimada de 149.324 hab., em uma área de 2.287,085 km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), em 2010, foi considerado médio; seu valor era de 0,676. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes (área urbana) foi de R\$ 400,00. Conforme Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros, de 2003, a Incidência da Pobreza registrada é de 52,17%, e o Índice de Gini foi de 0,47. Já a cidade de Teixeira de Freitas apresentava uma população estimada de 161.690 hab., distribuída em uma área de 1.165,622 km². Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) era de 0,685, considerado médio. Já o Índice de Gini foi de 0,53. Dados

de 2015 apontam também um PIB absoluto de R\$ 2.111.283 mil, e um PIB per capita de R\$ 13.382,57.

Cabe destacar que os problemas decorrentes da exploração do turismo predatório não param se estendem. De certo, a geração de empregos pelo setor é de extrema relevância para a economia local, todavia é patente que a inserção da população local ou de migrantes de povoados vizinhos atraídos pelo mercado de turismo com qualificação educacional é baixa. Dados de um estudo realizado por Sakowski (2015) mostram a importância da geração de empregos pelo turismo no Estado da Bahia, através da taxa de dependência no turismo baseada no número de empregos nas denominadas “atividades características do turismo”, que é de 6,0%, contra a média nacional de 5,0%. Especificamente para o Município de Porto Seguro, essa taxa é de 39,5%. Todavia, esse mesmo estudo demonstra que apenas 3,1% dos trabalhadores do setor de turismo na cidade de Porto Seguro possuem ensino superior e 36,8% dos trabalhadores não possuem mais que ensino fundamental, o que reflete na remuneração média mais baixa que é de R\$ 779, ou seja, 5,5% menor que a média do estado que é de R\$ 825,00 (SAKOWSKI, 2015). Cabe ressaltar que o estudo não contemplou os empregos não registrados em carteira de trabalho, ou seja, os empregos informais que são consequência do crescimento vertiginoso do turismo associado à baixa qualificação profissional e ao baixo nível de educação formal dos trabalhadores que resulta em uma realidade de subempregos, empregos informais e, muitas vezes, trabalhadores que se submetem a condições de trabalho degradantes, com jornadas exaustivas, direitos trabalhistas vilipendiados e com a própria dignidade da pessoa humana comprometida.

Outras consequências negativas do turismo não planejado, associado a outros fatores como a pobreza, a exclusão social, a baixa escolaridade e consequente não inserção no mercado de trabalho etc., são a exploração sexual comercial de adultos, crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, aliciamento para trabalho em condições sub-humanas. Vale ressaltar que a exploração sexual comercial contra criança e adolescentes (ESCCA) consiste numa das mais graves violação dos direitos humanos e, como fenômeno complexo, apresenta-se permeado por questões de natureza social, econômica, cultural, política e jurídica, que repercute, dada sua crueldade e violência, profundamente sobre o desenvolvimento emocional de suas vítimas.

Nesse âmbito, a Bahia ocupa posição de destaque, em números absolutos, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ocupando o quarto lugar entre os estados que concentraram os maiores quantitativos de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo Faleiros (1997), citado por Silva (2009), o aparato policial e judiciário necessita do auxílio da cultura da cidadania para o combate ao turismo sexual e à exploração sexual de crianças. Através do desenvolvimento da cidadania é que a sociedade pode cobrar a adoção de políticas públicas que promovam o fortalecimento e a valorização do território e da população local, propiciando trabalho digno e qualificado para a comunidade local e evitando assim, a busca pela sobrevivência em atividades degradantes como a prostituição e o tráfico de entorpecentes. A Psicologia, como área de conhecimento e profissão, tem muito a contribuir com a compreensão do fenômeno e com o seu enfrentamento, com vistas à erradicação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região. Aqui, mais uma vez, resgata-se a dimensão política, fundamental no trabalho da psicóloga que, por meio da produção e difusão de conhecimentos acerca dos fatores de risco e proteção do desenvolvimento infantil e do desenvolvimento de técnicas e procedimentos, pode contribuir no sentido da promoção do empoderamento daqueles sujeitos que foram envolvidos com a exploração sexual comercial. Conforme Dimenstein (1992), citada por Silva (2009), a exploração sexual de crianças e adolescentes tem profundas relações com o tráfico de drogas.

A marginalização favorece o aumento do tráfico de drogas que, por sua vez, leva ao aumento do número de homicídios e outras formas de violência.

Porto Seguro é a cidade que registrou em 2012 a maior taxa de homicídios entre os municípios com mais de 100 mil habitantes (101,03), seguida por Eunápolis (96,46) e Teixeira de Freitas (90,21). Nesse cenário, o número de assassinatos contra jovens e mulheres são enormes. A região apresenta índices alarmantes de violência. Dois dos principais municípios da região - Itabuna e Porto Seguro – figuraram, nos últimos anos dentre os mais violentos do país, em termos de número de assassinatos. No “Mapa da Violência: Mortes Matadas por Arma de Fogo” (WAISELFISZ, 2015a) pode-se perceber a presença dessas duas cidades no ranking, em destaque.

Considerando-se os homicídios e óbitos por armas de fogo, através das taxas médias de 2010 a 2012 em municípios com mais de 20.000 habitantes, Porto Seguro ocupa a 7a. posição no ranking nacional, registrando 125 óbitos por armas de fogo em 2012, com taxa média de 92,9 homicídios. Itabuna, por sua vez, ocupa a 11a. posição, Eunápolis a 27a. Posição, e Teixeira de Freitas a 26a. posição. A variação percentual do número de homicídios na População Total, no estado da Bahia, de 2002 a 2012, foi 242,1%, registrando um total de 5.936 homicídios em 2012 (WAISELFISZ, 2014, p.24). Outras violências devem ser também enfocadas: violência contra mulheres, contra jovens, crianças e adolescentes, e contra indígenas, quilombolas e comunidades pescadoras. Conforme o Mapa da violência na Bahia, Porto Seguro e cidades vizinhas se destacam em homicídios. Porto Seguro aparece em lista com maior número de assassinatos contra mulheres. Quatro cidades baianas estão na lista das cidades brasileiras com maiores índices de violência contra a mulher: Porto Seguro, Simões Filho, Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas. Completam a lista das cinco cidades mais violentas do estado Ibirapitanga (3º lugar, com taxa de 123,4 mortes e 28 assassinatos), Itaparica (4º lugar, com taxa de 119,1 mortes e 25 assassinatos) e Porto Seguro (taxa de 115,5 mortes e 152 assassinatos).

No Brasil, Porto Seguro ocupa a 10ª posição de cidade com maior número de mortes. Considerando-se o ordenamento dos 100 municípios com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino, com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres (por 100 mil), no Brasil de 2009-2013, temos que Porto Seguro, com uma população média de 64.638 mulheres, apresenta taxa média de homicídio de mulheres de 15,5 (por 100 mil), ocupando a 19º posição do ranking. Considerando essa taxa, o município de Porto Seguro fica atrás, na Bahia, somente dos municípios de São João da Mata (7a. posição), Pojuca (9a. posição) e Itacaré (10a. Posição) (WAISELFISZ, 2015b, p.22-24).

O Índice de Vitimização Juvenil por Armas de Fogo permite qualificar a incidência e prevalência do fenômeno no mundo jovem. A Bahia apresenta “índices extremamente elevados de vitimização juvenil”, conforme revelado em Waiselfisz (2015a). Considerando o número e taxas (por 100 mil) de homicídio nos municípios com mais de 10 mil habitantes, de 2008 a 2012, Porto Seguro apresenta uma taxa de 115,5 em 2012, ocupando a 10ª posição no ranking nacional, e a 5ª posição no ranking estadual. E se considerarmos o número (por 100 mil) de homicídio nos municípios com mais de 10 mil jovens, de 2008 a 2012, Porto Seguro apresentava uma taxa de 245,5 em 2012, ocupando a 7ª posição no ranking nacional, e a 5ª posição no ranking estadual. As maiores taxas de homicídio concentram-se na juventude, com maior concentração entre os 15 e os 20 anos; ressalta-se que as mortes por homicídios, inclusive entre os jovens, são ocorrências notadamente na população masculina negra.

Também há graves indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes em Porto Seguro e nessa região do estado. As cidades de Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália apresentam elevados índices, envolvendo também comunidades indígenas.

Não obstante o turismo seja um fator de dinamização da economia local e social, o cenário descrito aponta para a necessidade de se incentivar um turismo planejado, ambientalmente e economicamente viável e socialmente justo, com vistas a mitigar esse cenário de problemas sociais e ambientais. Segundo a Organização Mundial de Turismo, o turismo sustentável é o turismo que leva à gestão de todos os recursos de formas que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte de vida são reservados. Assim, o desenvolvimento sustentável nesse ramo pode ser possível em se respeitando os requisitos: i) sustentabilidade econômica; ii) sustentabilidade social; iii) sustentabilidade ambiental; iv) sustentabilidade cultural e v) sustentabilidade política que se consolida através do apoio e participação da população local (UNWTO, 2013). Esse último requisito se coaduna com a gestão turística democrática e sustentável prevista no Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2012). Ou seja, a gestão democrática, a governança social, é possível mediante a participação da população local na implementação de políticas públicas na área do turismo. Para tanto, é necessário o empoderamento da sociedade civil para o exercício da cidadania, tão fundamental para o desenvolvimento local. Daí a importância de um curso de Psicologia na região, para enfrentar essas questões ligadas às diversas formas de violência e iniquidades sociais e econômicas e contribuir com o desenvolvimento da região em termos ambientais, econômico, culturais. Para entender o papel de um curso de Psicologia no enfrentamento de problemas que se desdobram da situação de iniquidade e exclusão social na região, faz-se necessário, mais uma vez, pensar a Psicologia como prática política transformadora, inscrevendo sua produção de conhecimentos e suas intervenções práticas no âmbito do jogo do poder e das micropolíticas. Assim a própria dimensão política e ressignificada e é apreendida em toda e qualquer prática social que implique em produção de subjetividade.

De acordo com os dados do IBGE, Teixeira de Freitas possui uma população estimada de 161.690 hab., em uma área de 1.165,622 km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM – 2010), por sua vez, é de 0,685. O PIB per capita do município equivale a R\$ 13.382,57. Contudo, a população teixeirense apresenta salário médio mensal de 2 salários mínimos, evidenciando a elevada desigualdade social e a baixa distribuição de renda entre os munícipes. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.6%. De acordo com o Mapa de Pobreza e Desigualdade, a Incidência de Pobreza em Teixeira de Freitas é de 53,01% e o Índice de Gini de 0,46.

Pesquisa desenvolvida por docentes e alunos vinculados à Universidade do Estado da Bahia – UNEB apontou que a baixa qualidade microbiológica da água de poços rasos de residências localizadas em um bairro do município Teixeira de Freitas, identificando que 20% das amostras estavam contaminadas por coliformes termotolerantes, não atendendo os padrões de potabilidade para o consumo humano (REIS; FORTUNA, 2014). Os indicadores do IBGE demonstram que 24,1% das unidades residenciais sequer possuem saneamento básico.

O Mapa da Violência de 2016 aponta que houve 80 homicídios por armas de fogo em Teixeira de Freitas, apresentando taxa média de 55,7 a cada 100.000 habitantes, ocupando a 66ª posição dentre os 150 municípios com mais de 10.000 habitantes. A leitura dos dados desagregados possibilita compreender como se relacionam, na Bahia, os marcadores sociais de raça, racismo estrutural e violência. No estado, em 2014 a taxa de homicídios de pessoas brancas por arma de fogo foi de 9,5, enquanto que a taxa de homicídios de pessoas negras foi

de 33,3 a cada 100.000 habitantes. Trata-se da expressão local de uma realidade nacional. A vitimização negra no país, que em 2003 era de 71,7%, saltou para 158,9% em 2014. Morre proporcionalmente no Brasil 71,7% mais negros que brancos (WAISELFISZ, 2015a).

O Mapa da Violência – A Cor dos Homicídios no Brasil realizado em 2012 identifica que em Teixeira de Freitas, no ano de 2010, morreram 69 jovens negros, em contraste com a morte de 3 jovens brancos. A taxa de homicídios de jovens negros equivale a 243,6 e de 28,7 brancos para cada 100.000 habitantes. O número de assassinatos de negros em Teixeira de Freitas foi 2.300% maior que o de brancos neste mesmo ano (WAISELFISZ, 2012).

De acordo com o Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres no Brasil, há vitimização seletiva por cor e idade das mulheres. Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no país. As taxas de homicídio da população branca tende a cair, enquanto que aumenta a taxa de mortalidade entre mulheres negras. O número de homicídios de brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576 em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. Em menor escala, idêntico processo se observa a partir da vigência da Lei Maria da Penha: o número de vítimas cai 2,1% entre as mulheres brancas e aumenta 35,0% entre as negras. O município de Teixeira de Freitas apresenta taxa média de homicídio de 9,2 mulheres a cada 100.000 habitantes, colocando-o na posição 151º dentre os 5.565 municípios brasileiros com mais de 10.000 mulheres (WAISELFISZ, 2015b).

Nesse sentido, aponta-se para a pertinência da implementação do curso de Psicologia no município de Teixeira de Freitas, atentamente articulado neste projeto pedagógico à realidade regional do Sul da Bahia, estabelecendo as condições éticas, técnicas e político-pedagógicas para a formação de psicólogas alinhadas às realidades locais e comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero que se expressam através de seus indicadores.

Quanto aos problemas sociais, também cabe apontar o problema da monocultura na região Sul do Estado que vem gerando o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar local, afetando comunidades tradicionais camponesas como Pataxós e Tupinambás, sem-terra e pescadores artesanais, devido à ocupação de grandes áreas agricultáveis pela cultura da celulose, inclusive aquelas destinadas à reforma agrária, terras indígenas e no entorno de Unidades de Conservação da Mata Atlântica (SANTOS; SILVA, 2004).

Há que ressaltar ainda, a apropriação de terras devolutas por grileiros. No que tange às comunidades indígenas, Porto Seguro encontra-se na 2ª região mais violenta do país. Conflitos fundiários e envolvendo demarcação de terras indígenas geram constantes tensões na região, sendo comum a presença da Força de Segurança Nacional na área. Conforme informações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Coordenação Regional do Sul da Bahia, e todas as CTLs subordinadas, lidam com as consequências do grande conflito fundiário que caracteriza a microrregião. A Coordenação Regional do Sul da Bahia está localizada em Eunápolis, Extremo Sul da Bahia, e apresenta, como unidades subordinadas, as Coordenações Técnicas Locais de Itamaraju, Porto Seguro I (Santa Cruz Cabrália) e Porto Seguro II, Prado, Itabuna, Ilhéus, Pau Brasil e Camacan. As etnias Tupinambá de Olivença, Tupinambá de Belmonte, Pataxó e Pataxó Hã Hã Hã habitam tradicionalmente esta região em Terras Indígenas (TI) denominadas de Águas Belas, Fazenda Bahiana, Caramuru-Paraguassu, Tupinambá de Olivença, Tupinambá de Belmonte, Coroa Vermelha, Mata Medonha, Imbiriba, Barra Velha (Aldeia Mãe), Aldeia Velha e Cahy Pequi, além de outras que estão em estudo, com uma população aproximada de 18.127 indivíduos. Estas populações são de antigo contato, porém,

sofreram esbulho de suas terras, sendo a agropecuária, o artesanato e turismo das populações indígenas as principais atividades desenvolvidas pelos indígenas da região do Extremo Sul da Bahia.

Para além da concentração fundiária, a monocultura de eucalipto no Extremo Sul da Bahia, provocou a diminuição no número de empregados no campo (permanentes e temporários) e do trabalho familiar, que resultou em um processo intenso de êxodo rural e uma reorganização socioeconômica. Estudo realizado por Cerqueira Neto (2012), apontou que entre os municípios da grande região Nordeste brasileira, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Eunápolis e Mucuri tiveram, no período de 1991/2000, as maiores taxas de crescimento populacional: entre 3.50 a 15.60 e, segundo o autor, 1991 marca o início das atividades do eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Além disso, a baixa absorção de mão-de-obra por hectare e a alta mecanização, características dessa cultura, contribuem para a redução do número de empregos. Diante desse cenário restou à população sem emprego na indústria de papel e celulose e expulsa de suas terras pela monocultura, para garantir o sustento, trabalhar como mão-de-obra autônoma (pintor, pedreiro), temporária no setor de comércio e serviços dos centros turísticos, em especial em Porto Seguro, como ambulantes ou adentrar no mundo da prostituição e da criminalidade, fazendo do tráfico de entorpecentes e de roubos, seu ganha pão. Em geral, tanto os poucos trabalhadores da monocultura de eucalipto quanto àqueles absorvidos pelo setor de turismo em Porto Seguro, não possuem seus direitos trabalhistas respeitados, sendo, muitas vezes, submetidos a jornadas exaustivas, trabalho sem carteira assinada, em condições de insalubridade, sem atendimento aos padrões de segurança e com salários abaixo do mínimo da categoria. Bairdi e Teixeira (2010), apontam que a estrutura de emprego no Litoral Sul e Baixo Sul da Bahia possuem alta incidência de relações de emprego precárias, devido à informalidade, aliada a escassos empregos formais qualificados. Segundo os autores, a população empregada com carteira assinada nesses territórios em 2007 era de apenas 10,9% no litoral sul e 6,9% no baixo sul, ou seja, menor que a do Estado da Bahia (12,4%) e muito abaixo da taxa nacional (20%).

Estudo realizado pelo IMA em 2008 aponta, juntamente com os problemas supracitados, a grave falta de governança, regional e local, posto que “não há ordenamento nem zoneamento do território; não há coordenação das intervenções públicas relativas aos plantios de eucalipto na região; não há políticas agrícolas, não há políticas fundiárias; não há controle da legalidade da venda de terras; não há estudos/normas específicas estabelecendo índices recomendáveis de ocupação para as plantações por municípios; não há um mapeamento que proporcione uma visão de conjunto dos conflitos antigos e atuais, nem do status nem do tratamento dado aos mesmos nas esferas administrativas de diversos órgãos atuantes na região ou do judiciário (IMA, 2008, p. 18).

Já Andrade, Oliveira e Germani (2013), alertam para a necessidade da mobilização da sociedade civil no sentido de impor limites às ações das corporações, resguardando os interesses coletivos e a defesa do meio ambiente. Os autores trazem o exemplo de Leis de Iniciativa Popular dos municípios de Itarantim, Maiquinique e Barra do Choça, já aprovadas, que restringem o avanço indiscriminado deste modelo de produção intensificada e predatória. Para tanto, o empoderamento da sociedade civil para o exercício da cidadania mostra-se, mais uma vez, fundamental.

Quanto ao projeto dos governos federal e estadual para a implantação da ferrovia Oeste-Leste, Porto Sul e parque industrial, Baiardi e Teixeira (2010) acreditam que o projeto do Porto-Sul não é uma alternativa de desenvolvimento sustentável para os territórios do Litoral Sul e Baixo Sul, alegando riscos a sua área de implantação que é de grande valor e fragilidade ambiental, obscuridades no seu modelo institucional, questionando a viabilidade econômica da

ferrovia Oeste-Leste, a falta de planos para incremento da infraestrutura das cidades envolvidas no projeto e, por fim, afirmando que o empreendimento trará impactos negativos sobre o turismo na região. Segundo os autores, a região do Litoral Sul e Baixo Sul devem ser pensadas integradamente para a concepção de seu desenvolvimento sustentável, a ser guiado por um plano, que os autores chamam de “pré máster plan” e deve envolver a sociedade civil e o Estado, tendo como mola propulsora o protagonismo ambiental (Idem). Esse protagonismo ambiental decorre do exercício da cidadania que, certamente, pode ser ampliado a partir de um curso de Psicologia na região, em articulação com o curso de Direito da UFSC, que aborde todas essas questões, envolvendo as comunidades e a sociedade local para as questões socioambientais, econômicas e culturais; porque também demanda a construção de uma cultura política e social voltada para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico com equidade social.

Assim, o curso de Psicologia também pode contribuir com o enfrentamento dessas questões por meio de formação voltada para a Psicologia e Direitos Comunitários, Psicologia Ambiental, Psicologia dos Povos Indígenas. Dessa maneira, a Psicologia, dentre as múltiplas estratégias possíveis, poderia intervir nas distintas instâncias institucionais com vistas a construir possibilidades de existência sobre as quais incidam menos sofrimento psíquico decorrente de conflitos e disputas territoriais e onde se instaurem a ética da convivência pacífica.

Por outro lado, a Psicologia vem ocupando a vários anos um papel central na área de saúde no Brasil ocupando distintas posições dentro rede pública de saúde, desde a atenção básica aos serviços especializados em saúde mental. O entendimento da saúde não como apenas a ausência de doença e a importância das dimensões social e psíquica, tanto na compressão, como no acolhimento em saúde implica justificativa a inserção do psicólogo nos distintos cenários de atuação dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

A nova definição levará em conta fatores socioeconômicos, ambientais, estilos de vida e até a forma de organização dos serviços de saúde para explicar o processo de saúde-doença (SENNE, 2011). Tais diretrizes abrem a porta para a construção de políticas públicas de assistência social com ações preventivas e não apenas reativas, nas quais os psicólogos ocupam posições de destaque e um lugar legítimo, justificado ainda pelo questionamento de intervenções centradas no biomédico tradicional.

Ao mesmo tempo, a psicologia durante as últimas décadas assumiu no Brasil um compromisso explícito com a transformação social e com as políticas públicas a esta relacionadas. Entre elas, as voltadas para grupos vulneráveis, análise de práticas de exclusão social, sofrimento psíquico relacionado aos processos de marginalização, entre outros fenômenos próprios de uma sociedade caracterizada por uma desigualdade social estrutural a respeito do acesso a direitos. Por esse motivo, a inserção do psicólogo em diferentes instituições do Sistema Único de Assistência Social é uma realidade no panorama ocupacional da profissão.

Até 2010 atuavam no Brasil mais de 8.000 psicólogos em áreas de assistência social¹ e 20.000 no Sistema Único de Saúde (SUS), além dos que apoiam outros processos como o de habitação de interesse social, o fortalecimento do turismo, a redução da privação da liberdade de adolescentes, o trabalho com idosos, a justiça e a implantação da Reforma Psiquiátrica. O crescimento exponencial do campo de exercício da psicologia caracteriza-se pela diversidade

¹ Atualmente, 20.463 profissionais de psicologia atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A categoria de psicólogas é a segunda maior depois dos assistentes sociais, representando um aumento de 75% nos últimos quatro anos (Jornal do CFP, Ano XXIII, n. 105/dez 2012)

de formas de intervenção nessas áreas e pela confusão dos psicólogos à respeito da sua função (CEDEÑO, 2010). A área de implementação e acompanhamento de políticas públicas se consolida, então, como um dos principais campos de ação dos psicólogos. Os profissionais devem enfrentar uma série de dificuldades nesta área, para as quais podem não estar preparados, como a falta de recursos, a demanda de atenção que ultrapassa as capacidades institucionais, a instabilidade laboral a hegemonia do modelo clínico de formação etc. (CEDEÑO, 2010).

Diante deste panorama, Cedeño (2010) defende que as universidades devem facilitar a discussão crítica acerca do exercício profissional procurando articular a teoria e a prática, como um dos princípios da Psicologia. Este descompasso entre os perfis dos formandos e a realidade laboral demanda a criação de cursos que dialoguem efetivamente com as demandas dos contextos de atuação dos futuros egressos. É a partir desta perspectiva que se apresenta a proposta deste curso. A autora propõe a Psicologia Comunitária do Cotidiano uma nova forma de exercício justificada pelas características do campo de intervenção na interface psicologia-políticas públicas.

A visão de Foucault, segundo a qual as políticas públicas são formas de governo da população², acrescenta mais um critério que deve nortear a prática pública dos psicólogos, porque ela se articula perfeitamente com o princípio de autogestão da psicologia comunitária e com a possibilidade de transformação social. Em consequência, a execução e a formulação das políticas são um lugar propício para a prática da Psicologia Comunitária, no contexto de redefinição de instituições em crise como a família, o manicômio, a escola, ou a prisão, mas também de uma democracia fortalecida, se comparada com o momento em que nasceu.

Para concluir, a Psicologia Comunitária contemporânea não deve perder de vista as mudanças contextuais, às vezes por ela mesma promovidas, que fazem com que seu campo de ação e objetivos se modifiquem para atender à realidade do âmbito no qual atua. Surge, então, a interface Psicologia-Políticas Públicas, como um campo possível de prática para responder aos problemas contemporâneos, sendo possível a revisão de teorias e métodos com o pano de fundo dos princípios orientadores que a fundamentam: uma Psicologia contextualizada, que promove a autogestão e compromisso com a transformação social.

É nesse contexto que se constrói a proposição do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia, com o objetivo de entregar à sociedade sul-baiana e brasileira profissionais com sólida formação técnica, humanística e interdisciplinar, espírito crítico e compromisso com a construção da cidadania. Um curso com formação comprometida com as questões locais e regionais e com sua população a partir de um espírito público que a formação em uma universidade pública permite. Finalmente, um curso de formação articulado com a pós-graduação, que conjugue a aprendizagem de habilidades e competências profissionais, com a apropriação de ferramentas de pesquisa, de modo que a produção de conhecimento esteja articulada e transforme a prática no sentido da luta pela construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

² Conceito retomado de Foucault por Cedeño (2010).

5. PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) compreende o ensino superior como tarefa civilizadora e emancipatória, a um só tempo formadora e transformadora do ser humano. Concebida para atender às exigências educacionais do mundo contemporâneo, bem como às especificidades culturais, sociais, artísticas e econômicas da Região Sul do Estado da Bahia, sem negligenciar o desenvolvimento nacional e planetário. Anima esta Universidade a possibilidade de recriação da educação pública brasileira como vetor de integração social e como fator de promoção da condição humana, aspectos pouco valorizados no modelo educacional vigente.

A UFSB anuncia sua razão de ser, alicerçada na solidariedade e no compartilhamento de conhecimentos, habilidades, desejos, impasses e utopias que, em suma, constituem a riqueza imaterial que chamamos de saberes ou espírito de uma época. Nessa perspectiva, pauta-se nos seguintes princípios político-institucionais: eficiência acadêmica, com uso otimizado de recursos públicos; compromisso inegociável com a sustentabilidade; ampliação do acesso à educação como forma de desenvolvimento social da região; flexibilidade e criatividade pedagógica, com diversidade metodológica e de áreas de formação; interface sistêmica com a Educação Básica; articulação interinstitucional na oferta de educação superior pública na região e promoção da mobilidade nacional e internacional de sua comunidade.

A matriz político-pedagógica funda-se em três aspectos: regime curricular quadrimestral, propiciando otimização de infraestrutura e de recursos pedagógicos; arquitetura curricular organizada em ciclos de formação, com modularidade progressiva e certificações independentes a cada ciclo; combinação de pluralismo pedagógico e uso intensivo de recursos tecnológicos de informação e comunicação.

A UFSB funciona em regime letivo quadrimestral (três quadrimestres por ano) com períodos letivos de 72 dias, totalizando 216 dias letivos a cada ano. Este regime inclui os dias de sábado para atividades de orientação e avaliação, com horários concentrados em turnos específicos e oferta de atividades e programas à noite, de modo que o calendário anual da UFSB é estruturado conforme Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Modelo do Calendário Acadêmico Anual

Quadrimestre	Duração	Período
Primeiro	72 dias	Fevereiro - março - abril – maio
Recesso	14 dias	Fim de maio
Segundo	72 dias	Junho - julho - agosto - setembro
Recesso	14 dias	Meados de setembro
Terceiro	72 dias	Setembro - outubro - novembro - dezembro
Férias	45 dias	Natal e mês de janeiro (integral)

Conforme já indicado no PDI, a estrutura institucional da UFSB conta com três esferas de organização, correspondendo a ciclos e níveis de formação:

- Colégio Universitário (CUNI)
- Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC)
- Centro de Formação Profissional e Acadêmica (CF)

Como a organização institucional baseia-se em forte interligação entre níveis e ciclos de formação, a estrutura administrativa reflete essa interconexão estruturante da própria estrutura multicampi. Fortemente pautada na utilização de tecnologias digitais, a gestão da UFSB tem como base uma estrutura administrativa enxuta e descentralizada, autonomizando os campi, sem entretanto perder a articulação de gestão com os diversos setores da Administração Central. Ou seja, tanto no plano acadêmico quanto administrativo, combinam-se, de modo orgânico, a descentralização da gestão de rotina com a centralização dos processos de regulação, avaliação e controle de qualidade.

Para ampliar a oferta de vagas públicas no nível superior de formação, em paralelo e em sintonia com a melhoria dos indicadores pertinentes ao ensino básico, a UFSB oferece cobertura ampla e capilarizada em todo o território da Região Sul da Bahia através da Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (CUNIs). A Rede Anísio Teixeira é formada por unidades implantadas em assentamentos, quilombos, aldeias indígenas e em localidades com mais de 20 mil habitantes e com mais de 300 egressos do ensino médio. Os CUNIs funcionam preferencialmente em turno noturno, em instalações da rede estadual de Ensino Médio. Para viabilizar uma integração pedagógica efetiva, com aulas, exposições e debates, transmitidos em tempo real e gravados em plataformas digitais, cada ponto da Rede CUNI conta com um pacote de equipamentos de tele-educação de última geração, conectado a uma rede digital de alta velocidade.

Para superação de importante lacuna no cenário educacional da Região e do Estado, a UFSB oferta ainda a opção de Licenciatura Interdisciplinar (LI) em primeiro ciclo. Para dar suporte a essas atividades, previstas no currículo do CUNI e articuladas com o EMP, durante horários extracurriculares, aproveitando sua conexão digital, os Colégios Universitários podem também operar como centros/pontos de cultura e de iniciação científica, artística e tecnológica. Desse modo, a Rede Anísio Teixeira pretende efetivamente contribuir para dinamizar cenários econômicos e culturais das cidades interioranas da região, sobretudo aquelas de menor porte.

O ingresso na UFSB se dá pelo Enem/SISu, de duas maneiras: (a) diretamente nas quatro opções de BI ou (b) em Área Básica de Ingresso (ABI) para LI, com opção de conclusão no BI. Há reserva de vagas para egressos do ensino médio em escola pública, com recorte étnico-racial equivalente à proporção censitária do Estado da Bahia, sendo metade dessas vagas destinadas a estudantes de famílias de baixa-renda.

6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia orienta-se a partir dos princípios e valores presentes no Plano Orientador da UFSB. Tomando como referência tais diretrizes, se articula com o modelo de arquitetura curricular por ciclos e valoriza a formação interdisciplinar, permitindo a entrada de egressos dos distintos BIs e LIs que compõem um primeiro ciclo de formação. O curso compartilha o modelo pedagógico da UFSB nos processos de ensino-aprendizagem, valorizando a autonomia dos estudantes, o desenvolvimento de habilidades de trabalho em equipe e reconhecendo as problemáticas e demandas do território no qual se insere, como espaços de formação e atuação dos futuros psicólogos. Finalmente, o curso adota a política de cotas da UFSB, cumprindo com seu papel e responsabilidade social como instituição pública de ensino superior.

7. OBJETIVO DO CURSO

O CPsi/UFSB propõe formar profissionais capazes de atuar, investigar e intervir sobre problemáticas e fenômenos psicossociais, nos distintos âmbitos do seu exercício profissional, a partir de uma compreensão teórico-metodológica plural e complexa da psicologia, e de uma postura crítica e reflexiva sobre os princípios éticos da atuação profissional.

8. PERFIL DO EGRESSO E MATRIZ DE COMPETÊNCIAS

8.1. Perfil do Egresso

O egresso do CPsi/UFSB estará capacitado para realizar análises críticas e intervenções com sujeitos individuais e coletivos, em contextos públicos e privados nas distintas áreas de atuação profissional, tendo presente as relações entre a Psicologia e a sociedade. Espera-se, ainda, que o egresso seja um profissional de formação científica e humanística, capaz de produzir juízos críticos e argumentações, com domínio de conceitos, terminologias e técnicas adequadas ao exercício da Psicologia atuando a partir de uma postura ética e respeitosa expressa tanto em suas ações como profissional e como cidadão. Deverá desenvolver uma postura aberta e sensível para compreender e intervir em problemáticas e demandas psicossociais, formas de sofrimento psíquico, sintomas contemporâneos e processos de subjetivação macro e microssociais, ao mesmo tempo que frente a transformações e conflitos político-sociais relevantes nos contextos local e global. O profissional formado no CPsi/UFSB estará capacitado para atuar no planejamento, investigação, intervenção e avaliação de processos psicossociais relacionados com problemáticas e fenômenos relevantes em seu campo de atuação, permanecendo atento às dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade que habita. Requer-se, ainda, da futura psicóloga, que se conduza de forma autônoma na sua formação continuada e nas atividades inerentes a sua atuação como bacharel, pautando sua prática pelo reconhecimento da complexidade e dimensão inter e transdisciplinar dos problemas que aborda, e pela compreensão das distintas perspectivas paradigmáticas da Psicologia.

8.2 Competências

Em termos do desenvolvimento das competências básicas, o egresso do curso de psicologia deverá ser capaz de:

a) Exercer seu papel de psicóloga em diferentes áreas e âmbitos de atuação e pesquisa, de acordo com princípios epistemológicos e uma formação teórico-metodológica plural que valoriza e respeita as regularidades, mas também as diversidades biopsicossociais relacionadas com os fenômenos psicológicos;

b) Desenvolver sua autonomia intelectual e profissional ao mesmo tempo que sua capacidade para o compartilhamento de saberes e práticas, valorizados na atuação em equipes multiprofissionais, estando apto para assumir posições de liderança, gestão e administração de recursos humanos, materiais e de informação;

c) Problematizar, investigar, analisar e intervir em fenômenos sociais complexos, identificando as relações entre o individual e o coletivo em situações de catástrofe, crises e acontecimentos com consequências traumáticas de ordem psicossocial, entre outros;

d) Elaborar, executar e avaliar projetos e programas em âmbitos coletivos e/ou comunitários, a partir da identificação das dimensões psicológicas e psicossociais das problemáticas abordadas nas áreas da saúde, educação, trabalho, entre outras, em diálogo com

políticas públicas, visando potencializar o protagonismo dos cidadãos na busca pela promoção da cidadania e qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades onde atuará;

e) Realizar ações de orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia, interpretar e elaborar textos e documentos psicológicos (laudos, pareceres) com domínio das normas técnicas e embasamento científico atualizado;

f) Orientar, acompanhar, realizar e avaliar processos diagnósticos e intervenções voltados para indivíduos, grupos e instituições considerando aspectos interacionais, cognitivos, comportamentais e afetivos;

g) Desenvolver ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação, nos níveis individuais e coletivos, com vistas à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios da ética e bioética, e contribuindo para o fortalecimento do SUS e de seus princípios da integralidade, universalidade, equidade, descentralização e participação social.;

h) Compreender e intervir sobre dinâmicas e formas de violência e desrespeito no âmbito das relações sociais, considerando a complexidade dos fenômenos, os processos de mediação de conflitos e suas variadas relações sobre a subjetividade e o social;

i) Construir uma prática da psicologia articulada com as formas de reconhecimento subjetivo, que reconheça o valor que as relações sócio-afetivas, as relações jurídicas (os direitos humanos) e os valores comunitários têm para o exercício da cidadania e a construção da autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima de sujeitos individuais e coletivos;

j) Contextualizar sua atuação como psicóloga em relação a questões sociais, políticas, econômicas, culturais e reconhecendo como as diversidades de classe, gênero, étnico-racial, entre outras, condicionam sua prática.

9. CRITÉRIOS DE ACESSO AO CURSO

Conforme o modelo de ciclos adotado pela UFSB, é facultado ao estudante a progressão para cursos de formação profissional em segundo ciclo.

Considerando o disposto nas Resoluções CONSUNI 19/2014 (que “*Estabelece critérios de progressão dos egressos de Bacharelados Interdisciplinares ou Licenciaturas Interdisciplinares para Cursos de Segundo Ciclo*”), 28/2015 (que “*Regulamenta o formato de Componentes Curriculares e estabelece condições para cálculo do Coeficiente de Rendimento da Formação Geral na UFSB*”), o ingresso no CPsi/UFSB se dará por meio de edital público, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica (PROGEAC).

No caso do CPsi/UFSB, o egresso de qualquer curso de primeiro ciclo poderá prosseguir sua formação profissional na Psicologia, de caráter teórico-prático, respeitadas as exigências previstas em edital público de acesso, a saber:

- Proficiência em inglês instrumental aferida pela aprovação dos componentes curriculares EOLI e CELI;
- Competência de informática aplicada à área, aferida pelos componentes curriculares Introdução ao Raciocínio Computacional e Perspectivas Matemáticas e Computacionais.

Como critérios de classificação ficam estabelecidos:

- Coeficiente de Rendimento do BI ou LI (peso 1,0)
- Coeficiente de Rendimento da Grande Área (peso 1,5)
- Coeficiente de Rendimento Específico na Área de Concentração Subjetividade, Processos Biopsicossociais e Comunitários (SPBC) conforme descrição no Projeto Político Pedagógico (PPC) (peso 2,0)
- Memorial Acadêmico da trajetória do estudante no primeiro ciclo com documentação comprobatória (peso 2,5).

Em caso de empate, será utilizado como critério a conclusão do maior número de CCs da Área de Concentração em Estudos da Subjetividade, da Sociedade e do Comportamento Humano, sendo os casos omissos tratados no colegiado do CPsi/UFSB.

No caso de vagas remanescentes do CPsi/UFSB, os egressos de Bacharelados Interdisciplinares (BI) e Licenciaturas de Interdisciplinares (LI) de outras universidades poderão se candidatar para o processo seletivo. Para tanto, serão considerados os mesmos critérios acima mencionado, de modo que egressos de cursos de BI que não tiverem área de concentração correlata não pontuarão neste item.

Por fim, as políticas afirmativas para a seleção para o curso de Psicologia obedecerá os critérios definidos pelo CONSUNI e de acordo com a Legislação vigente.

10. ARQUITETURA CURRICULAR

O CPsi/UFSB pretende implantar um programa coerente com os objetivos do curso, perfil do egresso, valores e competências incorporados no programa de formação. Com uma estrutura curricular ampla, atualizada e inovadora, em regime de ciclos, orientada e baseada na comunidade e com ênfase no pluralismo e diversidade, busca-se o preparo para atuação em mediação de conflitos institucionais e grupais, desenvolvimento e promoção da saúde mental e social, no entendimento das novas configurações personalísticas ou subjetivas. Nessa proposição, espera-se que o estudante e a UFSB participem ativamente na formação de um profissional competente tecnicamente, e igualmente capaz de atender às demandas sociais relacionadas à justiça, de forma ética e humanizada, consciente dos desafios da realidade política, econômica e social do Brasil contemporâneo e socialmente comprometido.

A UFSB propõe uma arquitetura curricular organizada em três ciclos de formação:

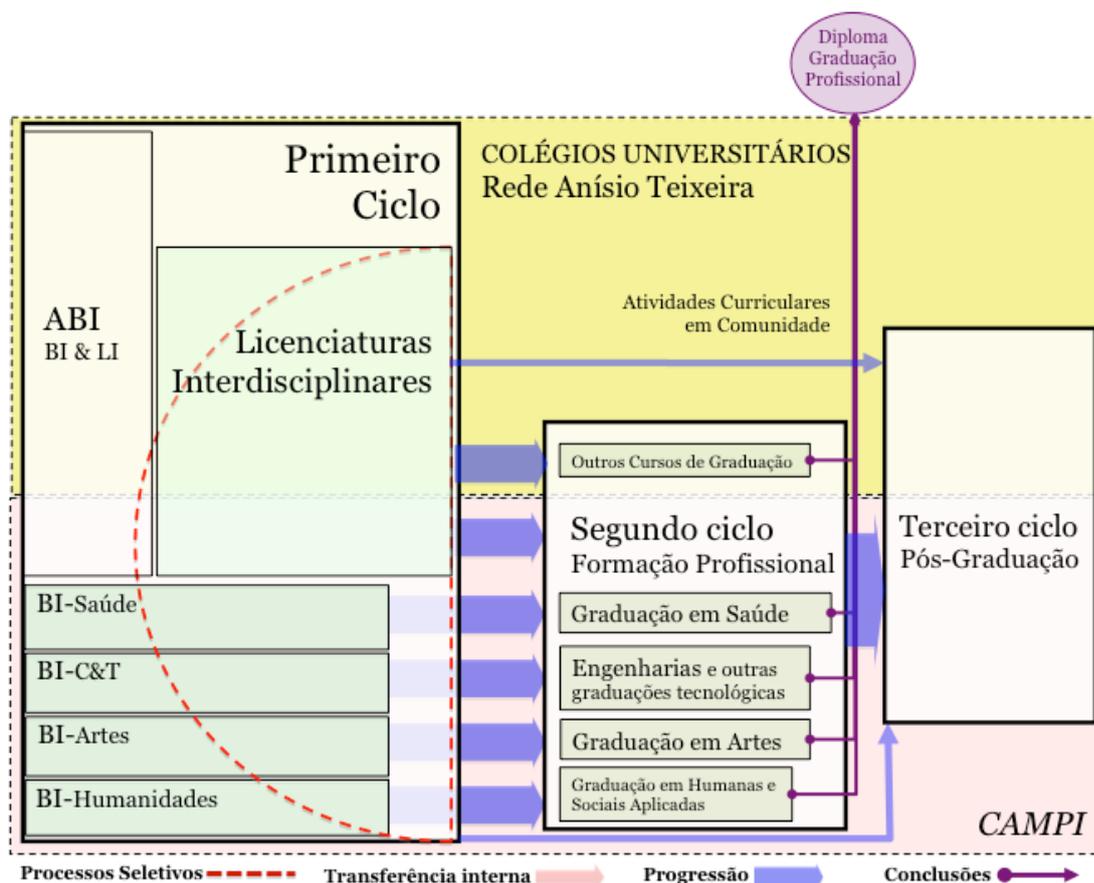
- I. Formação Interprofissional/Interdisciplinar, a nível de Bacharelados e Licenciaturas;
- II. Formação Profissional;
- III. Formação de Pós-Graduação.

Por exceder seu escopo e objeto, o presente documento não aborda as ricas possibilidades de implantação de cursos no nível de pós-graduação (Mestrados Profissionais; Mestrados e Doutorados Acadêmicos), equivalentes ao Terceiro Ciclo do regime proposto.

A Figura 2 apresenta de modo gráfico e esquemático a arquitetura curricular completa, tal como delineada na UFSB, com articulação das modalidades de cursos e carreiras profissionais, nos diferentes ciclos de formação. No modelo de formação recomendado, a entrada na instituição universitária será unificada, através do primeiro ciclo, pelas modalidades dos Bacharelados e das Licenciaturas Interdisciplinares.

Nas seções seguintes, apresentamos em primeiro lugar a estrutura dos Bacharelados e das Licenciaturas Interdisciplinares. Em segundo lugar, será apresentada a estrutura curricular e elementos pedagógicos do Segundo Ciclo, formação específica do curso de Psicologia da UFSB, destacando organização de CCs, eixos e módulos de formação, quadro de atividades e descrição das estratégias pedagógicas cotidianas.

Figura 2 – Esquema do regime por ciclos



O CPsi/UFSB introduz uma proposta de arquitetura acadêmica que é composta por 03 (três) ciclos de formação, composta por um sistema integrado de educação continuada, envolvendo os níveis de graduação geral, de graduação específica e de pós-graduação. No âmbito interno, este sistema integrado configura-se pela flexibilidade curricular e mobilidade docente e discente entre os programas da instituição, além da adequação e da inovação das formas e instrumentos de gestão administrativa e acadêmica. No âmbito externo, o sistema integrado tenta estabelecer elos de integração regionais, nacionais e internacionais, bem como parcerias com órgãos públicos e organizações sociais.

A UFSB valoriza sua missão acadêmica com uma arquitetura curricular que implementa uma série de inovações, adotando o sistema de ciclos de formação concebidos e aplicados por Anísio Teixeira. No Primeiro Ciclo, Bacharelados Interdisciplinares e Licenciaturas Interdisciplinares; no Segundo Ciclo, formações profissionais e acadêmicas; no Terceiro Ciclo, doutorados e mestrados profissionais e acadêmicos em todos os campos de formação.

O regime letivo da UFSB adota um sistema quadrimestral que busca otimizar os recursos institucionais disponíveis. Com isso, tanto os estudantes podem ajustar seu calendário de estudos aos contextos laborais de realidades econômicas sazonais quanto os docentes terão a possibilidade de organizar suas atividades de pesquisa, extensão e cooperação institucional em agendas mais flexíveis. Inclusive, o regime quadrimestral permite que haja a realização de maior carga horária em um ano que no sistema semestral, ou seja, 2 (dois) anos no regime quadrimestral correspondem a 3 (três) anos em um regime semestral. O regime de ciclos

compreende trajetórias compostas por módulos e fases sucessivas e articuladas de formação, com certificação intermediária ou diplomação na conclusão de determinadas etapas ou ciclos.

10.1 Primeiro ciclo de formação

O primeiro ciclo, comum a todos os estudantes de cada área do conhecimento, posicionando o estudante como integrante de um mesmo aprendizado social, em prol de objetivos compartilhados. A etapa de formação geral, prévia aos percursos formativos, tem a finalidade de promover visão interdisciplinar, consciência planetária, abertura à crítica política, acolhimento à diversidade e respeito aos saberes da comunidade. Tal perspectiva reflete os conceitos de democracia cognitiva, sociodiversidade, etnodiversidade e epistemo-diversidade, fundantes da teoria sociocrítica de Boaventura Sousa Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, 2014). O primeiro ciclo tem uma duração de 09 quadrimestres, incluindo o primeiro ano da Formação Geral. Findo este ciclo, o discente, se aprovado, recebe um diploma de nível superior, após ter completado os 03 (três) anos de estudos e pesquisas.

Os Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e as Licenciaturas Interdisciplinares (LIs) da UFSB são cursos inspirados em um forte investimento na inter e transdisciplinaridade como estratégia de formação. A estrutura dos BIs compõe 9 quadrimestre e a das LIs 10 quadrimestres, sendo que os primeiros 3 correspondem à formação geral e os restantes à formação específica. Assim, os BIs e as LIs proporcionam aos seus egressos as bases fundamentais para a possibilidade de escolha de sua formação complementar, aprofundada, específica da profissão escolhida, dentro do elenco oferecido e periodicamente revisto por cada um dos referidos institutos que estruturam academicamente a UFSB. Concluída a esta primeira formação, objetiva-se que o egresso possua uma percepção crítica, intuitiva, imaginativa, capaz de adaptar-se às novas demandas e desafios solicitados e impostos pela “sociedade do conhecimento” e pelo mundo profissional atual e futuro. Em síntese: que seja capaz de solucionar velhos e novos problemas, interpretar dados e situações, buscar ou produzir conhecimento característico deste futuro, em seu processo constante de formação. Todavia, além de apresentar-se ao mercado de trabalho local, regional ou nacional em funções generalistas, ele também poderá apresentar-se mais uma vez à universidade para completar a sua formação profissional específica, através de sua segunda formação, ou ainda, submeter-se à seleção específica (favorecida pelo seu desempenho acadêmico de até então) para o Terceiro Ciclo de Formação: *lato sensu* ou *stricto sensu*, profissional ou acadêmico, e, assim, adquirir novos perfis de atuação.

Saliente-se que a arquitetura curricular por ciclos na formação universitária não é inédita no Brasil ou no mundo. No Brasil, atualmente, a Universidade Federal do ABC, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) já adotam o Bacharelado Interdisciplinar como requisito para licenciaturas e engenharias; outras nove universidades federais apresentaram proposta ao REUNI contemplando, de modo ainda que restrito, propostas similares ou convergentes, como Bacharelados em Grandes Áreas. O regime de ciclos predomina praticamente em todos os países com avançado grau de desenvolvimento econômico, social, cultural e científico-tecnológico. O sistema de ciclos é adotado nas universidades norte-americanas desde 1910 e também na Europa, no processo de reforma universitária em curso conhecido como processo de Bolonha, iniciado em 1999, cujo regime de ciclos prioriza estudos gerais no primeiro ciclo. Outras regiões do mundo, como o Sudeste Asiático e Oceania também adotam modelos convergentes. Países latino-americanos que também realizaram reformas universitárias recentes, como México e Cuba, começam a implantar cursos de *pre-grado*, como primeiro ciclo prévio às carreiras profissionais.

Dessa forma, a UFSB pretende instituir, com este modelo, um diálogo acadêmico com as universidades congêneres nacionais e internacionais que já avançaram neste processo de organização. Resta assinalar, que a proposta da UFSB converge com os princípios pedagógicos que nortearam a fundação da Universidade de Brasília, em 1962, sob a liderança de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, e, sobretudo, como acredita seus defensores, apoia-se nos marcos filosóficos e conceituais avançados e defendidos por importantes intelectuais contemporâneos, como Milton Santos e Boaventura de Souza Santos (cf. UFSB, 2014).

Nesse sentido, o CPsi/UFSB segue uma diretriz institucional de arquitetura acadêmica em ciclos. Considerada a história de criação dos cursos de Psicologia no Brasil e a “crise do ensino psicológico” brasileiro, a UFSB enfrenta o desafio de criar um bacharelado em Psicologia, no Sul da Bahia, como proposta interdisciplinar, objetivando contribuir para a profissionalização de indivíduos éticos, críticos e empenhados na construção de uma sociedade em constante evolução. A seguir pode ser observada uma síntese da matriz curricular da formação geral que será aproveitada para o curso de Psicologia.

Quadro 5 - Arquitetura geral dos cursos de primeiro ciclo.

1º ANO – ETAPA DE FORMAÇÃO GERAL

Eixo	Componente Curricular	CH
Formação Ético-Político-Humanística	Universidade e Sociedade	60 h
	Desenvolvimento Regional	60 h
	Contexto Planetário	60 h
	Língua, Território e Sociedade	60 h
	Leitura, Escrita e Sociedade	30 h
	Oficina de Textos Acadêmicos e Técnicos em Humanidades	60 h
	Experiências do sensível	60 h
	Expressão Oral em Língua Inglesa	60 h
	Compreensão Escrita em Língua Inglesa	60 h
Formação Científica	Matemática no Cotidiano	30 h

	Matemática e Espaço	60 h
	Introdução ao Raciocínio Computacional	30 h
	Perspectivas Matemáticas e Computacionais Aplicadas à Área	60 h
Formação Vocacional	Campo das Humanidades ou Saúde: saberes e práticas	60 h
	Cultura Complementar em Artes A	60 h
	Cultura Complementar em Artes B	30 h
	Cultura Complementar em Ciências A	30 h
	Cultura Complementar em Ciências B	60 h
TOTAL		900 h

2º ANO – ETAPA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Eixo	Componente Curricular
Formação Ético-Político-Humanística	CCs Livres de Formação Geral (qualquer CC de Artes, Humanidades ou Saúde) Ou Atividades complementares
	Inglês Instrumental na área específica
Formação Prático-Cognitiva	CCs específicos
	CCs optativos de Formação Específica (Provenientes ou não das Áreas de Concentração de cada BI)

3º ANO – ETAPA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Eixo	Componente Curricular
Formação Ético-Político-Humanística	CCs Livre de Formação Geral (Qualquer CC de Artes, Humanidades, Saúde ou Ciências) Ou Atividades complementares
Formação Prático-Cognitivo	CCs específicos (Do elenco das Interdisciplinas)
	CCs optativos de Formação Específica (Provenientes ou não das Áreas de Concentração)

Em síntese, os cursos de primeiro ciclo (Bacharelados e Licenciaturas) possuem um mínimo de 2400 e 3200 horas respectivamente para sua integralização. Sua arquitetura caracteriza-se por compartilhar uma formação geral no primeiro ano (composta por 900 horas). A partir do segundo ano os componentes optativos e livres compõem a maior parte do currículo, permitindo a construção de trajetórias acadêmicas singularizadas que permitem orientar para o segundo ciclo de Psicologia.

Esta flexibilidade facilita que qualquer estudante possa escolher a Área de Concentração *Subjetividade, Processos Biopsicossociais e Comunitários* (AC-SPBC), a qual é um pré-requisito para o ingresso no curso de Psicologia. A seguir encontra-se detalhada a AC-SPBC.

10.2 Área de concentração *Subjetividade, Processos Biopsicossociais e Comunitários* (AC-SPBC).

O discente que desejar ingressar no Segundo Ciclo em Psicologia deverá cursar (durante o primeiro ciclo de formação) a área de concentração transversal *Subjetividade, Processos Biopsicossociais e Comunitários* (AC-SPBC).

A Área de Concentração (AC) pode ser definida como “conjunto de estudos teóricos e aplicados a serviço da construção de um perfil acadêmico mais amplo e não profissional ou ocupacional específico”, organizando-se como campos interdisciplinares, constituídos por CCs preferencialmente optativos (Almeida-Filho, 2014, p. 342).

Um antecedente deste modelo é a Área de Concentração em Estudos da Subjetividade e o Comportamento Humano, pertencente ao Curso de Progressão Linear de Formação de Psicólogos (CPL-PSICO) da UFBA, e ofertada de forma transversal para os estudantes dos BIs que oferece o IHAC da UFBA. Neste caso,

O caráter interdisciplinar da Psicologia permite receber nesta AC estudantes dos quatro BIs pois a Psicologia, como Ciência está formalmente localizada tanto na área da Saúde quanto na área das Humanidades. Ademais, tem com o campo das Artes relações tradicionais de pesquisa e práticas de trabalho e intervenção (LIMA; COUTINHO, 2010).

A proposta do CPsi/UFSB se diferencia da anterior porque AC-SPBC é composta por CCs ofertados pelos distintos BIs e Lis, e não pelo curso de segundo ciclo, sendo que cada um deles aborda questões e problemáticas ligadas à Psicologia a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Desta forma, a área de concentração não se torna apenas um *pré-curso* de Psicologia, mas se integra de forma intensa com a formação dos BIs e Lis.

A AC-SPBC é oferecida de forma transversal aos estudantes dos Bacharelados Interdisciplinares em Saúde, Humanidades, Ciências e Artes; e das Licenciaturas Interdisciplinares em Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens e Códigos, Matemática e Computação e Suas Tecnologias.

A AC-SPBC possibilita aos estudantes um domínio de conhecimentos de caráter não-profissional sobre temáticas e problemas clássicos e contemporâneos da Psicologia, que contribuem para uma compreensão interdisciplinar dos fenômenos concernentes aos estudos sobre a subjetividade no diálogo entre o individual e o social. O caráter interdisciplinar da Psicologia e a complexidade dos estudos sobre a Subjetividade permitem receber nesta Área de Concentração estudantes dos quatro BIs e das cinco Lis que oferece a UFSB no primeiro ciclo de formação.

Esta decisão se justifica porque a Psicologia encontra-se localizada epistemologicamente na fronteira entre as ciências naturais e as ciências humanas (BASTOS; GOMES, 2012). Ao mesmo tempo, possui vínculos com a saúde como campo de atuação e eixo orientador de suas práticas. Adicionalmente, tem com os campos das Artes e da Educação relações tradicionais de pesquisa, intervenção e diálogo.

O caráter interdisciplinar da AC e o conjunto de fenômenos e conhecimentos nela abordados nos CCs que a compõem, contribuem para a formação de competências e habilidades definidas nos PPCs dos referidos BIs e Lis. O projeto de AC-SPBC foi desenhado em perspectiva aberta e flexível, em concordância com os princípios básicos do Plano Orientador da UFSB, o que se materializa, entre outros aspectos, na possibilidade de que cada estudante escolha a maior parte dos CCs de seu interesse, em trajetórias singularizadas. Este princípio se intensifica na possibilidade de os estudantes integralizarem a AC-SPBC com componentes curriculares ofertados por todos os cursos de primeiro ciclo, valorizando ainda mais a interdisciplinaridade no estudo dos fenômenos complexos de interesse da Psicologia.

Os CCs permitem uma aproximação compreensiva e aprofundada ao campo de estudos da subjetividade e à forma como esta é colocada em cena pelos sujeitos nas práticas sociais de cada comunidade. Desta forma, o conjunto de conhecimentos da AC-SPBC permite a compreensão de fenômenos sociais, tais como: Sexualidade e Gênero, Crenças e Religiosidade, Direitos Humanos, Comunicação e Mídia, Morte, Perda e Luto, Corpo, Práticas de Exclusão Social, Violência, Etnicidade e Racismo, Trabalho, Aprendizagem, Desenvolvimento Cognitivo e Emocional, Modos de Subjetivação, entre outros.

A AC-SPBC se estrutura em torno de três componentes curriculares obrigatórios: Fundamentos de Psicologia: Ciência & Profissão (60h), Fundamentos Históricos e

Epistemológicos das Psicologias (60hs) e Subjetividade e Modos de Subjetivação (60hs), conforme Figura 3.

Figura 3 – Componentes Curriculares obrigatórios da área AC-SPBC



Estes CCs compõem um núcleo básico histórico-teórico-conceitual que responde a questões centrais apontadas pelas DCNs dos cursos de Psicologia. A integralização da AC-SPBC se fará com 480 horas distribuídas em, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 quadrimestres, compostas pelos 3 CCs obrigatórios (180hs) e 5 CCs optativos, cada um de 60 horas, que o estudante poderá escolher da seguinte lista de componentes curriculares, elaborada em função de abordarem problemáticas e temáticas clássicas e contemporâneas da Psicologia, em diálogo com outras ciências, humanas, naturais, com a saúde, a educação e as artes, conforme elenco do Quadro 6:

Quadro 6 - Componentes optativos da AC-SPBC

1. Artes, gênero e sexualidades	BIA
2. Artes da grafia, escrituras, inscrições de si e do outro	BIA
3. Aspectos do Desenvolvimento Humano	LICHS
4. Bases Bioecológicas da Saúde	BIS
5. Bases do Pensamento Evolutivo	BIC/LI CN
6. Bases Históricas e Epistemológicas das Ciências	BIC

7. Bases Psíquicas, Sociais e Culturais da Saúde	BIS
8. Bases Psíquicas e Culturais da Morte, Perda e Luto	BIS
9. Blogs, vlogs e rádioblogs: opinião pessoal na cultura digital	LI LC
10. Ciência Política	BIH
11. Complexidade e Humanidades	LI CHS
12. Comunicação, Cultura e Diversidades	BIH/LICHS
13. Corporeidade, subjetividade e contemporaneidade	BIH
14. Crenças, Religiões, Espiritualidade e Saúde	BIS
15. Cidadania e Novos Direitos	BIH
16. Cultura, Saberes Tradicionais e Práticas em Saúde	BIS
17. Desenvolvimento Humano no Ciclo Vital	BIS
18. Educação e Relações Étnico-Raciais	Lis
19. Educação, Gênero e Diversidade Sexual	Lis
20. Educação, Memória e Identidade	LI CHS
21. Estudos Interdisciplinares do Trabalho	BIH/LICHS
22. Estudos sobre corpo e movimento expressivo: observação e investigação	BIA
23. Exclusão e Subjetividade	BIH
24. Gênero, Sexualidades e Poder	BIH
25. Introdução à linguística	LI LC
26. Memória, identidade e representação	LI LC
27. Modelos de Saúde-Enfermidade-Cuidado	BIS
28. Modos de brincar, modos de cantar, modos de contar, modos de aprender.	BIA
29. Narrativas dos invisíveis	LI LC
30. Neurociências e comportamento	BIS

31. Psicanálise e Educação	BIH
32. Relações Sociais e Políticas na Contemporaneidade	BIH/LI CHS
33. Relação Sujeito-Profissional de Saúde	BIS
34. Subjetividade, Cuidado e Saúde	BIS
35. Temas Contemporâneos sobre Diversidade Sexual	BIH
36. Teorias da tradução cultural e intersemiótica	LI Artes
37. Tópicos Especiais em Psicologia e Psicanálise	BIH
38. Trabalho e Saúde	BIS
39. Violência e Subjetividade	LI CHS

10.3 Segundo ciclo de formação

O segundo ciclo compreende cursos e programas de formação profissional e acadêmica em campos e áreas de atuação específicos, destinados à habilitação de trabalhadores e intelectuais em carreiras profissionais, atividades ocupacionais, culturais ou artísticas de nível superior. O CPsi/UFSB, levando em conta o Plano Orientador e as Diretrizes Curriculares Nacionais é organizado em três grandes eixos.

O **Eixo de Formação Fundamental**, cujo objetivo é integrar o estudante no campo psicológico, de modo inter e transdisciplinar em relação a outros olhares epistemológicos, ligados às Humanidades e às Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética e Filosofia, História, Sociologia), assim como às Ciências da Saúde (Medicina, Psiquiatria, Pediatria, Neurociências, Saúde Pública, Epidemiologia, Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Tanatologia), as ciências naturais e as artes. O objetivo, no regime de ciclos, é contribuir para que o/a estudante, já familiarizado com esses conhecimentos no BI ou na LI, tenha a oportunidade de integrá-los a uma concepção de Psicologia que seja harmônica com os princípios da UFSB contidos no Plano Orientador.

Essa integração será operada por CCs introdutórios que busquem aplicar as noções obtidas em outros campos do saber a questões especificamente psicológicas, tais como: Psicologia Geral, História da Psicologia, Teorias e Sistemas em Psicologia, entre outras. É fundamental a existência da AC-SBPC no primeiro ciclo para que boa parte desses conhecimentos sejam antecipados, o que, de fato, já ocorre considerando-se os PPCs dos BIs e das LIs.

Essa antecipação, no entanto, não pode ser feita de modo superficial, como tendem a ser componentes curriculares destinados à formação de estudantes de áreas contíguas, antes devem ter o aprofundamento e a aderência ao campo que serão exigidos das futuras psicólogas.

O **Eixo de Formação Profissional**, abrangendo, além do enfoque técnico, o conhecimento dos diversos ramos ou campos de atuação da Psicologia. Esse estudo não será feito de modo tradicional, em que a compreensão teórico-conceitual se sobrepõe à capacidade de análise e ação diante dos conflitos e necessidades sociais.

Tendo como foco os conceitos de mediação de conflito, desenvolvimento psicossocial comunitário, institucional e grupal, promoção da saúde e de direitos, deverão ser estudados em sua conexão com as mudanças sociais, políticas e econômicas, em âmbito regional, nacional e internacional, envolvendo conhecimentos tradicionalmente tratados como *Psicologia Social Comunitária, Psicologia do Trabalho, Psicologia Institucional, Psicologia Escolar, Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento, Psicologia da Saúde e Hospitalar, Psicopatologia, Psicologia, Saúde Pública e Direitos Humanos, Psicologia Jurídica, Psicologia do Esporte, Psicologia Clínica*, entre outras. Esses conteúdos comparecerão sempre de modo mais amplo, inseridos nos conflitos sociais e sua resolução ou mediação, priorizando-se sempre o foco na participação política, na cidadania, no combate à toda forma de violência e opressão, enfim, na emancipação humana através do pleno desenvolvimento sócio-psíquico-biológico.

O Eixo de Formação Prática, incluindo Atividades Complementares. O CPsi/UFSB preverá a realização de Estágio Curricular, uma vez que o/a estudante terá, desde o primeiro dia no Curso, o contato com atividades reais, envolvendo sujeitos, contextos e conflitos reais. Esse contato se dará nos *loci* sociais, onde estão os sujeitos e instituições, preferencialmente por meio do funcionamento das Equipes de Aprendizagem Ativa, e irá aumentando de complexidade nos anos seguintes.

O presente PPC propõe uma modalidade de CC denominada **Saberes e Práticas** em Campos Específicos, o qual se constitui no estágio básico, que trabalhará aspectos teóricos e práticos pertinentes, em contextos, cenários e campos de atuação específicos. Como exemplo, *Saberes e Práticas em Espaços Coletivos e Grupais*. Tais CCs estão localizados do segundo ao quarto quadrimestre do núcleo comum de formação. Os estágios específicos acontecerão do quinto ao sétimo quadrimestre e pressupõem a escolha de uma das duas ênfases do curso: Processos Psicossociais & Comunitários, e Processos Psicossociais e da Saúde, estando cada um dos quadrimestres organizado em torno des campo de atuação e suas conhecimentos, temas e problemáticas associados.

O campo de práticas do curso de Psicologia da UFSB abrangerá órgãos e instituições públicas (Escolas, Hospitais, Poder Judiciário, Delegacias de Polícia, Presídios, Secretarias Municipais, Câmara de Vereadores, Conselhos Municipais) e privados (escolas, hospitais, empresas, sindicatos, aldeias indígenas e territórios quilombola, cooperativas, associações, dentre outras), além de sujeitos públicos não estatais, organizações não-governamentais e movimentos sociais, com os quais o/a estudante entrará em contato, através de convênios firmados com a UFSB. Essa prática poderá ocorrer ainda, caso seja do interesse do estudante, em projetos de pesquisa/extensão, mantidos pelos docentes da Universidade. Além disso, a Clínica-Escola-Comunidade do CPsi/UFSB afigura-se como importante *locus* para o planejamento, supervisão e formação profissional, ofertando atendimento psicológico gratuito a indivíduos, grupos e instituições.

10.4 Desenho geral do curso no segundo ciclo:

O núcleo comum do CPsi/UFSB compreende uma série de componentes teórico-práticos que respondem a um elenco de competências requeridas ao futuro egresso de Psicologia. Reúnem o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de colocá-los em exercício nos distintos contextos de atuação do profissional. Este momento da formação está composto por 4 quadrimestres, no qual distribuem-se 3 CCs de estágio básico, conforme orientações das DCNs para os cursos de Psicologia. Idealmente, em cada um dois quadrimestres o estudante deve escolher no mínimo um CC optativo.

Quadro 7 – Núcleo comum de formação

840h de CCs obrigatórios + 360h de estágio básico + 300h de CCs optativos = 1.500h			
1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre	4º quadrimestre
Processos psicológicos básicos (60 horas)	Saberes e práticas em espaços coletivos e grupais: estágio básico (120 horas)	Saberes e práticas no campo da saúde mental e da avaliação psicológica: estágio básico (120 horas)	Saberes e práticas nos processos de intervenção psicossocial e clínica ampliada: estágio básico (120 horas)
Teorias e Sistemas Cognitivo-comportamentais (60 horas)	Fundamentos de Psicanálise: clínica, política e cultura (60 horas)	Saúde mental, psicopatologias e produção social da loucura (60 horas)	Bioética e ética profissional (60 horas)
Fundamentos e perspectivas da psicologia clínica (60 horas)	Psicologia dos coletivos, dos grupos e institucional (60 horas)	Testes projetivos e avaliação psicológica (60 horas)	Psicologia clínica e psicoterapia (60 horas)
Fundamentos e perspectivas da psicologia social e comunitária (60 horas)	Psicologia, aprendizagem e desenvolvimento humano (60 horas)	Testes psicométricos e avaliação psicológica (60 horas)	Psicodiagnósticos e clínica ampliada (60 horas)
Temáticas contemporâneas em neurociências e neuropsicologia (60 horas)			
5 CCs optativos (300 horas)			

Preconizadas nas DCNs para cursos de Psicologia, como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que orientam a concentração de estudos e atuação prática em algum domínio do campo psicológico, as ênfases curriculares aparecem no CPsi/UFSB como dispositivo organizativo da estrutura curricular, sendo facultado ao estudante a escolha de uma delas:

A. Processos Psicossociais e da Saúde

Esta ênfase visa desenvolver competências e habilidades relacionadas com a atuação da psicóloga, a partir da compreensão das interfaces entre psicologia e saúde, considerando suas dimensões psicossociais, clínicas e políticas. Inclui, entre outras temáticas, abordagens clínicas, psicológicas e psicossociais do cuidado em saúde, clínica ampliada, psicopatologia e atenção psicossocial em saúde mental, subjetividade e processos de saúde-doença e cuidado, humanização, abuso de álcool e outras drogas e políticas públicas. Para o desenvolvimento de tais competências e habilidades, a ênfase conta com um conjunto de componentes curriculares teórico-práticos e estágios supervisionados em que se articulam atividades de ensino, pesquisa e extensão orientadas ao desenvolvimento de uma postura ética nos estudantes pautada na superação de modelos centrados na doença, práticas de exclusão e normalização de certas subjetividades.

Quadro 8 – Ênfase em Processos Psicossociais e da Saúde

360h de CCs obrigatórios + 720h de estágio específico + 180h de CCs optativos = 1.260h		
1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Projeto de Pesquisa-Ação no campo da saúde mental e da clínica ampliada (60 horas)	Projeto de Pesquisa-Ação no campo da psicologia clínica (60 horas)	Projeto de Pesquisa-Ação no campo da saúde, doença e cuidado. (60 horas)
Oficina Psi do campo da saúde mental e da clínica ampliada (60 horas)	Oficina Psi do campo da psicologia clínica (60 horas)	Oficina Psi nos processos de saúde, doença e cuidado. (60 horas)
Estágio supervisionado específico I (240 horas)	Estágio supervisionado específico II (240 horas)	Estágio supervisionado específico III (240 horas)
3 CCs optativos (180 horas)		

B. Processos Psicossociais e Comunitários

Esta ênfase visa desenvolver as competências e habilidades necessárias para a atuação diante de fenômenos e processos psicossociais, a partir da compreensão das relações entre as dimensões individual, institucional, social, cultural, política e afetiva de processos e modos de subjetivação. Esta perspectiva se propõe orientar saberes e práticas psicológicas nos âmbitos da educação, da saúde, do trabalho, da comunidade, do jurídico, entre outros cenários relacionados a temáticas como violência, direitos humanos, relações étnico-raciais, conflitos e práticas de exclusão social, gênero, biopolítica e biopoder. Esta ênfase conta com um conjunto de componentes curriculares teórico-práticos e estágios supervisionados orientados ao desenvolvimento de uma postura ética pautada por uma perspectiva de análise crítica das relações de poder inerentes às tensões entre indivíduo e sociedade nos processos de produção da subjetividade.

Quadro 9 – Ênfase em Processos Psicossociais e Comunitários

360h de CCs obrigatórios + 720h de estágio específico + 180h de CCs optativos = 1.260h		
1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Projeto de Pesquisa-Ação em grupos e instituições (60 horas)	Projeto de Pesquisa-Ação no campo social e comunitário (60 horas)	Projeto de Pesquisa-Ação em contextos de crise ou trauma psicossocial (60 horas)
Oficina Psi do campo da em grupos e instituições (60 horas)	Oficina Psi do campo da social e comunitário (60 horas)	Oficina Psi em contextos de crise ou trauma psicossocial (60 horas)
Estágio supervisionado específico I (240 horas)	Estágio supervisionado específico II (240 horas)	Estágio supervisionado específico III (240 horas)
3 CCs optativos (180 horas)		

Em suma, o CPsi/UFSB totaliza 4.360 horas, ao longo de 16 quadrimestres, somadas 1.500 horas realizadas no primeiro ciclo às 2.860 horas realizadas exclusivamente no segundo ciclo. Além disso, o estudante deve integralizar no primeiro e segundo ciclos, respectivamente, 120 e 100 horas de atividades complementares.

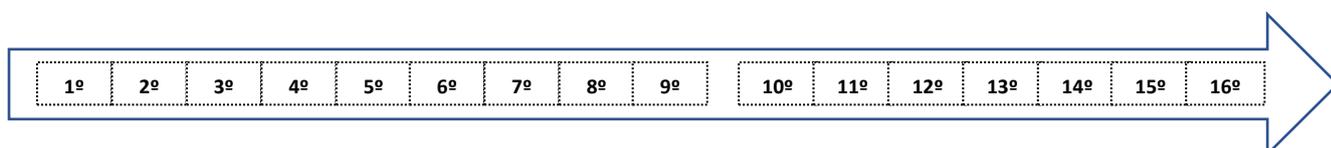
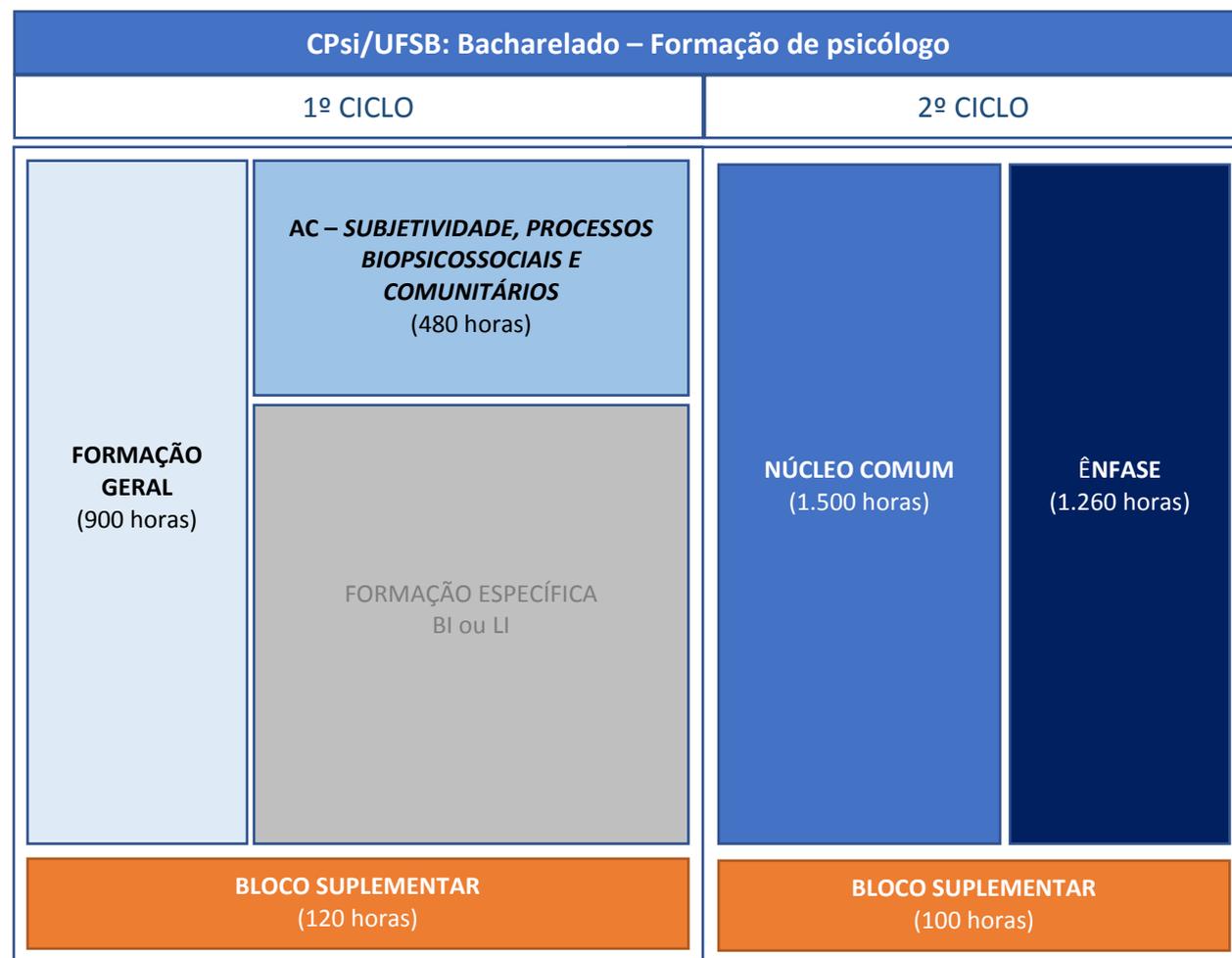
Quadro 10 – Distribuição de carga horária ao longo dos ciclos de formação, por eixos

Primeiro Ciclo		1.500 horas
Formação Geral	900 horas	
AC-SPBC	480 horas	
Atividades Complementares	120 horas	
Segundo Ciclo		2.860 horas
Núcleo Comum	1.500 horas	
Ênfase Curricular	1.260 horas	
Atividades Complementares	100 horas	
CPsi/UFSB		4.360 horas

11. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UMA POSSIBILIDADE DE PERCURSO DE FORMAÇÃO

O percurso ideal do estudante que irá integralizar o CPsi/UFSB segue desenhado na Figura 4, abaixo.

Figura 4 – Representação Gráfica



12. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A metodologia formativa do CPSi/UFSB baseia-se no conceito geral de *aprendizagem para aprender* e em quatro dispositivos de prática pedagógica como eixos estruturantes do processo de ensino-aprendizagem:

1. Mobilização para o conhecimento mediante Compromissos de Aprendizagem Significativa;
2. Cooperação inter-subjetiva como princípio e processo pedagógico fundamental, conformando um Sistema Integrando de Aprendizagem Compartilhada;
3. Construção orientada do conhecimento-na-prática por meio da Aprendizagem Orientada por Problemas Concretos;
4. Educação baseada na comunidade e orientada por problemas concretos.

Esses dispositivos e estratégias correlatas servirão para balizar o funcionamento do CPSi/UFSB, tanto no plano político-pedagógico, como no plano do ensino-aprendizagem. Respeitando suas especificidades, o processo formativo do primeiro ciclo orienta-se para a formação de intelectuais e cidadãos capacitados a solucionar problemas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, mobilizando conhecimentos e atitudes que tornem as experiências vividas no dia-a-dia da prática técnica em estímulos para o aprendizado permanente. Especificamente o CPSi/UFSB será baseado em estratégias pedagógicas específicas para a solução de problemas (de saúde, psicossociais, grupais, individuais, comunitários), mediante processos orientados por competências, habilidades e conteúdos, em ambientes concretos de ensino-aprendizagem em equipe.

12.1 Compromisso de Aprendizagem Significativa

Trata-se de uma relação consensual formalizada entre educandos e educadores com base em critérios, objetivos, métodos e conteúdos implicados na produção compartilhada de saberes, construídos e pactuados no início de cada etapa/módulo do processo formativo, sob a forma concreta de um “contrato pedagógico”. Compreende compromissos de mobilização para o conhecimento com valorização permanente dos elementos de contexto nos métodos e conteúdos implicados na produção de saberes significativos para os estudantes, tanto do ponto de vista vivencial como na perspectiva político-pedagógica. Tais compromissos se definem conceitualmente pela articulação entre a realidade empírica do grupo de educandos, com suas redes de relações, visão de mundo, percepções, linguagem e reflexões acerca do seu ambiente significativo.

Neste contrato, firmado na primeira inscrição e reafirmado nos atos de registro nos períodos letivos de cada estudante da UFSB, as partes coestabelecem responsabilidades mútuas nas ações, estratégias e formas de enfrentamento dos desafios presentes no processo de ensinar-aprender conhecimentos, habilidades e competências. Inclui regras de utilização de recursos, instalações, tempo, equipamentos e insumos postos à disposição dos co-autores dos processos pedagógicos. *Compromissos de Aprendizagem Significativa* instituem-se enfim como documentos de um contrato coletivo, com objetivos claros e condições plenas de consentimento informado, onde com precisão e transparência se identifica, define e registra o conjunto de elementos, critérios e parâmetros norteadores dos processos pedagógicos realizados na UFSB, a saber:

- Identidade dos sujeitos envolvidos e sua relação com a instituição pública de conhecimento;
- Objetivos pretendidos (cognitivos, procedimentais e atitudinais) para educadores e educandos;
- Justificativa e reconhecimento da importância daquele conhecimento;
- Abordagem diretamente relacionada aos objetivos e objetos de estudo, ou seja, a metodologia pretendida;
- Definição, escolha, aplicação de estratégias de ensino e aprendizagem;
- Normas de convivência e aprendizado cooperativo em equipe;
- Avaliação formativa com explicitação de critérios e pluralidade de métodos e técnicas.

Em todos os cenários, os *Compromissos de Aprendizagem Significativa* concebidos dentro e fora do espaço universitário, provocarão processos de debate-reflexão, estimulando a pesquisa de outros recursos referenciais além dos disponíveis no momento, com a finalidade de constituir laboratórios vivenciais, redes de interações, troca de experiências e concretização de projetos. Dentre outras cláusulas, o termo de compromisso esclarece e valoriza o lugar da iniciativa própria de cada estudante dentro do conceito de contrato pedagógico. Define-se aí o papel do estudante como produtor de conhecimento, onde se estabelecem normas e sanções aos desvios ou perversões desse papel e, por exemplo, desloca e tipifica o plágio como principal transgressão anti-acadêmica.

Em atendimento aos objetivos pedagógicos do *Compromisso de Aprendizagem Significativa*, todos os CCs da UFSB que não requeiram participação presencial em laboratórios ou estágios deverão oferecer ao estudante, plenamente esclarecido quanto à responsabilidade implicada em cada escolha, três opções metodológicas:

- Aprendizagem programada presencial (aulas, seminários, oficinas etc.);
- Aprendizagem meta-presencial, presença voluntária nas práticas pedagógicas com avaliação e acompanhamento presencial;
- Aprendizagem por passos (Método Keller³), com instrução auto-programada e hetero-avaliada.

Em suma, propõe-se uma aprendizagem autônoma e significativa que, na medida do possível, remeterá o conhecimento ao aprendizado experimentado em ato. Isso implica atribuir sentido e valor às ações educativas, com foco em pedagogias ativas. Nessa perspectiva, educar não significa impor nem restringir; por isso, torna-se imperativo pensar em formas abertas, plenas de possibilidades, para educar ampliando diálogos com a comunidade e oferecendo novas concepções de currículo.

Cabe um destaque especial para o modelo de avaliação que subsidiará todo o processo de formação proposto no curso, fundamentando novas decisões, direcionando os destinos do planejamento e reorientando-o, caso necessário. Dentro da visão de que aprender é construir o

³ Método que respeita os ritmos individuais de aprendizagem dos alunos, objetivando alcançar os melhores resultados possíveis. Esta metodologia está centrada no ensino individual e no apoio tutorial, também pensado como tutoria entre pares, através do ensino e aprendizagem compartilhada que possibilita aos mais adiantados, considerando o seu desempenho na matéria em questão, o auxílio no aprendizado dos mais novos, propiciando aos que ensinam dupla aprendizagem.

próprio conhecimento, a avaliação assume dimensões mais abrangentes, em constante retroalimentação, visando à melhoria do processo de construção ativa do conhecimento por parte de gestores, educadores, educandos e pessoal de apoio. Assim, o monitoramento do aproveitamento dos educandos constitui parte do processo de aprendizagem como avaliação formativa. Nessa perspectiva, avaliação tem caráter contínuo, permitindo ao educador aplicar uma variedade de métodos (observação livre ou sistemática, entrevista, trabalho de grupo, relatos de experiências, coordenação de debates, produção de textos, práticas de laboratório, elaboração de projetos, relatórios, memoriais, portfólios, dentre outros) e, especialmente, em situações de diagnóstico ou de definição de perfil das equipes de aprendizagem, estas estratégias são fundamentais para entender e superar lacunas ou problemas sentidos pelos educandos.

Em tal espectro de métodos e técnicas, as avaliações criteriosas que visam à auditoria de objetivos de cada componente curricular e respectiva aferição de competências alcançadas representam também importante (mas não exclusivo) elemento do conjunto de estratégias de avaliação para a progressão dos estudantes (AFONSO, 2005). Nesse contexto, a avaliação formativa define-se como um dispositivo pedagógico adequado à promoção do sucesso acadêmico tendo equidade e mérito acadêmico como fundamentos político-pedagógicos da proposta.

12.2 Sistema Integrado de Aprendizagem Compartilhada

Além das estratégias típicas do primeiro ciclo de formação, o CPsi/UFSB será organizado com foco em duas estratégias pedagógicas específicas: por um lado, coelaboração de conhecimentos, competências e habilidades em *Equipes de Aprendizagem Ativa* (EAA); por outro lado, compartilhamento da vivência pedagógica mediante co-responsabilização dos estudantes em processos de ensino-aprendizagem. Tais estratégias articulam-se num *Sistema Integrado de Aprendizagem Compartilhada*, descrito nesta seção.

Um amplo consenso entre teóricos da educação em saúde indica superioridade operacional e maior eficiência cognitiva de estratégias coletivas de apropriação, produção e construção de conhecimentos, conhecidas como *Team-Based Learning* – TBL (MORRISON; GOLDFARB; LANKEN, 2010). A partir desse fundamento, a estratégia das *Equipes de Aprendizagem Ativa* constituem elemento axial do modelo pedagógico adotado, configurando-se como dispositivo de construção e reconstrução de sínteses provisórias e compartilhadas do conhecimento. Trata-se de um regime de divisão das responsabilidades do processo pedagógico inter-pares, onde cada coorte de educandos também cumpre o papel de educadores para os novos afiliados e para as turmas de estudantes que lhes antecedem na trajetória formativa.

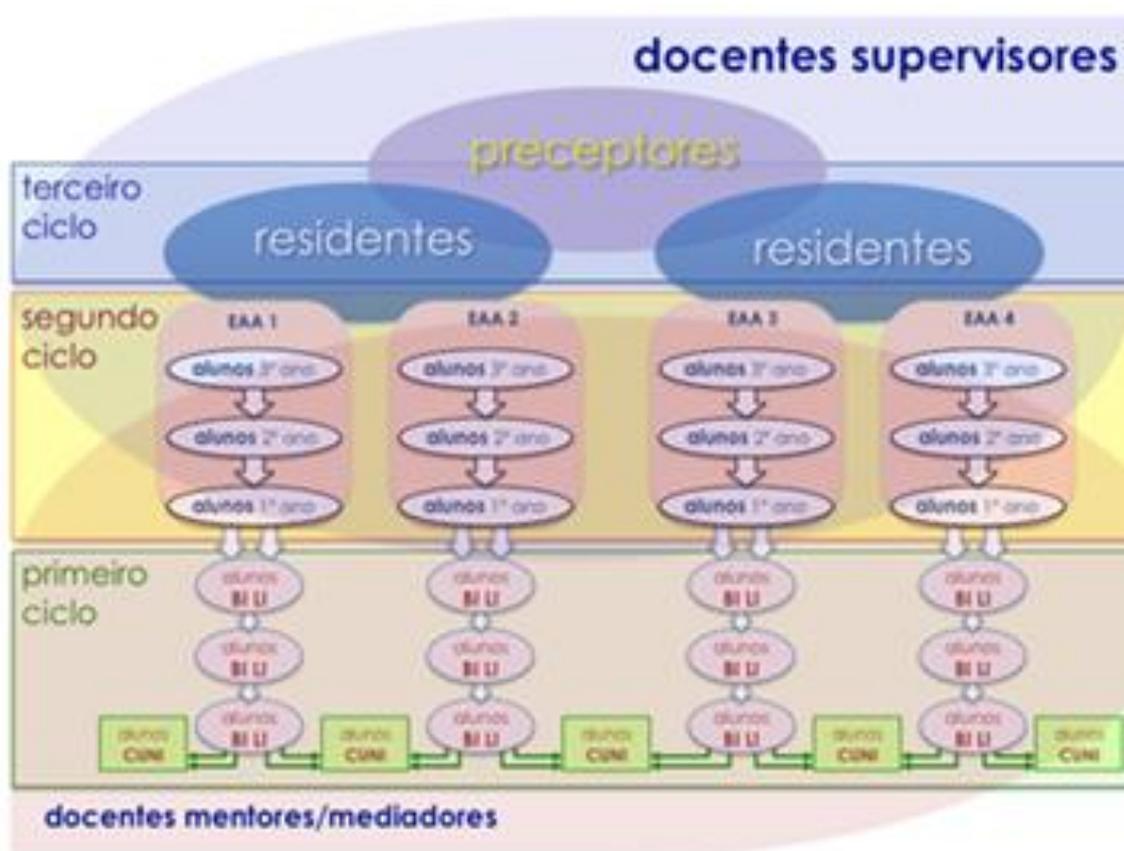
No CPsi/UFSB, os estudantes participarão intensamente de atividades de ensino em *Equipes de Aprendizagem Ativa* integradas por grupos de todos os anos do respectivo curso de formação profissionalizante. As equipes cumprirão programas e protocolos orientados, por elas continuamente revisados, aplicando técnicas de problematização em momentos de coelaboração da síntese de saberes. Cada equipe será supervisionada por pós-graduandos das Residências (multiprofissionais, psicológicas). Assim, no eixo prático, os estudantes continuarão como membros das suas respectivas equipes de aprendizagem durante toda a duração do curso, desempenhando atividades práticas em graus crescentes de complexidade. Simultaneamente ensinantes e aprendizes, durante toda a duração do curso, os estudantes serão tutores de colegas de anos/ciclos anteriores.

Um elemento essencial desta proposta consiste no desenvolvimento de ações em parcerias, internas e externas, operadas em diferentes níveis institucionais com base em espaços

de diversidade. Espaços de diversidade serão criados por grupos de cursos, engajados em ações integradas em ambientes produtivos, dentro da própria instituição ou em trabalhos de campo. Os espaços de diversidade são constituídos e ocupados por turmas de diversos cursos, grupos e períodos diferentes, engajados em ações integrativas, dentro da própria instituição ou em trabalhos de campo.

No curso de Psicologia as EAA terão 6 estudantes, 2 de cada ano. Os estudantes do terceiro ano serão tutores dos estudantes do segundo ano, que serão tutores dos estudantes do primeiro ano. Na base do sistema, cada estudante dos Bacharelados Interdisciplinares nos campi será responsável por 3 a 5 estudantes dos Colégios Universitários, situados nos municípios ligados pela rede digital da UFSB. Esse modelo constitui um sistema integrado de supervisão, preceptoria, tutoria e monitoria, conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 5 - Sistema Integrado de Aprendizagem Compartilhada



Ambientes virtuais e dispositivos de auto-aprendizagem complementarão atividades em salas de aula, auditórios, bibliotecas, palcos, laboratórios, serviços e espaços de prática. Nesses lugares coletivos, presenciais ou virtuais, o estudante compartilhará a responsabilidade pela formação de seus pares, como mediadores do processo de aprendizagem, com uso intensivo das mídias sociais. Assim, a aferição das competências será pautada menos por competição e mais por solidariedade. Em vez de vestibular ou testes pontuais, a progressão às graduações resultará de avaliação continuada, onde a nota de cada estudante será composta por seu aproveitamento individual, pelo desempenho de sua equipe e pelas notas dos colegas por ele tutorados.

A cooperação inter-subjetiva, como princípio e processo pedagógico fundamental, realçando valores e dimensões referentes à avaliação do curso, da aprendizagem e do impacto sobre a formação dos futuros profissionais e trabalhadores de nível universitário, será axial no cenário de gestão compartilhada dos processos formativos a ser implantado na UFSB. Como princípio e como processo, a cooperação faz-se, então, fundamental como aspecto pedagógico nesse cenário de gestão compartilhada dos processos pedagógicos, realçando os aspectos referentes à avaliação do curso, da aprendizagem e do impacto sobre a formação dos futuros profissionais.

12.3 Aprendizagem Orientada por Problemas Concretos

No sentido de alcançar as metas e objetivos do projeto acadêmico proposto (competências, valores e conhecimentos) a abordagem PBL (*Problem-Based Learning*, em Inglês) será ajustada ao contexto e objetivos da UFSB.

A *Aprendizagem Orientada por Problemas Concretos* (AOPC ou, em inglês, cPBL) compreende a construção orientada do conhecimento pela via da problematização, com base em elementos da realidade concreta da prática laboral, tecnológica ou acadêmica em pauta. Essa abordagem submete a percepção da aprendizagem inicial a um processo crítico de constante questionamento, mediado por literatura de referência (acadêmica, científica etc.) para o conjunto de saberes em questão, compilado ou extraído do conhecimento disponível ou herdado. Desse modo, essa etapa do processo educativo visa à elaboração de novas questões a serem continuamente retomadas e superadas pelo educando.

Isso ocorrerá mediante a identificação de problemas gerados por duas fontes: por um lado, induzidos em projetos temáticos de aprendizagem estabelecidos e renovados periodicamente pelas equipes docentes, a depender das estruturas curriculares dos cursos programados; por outro lado, definidos contingencialmente pelas práticas vivenciadas nos estágios curriculares e extra-curriculares incorporados nos programas de ensino. Em suma, a primeira opção configura aprendizagem-orientada-por-projetos e a segunda aprendizagem-orientada-por-problemas. O desafio, nesse caso, será conciliar e articular momentos e processos pertinentes numa estratégia pedagógica consistente e convergente.

O modelo AOPC permite também maior interação entre os estudantes contribuindo para o desenvolvimento de atitudes voltadas para o trabalho em equipe. Visando o aprendizado, é fundamental que os estudantes entendam em que consiste a AOPC e os papéis que devem desempenhar. Neste sentido, os estudantes receberão material sobre o próprio método, acostumando-se a dialogar e debater com seus monitores, mediadores, tutores e preceptores (WHITE; PASLAWSKI; WHITE, 2013).

Atividades em AOPC envolverão todos os estudantes das EAA. O residente atuará como tutor e facilitador e o docente como supervisor e coordenador. Em uma sessão de AOPC adequadamente conduzida o docente-preceptor idealmente não fará intervenções. Os tutores, por sua vez, poderão intervir sutilmente no sentido de conduzir a atividade para os objetivos da aprendizagem. Eles devem conhecer, no entanto, os objetivos de aprendizagem pré-definidos e observará atentamente as atividades dos estudantes para se certificar de que os objetivos da aprendizagem estão sendo alcançados. O grupo inicia a atividade elegendo estudantes para funcionar como líderes e relatores. O líder tem como atribuição estimular e moderar a discussão, o estudante que desempenhará o papel de relator tem como função registrar as conclusões e decisões do grupo. Um terceiro membro do grupo poderá monitorar o tempo de discussão. O processo ensino-aprendizagem, portanto, será sempre centrado no estudante.

As etapas de uma atividade típica baseada em AOPC são as seguintes:

1. Leitura do caso (a situação). É importante deixar claro no início o tempo de discussão.
2. Identificação dos problemas pelo grupo.
3. Discussão sobre os conhecimentos que já possuem sobre os problemas. Isto abrange tanto os conhecimentos relevantes da ciência quanto os da aplicação tecnológica ou prática.
4. Sumário dos pontos relevantes da discussão sobre o que os estudantes sabem sobre os problemas. Esta é uma tarefa do Relator, com a participação de todos.
5. Formulação dos objetivos de aprendizagem (o que ainda precisa aprender sobre o assunto).
6. Após identificar o que precisam aprender, os estudantes deverão pesquisar a literatura, ler material, consultar especialistas (*experts*), ou seja o que considerarem necessário para adquirir ou aprofundar o conhecimento.
7. Após isso os estudantes voltam a se reunir novamente para novo debate. Nesta nova sessão de discussão os estudantes apresentam os novos conhecimentos adquiridos referentes às questões que foram levantadas no passo 5 (objetivos do aprendizado).

Identificação de temas, avaliação sistemática e planejamento visando solucionar problemas constituem estímulos para levantamento de questões, seleção adequada de material bibliográfico e o planejamento de estratégias de solução de problemas. Especialmente no NO CPsi/UFSB, o modelo pedagógico deve enfatizar ainda mais a perspectiva de compartilhamento da aprendizagem inter-pares, contribuindo para a incorporação significativa de práticas e saberes. Tais estratégias permitirão às equipes atuar, de modo articulado, seguindo programas e protocolos, por elas continuamente revisados, simultaneamente aplicando técnicas de problematização como monitores, mentores, tutores ou orientadores, mas sempre aprendizes.

A cooperação inter-subjetiva, como princípio e processo pedagógico fundamental, realçando valores e dimensões referentes à avaliação do curso, da aprendizagem e do impacto sobre a formação dos futuros profissionais e trabalhadores de nível universitário, será axial nos processos formativos na UFSB. Como princípio e como processo, a cooperação faz-se, então, fundamental como aspecto pedagógico nesse cenário de gestão compartilhada dos processos pedagógicos, realçando os aspectos referentes à avaliação do curso, da aprendizagem e do impacto sobre a formação dos futuros profissionais de saúde.

Ambientes virtuais e dispositivos de auto-aprendizagem complementarão atividades em salas de aula, auditórios, bibliotecas, palcos, laboratórios, serviços e espaços de prática. Nesses lugares coletivos, presenciais ou virtuais, cada estudante compartilhará a responsabilidade pela formação de seus pares, atuando como mediadores do processo de aprendizagem. Assim, a aferição das competências será pautada menos por competição e mais por solidariedade. Em vez de vestibular ou testes pontuais, a progressão às graduações resultará de avaliação continuada, onde a nota de cada estudante será composta por seu aproveitamento individual, pelo desempenho de sua equipe e pelas notas dos colegas por ele tutorados. Enfim, nesse modelo renovado de educação superior, aprender será ensinar, ensinar será aprender.

12.4 Educação baseada na comunidade e orientada para problemas concretos

A Educação Baseada na Comunidade e Orientada para Problemas Concretos (EMBC) é baseada no desenvolvimento da relação profissional – sujeito (Eixo Clínico), da relação Escola-Serviço (Eixo Institucional) e Escola-Comunidade (Eixo Social), e no desenvolvimento

ético-profissional do educando (Eixo Pessoal), e pressupõe um ambiente de autoaprendizagem, com tutoria, modelagem de situações-problema e congruência entre avaliação e currículo.

O Eixo Institucional, por sua vez, enfrenta, quase sempre, o desafio de superar a tensão e compatibilizar tempos e objetivos educacionais e da pesquisa, de um lado, com os tempos e objetivos assistenciais dos serviços de saúde, de outro. A transformação desta tensão em oportunidade pedagógica e de qualificação dos serviços só é possível se os gestores e professores da escola médica e os gestores e trabalhadores de saúde configurarem todo o sistema saúde-escola como espaço de aprendizagem, com foco na qualidade da atenção e na saúde da comunidade.

O Eixo Social tem o desafio de situar o educando em outra fonte de tensão, entre necessidades e demandas em saúde, de um lado, e leis, políticas de saúde e a oferta de ações e serviços de saúde pelos governos, de outro. O imperativo de se considerar seriamente esse Eixo implica que o profissional da saúde assuma seu papel de ator social estratégico para a superação dessa tensão e compreender o bom desempenho desse papel como uma contribuição imprescindível ao desenvolvimento das competências consideradas anteriormente.

Por fim, o Eixo Pessoal trata da necessidade de desenvolvimento integrado de princípios deontológicos e competências profissionais aos valores e práticas pessoais, o que envolve o aprendizado da gestão do tempo consumido entre afazeres pessoais, familiares e profissionais, mas também o desenvolvimento de uma cultura permanente da qualidade na escola e nos cenários de prática, bem como de promoção da autonomia progressiva dos educandos, o que nos remete às estratégias de aprendizagem significativa, apresentadas no início deste capítulo.

No CPsi/UFSB o aprendizado será predominantemente baseado em atividades práticas e teórico/práticas e sob a supervisão e orientação de docentes. As atividades práticas serão desenvolvidas em serviços, instituições e espaços que configuram áreas consideradas essenciais para a prática psicológica. Estas orientações se materializam na estrutura curricular em componentes como as Oficinas Psi, os Campos de Saberes e Práticas, os Estágios Específicos e os Projetos de Pesquisa-Ação, os quais serão construídos a partir de temáticas e problemas concretos dos âmbitos de prática profissional.

13. Atividades Complementares

As atividades complementares devem possibilitar o reconhecimento, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do acadêmico, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, ampliando o seu currículo com situações e vivências acadêmicas, internas ou externas ao curso. Dessa forma, a proposta sugere atividades acadêmicas, científicas e culturais denominadas de atividades complementares, que possibilitam ao estudante realizar atividades diferenciadas fora ou dentro do ambiente em que estuda e visam, basicamente, ao crescimento pessoal e à formação profissional.

O componente curricular - *Atividades Complementares do Curso de Psicologia* - inclui atividades de caráter acadêmico-científico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo da psicóloga. A formação complementar no curso tem como objetivo, considerando a heterogeneidade tanto na formação prévia como das expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando, em determinado momento, a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses e/ou necessidades. Participação em eventos científicos, monitorias, estágios extracurriculares, projetos de ensino, atividades de extensão, projetos de pesquisa, disciplinas de enriquecimento curricular são modalidades propostas nesse processo formativo.

Para viabilizar o acesso a algumas dessas atividades, divulgam-se periodicamente datas de realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Além disso, desenvolvem-se projetos de ensino, projetos de extensão no Centro de Formação, e na UFSB, nos quais o intuito é promover o intercâmbio entre as diferentes áreas de ensino-pesquisa-extensão do curso e de cursos afins, proporcionando discussões, divulgando resultados dos projetos de pesquisa e de extensão dos alunos e dos professores.

O CPsi/UFSB incentivará os alunos a desenvolver atividades como monitoria, iniciação científica, atividades de extensão, visitas técnicas e viagens pedagógicas. Serão oferecidas oportunidades para que o aluno possa desenvolver suas habilidades e competências. A seguir são descritas as principais atividades propostas:

- *Bolsa de Monitoria*: a ser regulada pela UFSB. Os alunos interessados deverão se informar nas faculdades, a fim de obter todos os dados de que necessitam para se inscrever.
- *Bolsa de Iniciação Científica*: as bolsas de Iniciação Científica destinam-se a estudantes de cursos de graduação que se proponham a participar, individualmente ou em equipe, de projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador qualificado, que se responsabiliza pela elaboração e implementação de um plano de trabalho a ser executado com a colaboração do candidato por ele indicado. As bolsas de pesquisa provêm de recursos financeiros do PIBIC/CNPq e da Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica (PROGEAC) da UFSB.
- *Participação de alunos em eventos técnicos ou atividades de extensão*: a participação de alunos em congressos, encontros técnicos, seminários, e simpósios, cursos ou atividades de extensão, com apoio institucional, para os alunos que participam oficialmente de projetos de pesquisa ou de extensão.
- *Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET SAÚDE)*: será incentivada a participação de estudantes bolsistas e voluntários em grupos de trabalho do PET SAÚDE com o intuito de fortalecer a relação ensino-comunidade-serviço como acontece no primeiro ciclo, no BI Saúde (BIS).

A carga horária total que o aluno deverá preencher durante todo o curso de Psicologia com atividades complementares será de 220h, sendo 120h do primeiro ciclo e 100h do segundo ciclo. O regulamento das Atividades Complementares integra o presente projeto, estando disposto no Apêndice B.

14. ESTÁGIO CURRICULAR

A organização curricular do CPsi/UFSB visa atender as exigências das DCNs para os cursos de graduação em Psicologia (BRASIL, 2011), segundo as quais o núcleo comum da formação em deverá estabelecer uma base homogênea para a formação, apoiada na capacitação básica para lidar com os conteúdos do campo psicológico. Em seu Artigo 8º, as DCNs preconizam as competências requeridas ao egresso de curso de Psicologia, de modo a garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida.

Quanto aos estágios, atendendo ao disposto pelas DCNs, os mesmos encontram-se divididos em básicos e específicos, distribuídos no Quadro. A carga horária total dos estágios do curso de Bacharelado em Psicologia deve atingir ao menos 15% da carga total do curso, exigidos pelas diretrizes, conforme observa-se no §3º, Artigo 21. Salienta-se que a carga horária total dos estágios do CPsi/UFSB ultrapassa em o mínimo exigido das horas totais do curso.

O *estágio supervisionado do núcleo comum* visa atender às exigências do estágio básico, o qual apresenta-se com CC que envolve as etapas de observação, avaliação e planejamento e a possibilidade de contato com a realidade social, uma vez que articula através práticas as diversas atividades curriculares. Os estágios *básicos*, por serem uma interface entre a atividade acadêmica e profissional, permitem o questionamento da realidade e se tornam também um espaço propício para desenvolver a iniciação à pesquisa e à investigação. Estão distribuídos em três quadrimestres dos quatro que conformam o núcleo comum de formação.

O *estágio supervisionado específico*, por sua vez, integra um conjunto de atividades realizadas pelo estudante em situações de atividade profissional, junto à escolas, empresas, hospitais, clínica-escola e comunidade, visando à formação profissional e sócio-cultural, sob a orientação de docentes do CPsi/UFSB e supervisão local de profissionais da psicologia. Deverão necessariamente atender às duas ênfases do curso. Em cada ênfase o estudante deverá cursar 3 estágios específicos (1 por quadrimestre), conforme previsto no regulamento de estágio supervisionado específico.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de n° 9.394/96 e a Resolução CNE/CES n° 5/2011, que instituem as DCNs, os estágios devem complementar o ensino e aprendizagem e estarão sujeitos a planejamento, execução e avaliação de acordo com os programas e calendários escolares. Em qualquer área profissional, sejam os estágios obrigatórios ou não, realizados por opção ou iniciativa do aluno, devem estar regulamentados, garantindo condições de realização do mesmo, conforme prevê a Lei n° 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta a atividade de estágio nos cursos de graduação.

O CPsi/UFSB pretende-se aberto e flexível, além de inovador, entretanto alguns pré-requisitos são necessários, sobretudo no tocante à regulação do fluxo de estudantes nos estágios supervisionados.

Quadro 10 – Pré-requisitos do curso de bacharelado em Psicologia – Formação de Psicólogos

COMPONENTE CURRICULAR	PRÉ-REQUISITO
Estágio Núcleo Comum II	Estágio Núcleo Comum I
Estágio Núcleo Comum III	Estágio Núcleo Comum II
Estágio Supervisionado Específico II	Estágio Supervisionado Específico I
Estágio Supervisionado Específico III	Estágio Supervisionado Específico II

15. SISTEMA DE CREDITAÇÃO

A UFSB adota um regime de creditação compatível com o *European Credit Transfer System* (ECTS), vigente no Espaço Europeu de Ensino Superior, com dois principais objetivos:

- a) Acolher com respeito e flexibilidade diferentes tipos de aquisição de conhecimentos e habilidades: formais, não-formais e informais, apresentados pelo estudante e devidamente atestados por um docente orientador e pelo Colegiado de Curso.
- b) Permitir e valorizar a mobilidade internacional dos estudantes da UFSB, favorecendo o reconhecimento de diplomas e certificados.

O ECTS define sua creditação da seguinte maneira: ano acadêmico = 60 créditos; semestre = 30 créditos; trimestre = 20 créditos. Como a UFSB tem regime quadrimestral, cada quadrimestre corresponderá a 20 créditos.

Na UFSB, cada CC possui carga horária e crédito, onde CH é o número de horas semanais de aulas e atividades presenciais ou metapresenciais, incluindo trabalho de laboratório, aulas práticas, aulas de exercícios ou estudos dirigidos, realizadas na universidade. Uma unidade de crédito (Cr) equivale a 15 horas de trabalho acadêmico ou demonstração de domínio de conhecimento, competência ou habilidade, validados pelo Colegiado. Nesse sistema, o crédito é atribuído ao CC ou atividade de um programa de estudos ou curso. O número de créditos de cada CC ou atividade pode variar em cada curso, a depender da importância atribuída ao volume de trabalho necessário para que o estudante consiga atingir os resultados exigidos no respectivo PPC⁴.

A principal característica desse sistema de creditação diz respeito à centralidade do processo ensino-aprendizagem, ao invés do sistema tradicional de ensino centrado na figura do professor e em conteúdos e tarefas prefixados. Contudo, a atribuição de créditos não deve variar de estudante para estudante, considerando-se a unidade pedagógica (atividade, CC ou curso). O crédito, como exposto acima, certifica a atividade e não o estudante e sua notação não será adaptada conforme o estudante tenha apresentado uma performance que se diferencia em qualidade, para mais ou para menos. Este é papel da nota ou conceito e não do crédito. O sistema prevê, entretanto, procedimentos de tolerância ou compensação quando, por exemplo, uma banca de exame ou um conselho de equipe docente isenta o estudante de novo reexame na medida do seu desempenho global no período ou, ao invés, recomenda novo exame, a despeito de uma nota alta, quando o estudante não demonstrou durante o período desempenho compatível com uma nota muito acima do seu perfil.

⁴ O Parecer CNE 8/2007 sobre carga horária mínima dos cursos de graduação refere-se ao conceito de volume de trabalho, aqui traduzido num sistema de creditação. Tal conceito pode ser compreendido como o investimento de trabalho requerido no processo ensino-aprendizagem e que não corresponde meramente à carga horária ou ao número de horas utilizadas nos registros acadêmicos.

16. ACESSIBILIDADE E DIVERSIDADE

A Instituição considera central a questão da acessibilidade e da acolhida a todas as formas de diversidade humana. O conceito de acessibilidade não deve ser apenas restrito a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que o vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão.

Para tanto, embora a UFSB seja uma universidade nova, ainda em pleno processo de consolidação de sua estrutura física e de seu quadro de recursos humanos compatíveis com suas metas e funções sociais, o compromisso com a implantação da formação inclusiva e com o atendimento dos dispositivos legais encontram-se contemplados em diferentes perspectivas em processo de consolidação na estrutura universitária.

Para cumprir a regulamentação das políticas de acessibilidade (BRASIL, 2004a) e da legislação relativa às questões étnico-raciais (BRASIL, 2003, 2004b, 2008), a UFSB atende a essas demandas a partir da inserção destas temáticas em CCs de seus cursos de formação, bem como, em suas atividades de pesquisa e integração social.

O PPC do BI Humanidades (BIH), assim como o do BIS prevê disciplina optativa de Libras na estrutura curricular do curso, em consonância com o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) . Além da transversalidade desses temas nos currículos de formação de BIs, a UFSB investe em programa de apoio ao discente sobretudo em sua relação direta com a equipe de orientadores e fomenta a participação dos estudantes em intercâmbios nacionais e internacionais e centros acadêmicos.

17. MOBILIDADE DO ESTUDANTE E APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O modelo formativo da UFSB está pautado no pluralismo metodológico, incorporando distintos modos de aprendizagem ajustáveis às demandas concretas do processo coletivo institucional e compatível com universidades reconhecidas internacionalmente. Para registro adequado e eficiente da diversidade de modos de aprendizagem previstos, a UFSB adota o sistema combinado de carga horária e creditação baseado no modelo ECTS do sistema europeu, adaptado ao contexto institucional do ensino superior no Brasil e compatível com a plena mobilidade internacional.

Do ponto de vista da gestão acadêmica, a adoção do termo *decano* para designar os dirigentes dos *campi* é proposital: tanto reafirma a função do gestor acadêmico como líder institucional de ambientes educativos quanto remete à nomenclatura internacional, retomando um título equivalente aos cargos de *dean* e *doyen* das principais universidades do mundo.

O regime de ciclos comporta inúmeras vantagens acadêmicas e, dentre elas, apresenta plena compatibilidade internacional. O regime quadrimestral compreende uma ideia relativamente radical para o cenário brasileiro, mas não desconhecida em outros contextos universitários. Muitas universidades de grande reconhecimento internacional têm implantado regimes letivos similares há décadas, chamado de *quarters* (em geral, três termos por ano). No Brasil, a UFABC foi inaugurada já com o regime quadrimestral e avalia seus resultados de modo muito positivo.

Estudos realizados em outra instituição de ensino superior podem ser aproveitados para integralização do currículo, desde que tenham sido aprovados pelo Colegiado de Curso. CCs de qualquer curso da UFSB, quando cursados integralmente com aproveitamento em instituição de ensino superior autorizada, são automaticamente dispensados pela UFSB, sendo os créditos, notas e cargas horárias obtidos no estabelecimento de procedência registrados no histórico escolar.

18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Como sujeito ativo do processo de aprendizagem, o educando deve ser acompanhado e motivado a desenvolver a autonomia nas suas escolhas e direcionamentos durante o curso, visto que essa é uma condição básica para a consolidação da sua competência para aprender a aprender. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a sujeitos que atuarão em uma realidade complexa em permanente transformação, e que terão de enfrentar situações e problemas que estarão sempre emergindo nas experiências de trabalho. Assim, será possível para o educando se posicionar mediante a escolha de CCs, dentre uma proporção significativa de conteúdos de natureza optativa durante o curso, possibilitando-lhe definir, em parte, o seu percurso de aprendizagem, bem como reduzir ao indispensável a exigência de pré-requisitos.

Na relação com colegas, assim como docentes e servidores técnico-administrativos, é fundamental que o estudante esteja aberto à interação, compartilhe o respeito às diferenças, desenvolva habilidade de lidar com o outro em sua totalidade, incluindo suas emoções. Entende-se que a experiência de ser universitário deve ser vivenciada em sua plenitude, envolvendo a participação em entidades de categoria, instâncias decisórias, grupos de pesquisa, projetos de cooperação técnica e de integração social, eventos socioculturais e artísticos, entre outros fóruns de discussão e diferentes atividades.

É importante ter como referência que a avaliação dos estudantes deve estar pautada tanto no processo de aprendizagem (avaliação formativa), como no seu produto (avaliação somatória). Na avaliação do processo, a meta é identificar potencialidades dos estudantes, falhas da aprendizagem, bem como buscar novas estratégias para superar dificuldades identificadas. Para acompanhar a aprendizagem no processo, o docente lança mão de atividades e ações que envolvem os estudantes ativamente, a exemplo de seminários, relatos de experiências, entrevistas, coordenação de debates, produção de textos, práticas de laboratório, elaboração de projetos, relatórios, memoriais, portfólios, dentre outros.

Na avaliação dos produtos, devem-se reunir as provas de verificação da aprendizagem ou comprovações do desenvolvimento das competências. O objetivo dessas provas é fornecer elementos para que o educador elabore argumentos consistentes acerca do desempenho e da evolução dos estudantes. Esses instrumentos de avaliação podem ser questionários, exames escritos com ou sem consulta a materiais bibliográficos, arguições orais, experimentações monitoradas em laboratórios, relatórios e descrições de processos produtivos, visitas, elaboração de pôsteres ou outros materiais para apresentação, fichas de aula, instrumento de autoavaliação, relatórios de estágio e monografias, além de avaliações integrativas que envolvam os saberes trabalhados por Bloco Temático. Ao pontuar e atribuir nota ao produto, o docente deve explicitar com clareza os critérios adotados quanto aos objetivos esperados.

Na UFSB, avaliação é entendida como dispositivo imprescindível do processo ensino-aprendizagem e contém – mas não se limita a – verificação de aprendizagem como testes, provas, trabalhos, e outras atividades pontuais que conduzem a notas ou conceitos.

Os seguintes princípios do Plano Orientador norteiam os processos de avaliação na UFSB:

- *Interdisciplinaridade*: os docentes de cada quadrimestre planejam avaliações conjuntas e, sempre que possível, envolvem conhecimentos e saberes trabalhados nos diferentes CCs do quadrimestre, evitando multiplicar produtos avaliativos.

- *Compromisso com aprendizagem significativa*: coerente com metodologias ativas de ensino-aprendizagem, evitando a ênfase conteudista e pontual.
- *Criatividade e inovação*: são valorizadas mediante a instigação à reflexão crítica e propositiva.
- *Ética*: critérios justos, transparentes, com objetivos claros e socializados desde o início de cada CC.
- *Espírito colaborativo*: trabalhos em grupo e promoção do compartilhamento e da solidariedade são atitudes exercitadas em todas as atividades universitárias.

Dada a complexidade envolvida em avaliar diversas dimensões, de forma interdisciplinar, a avaliação é composta por um conjunto de CCs. Cada conjunto estabelece sua metodologia de avaliação, conforme as diretrizes estabelecidas pela universidade. O seguinte conjunto de CCs compõem a avaliação:

- CCC: Conhecimento
- CCP: Práticas
- CCL: Laboratório
- CCE: Estágio
- CCA: Avaliação Autônoma de Aprendizagem
- CCX: Exame (Verificação de aprendizagem)

Aprender é, também, poder mudar, agregar, consolidar, romper, manter conceitos e comportamentos que vão sendo construídos e reconstruídos nas interações sociais. Assim, a aprendizagem pode ser entendida como processo de construção de conhecimento, em que o estudante estrutura suas relações na interação com os outros estudantes, professores, fóruns de discussão, pesquisadores.

A avaliação deve subsidiar todo o processo de formação, fundamentando novas decisões, direcionando os destinos do planejamento e reorientando-o, caso necessário. Dentro da visão de que aprender é construir o próprio conhecimento, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Assim, deve ser um mecanismo constante de retroalimentação, visando à melhoria do processo de construção ativa do conhecimento por parte de gestores, educadores, educandos e servidores técnico administrativos.

A aprendizagem implica redes de saberes e experiências que são apropriadas e ampliadas pelos educandos em suas relações com os diferentes tipos de informações. Nesse sentido, o educando deve ser mobilizado para sair do papel de receptor passivo, mediante o desenvolvimento de pesquisa e mudança de atitude em relação ao consumo da informação, para que, assim, possa se tornar um sujeito da aprendizagem. Para que isso ocorra é fundamental a disseminação de uma cultura investigativa, a possibilidade de estabelecer trocas e o diálogo entre várias áreas do conhecimento e os vários recursos de informação.

Como sujeito ativo do processo de aprendizagem, o educando deve ser acompanhado e motivado a desenvolver a autonomia nas suas escolhas e direcionamentos durante o curso, visto que essa é uma condição básica para a consolidação da sua competência para aprender a aprender. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a sujeitos que atuarão em uma realidade complexa em permanente transformação, como é o campo da saúde, e que terão

de enfrentar as novas situações e problemas que estarão sempre emergindo nas experiências de trabalho. Assim, será possível para o educando se posicionar mediante a escolha de componentes curriculares, dentre uma proporção significativa de conteúdos de natureza optativa durante o curso, possibilitando-lhe definir, em parte, o seu percurso de aprendizagem, bem como reduzir ao indispensável a exigência de pré-requisitos.

Na relação com colegas, assim como docentes e servidores técnico-administrativos, é fundamental que o discente esteja aberto à interação, ao compartilhar, ao respeito, à diferença, ao desenvolvimento da habilidade de lidar com o outro em sua totalidade, incluindo suas emoções. Entende-se que a experiência de ser universitário deve ser vivenciada em sua plenitude, envolvendo a participação em entidades de categorias, instâncias decisórias, grupos de pesquisa, projetos de extensão, eventos socioculturais e artísticos, entre outros fóruns de discussão e diferentes atividades.

É importante ter como referência que a avaliação dos educandos deve estar pautada tanto no processo de aprendizagem (avaliação formativa), como no seu produto (avaliação somatória). Na avaliação do processo, tem-se como meta identificar as potencialidades dos educandos, as falhas da aprendizagem, bem como buscar novas estratégias para superar as dificuldades identificadas. Para acompanhar a aprendizagem no processo, o educador pode lançar mão de atividades e ações que envolvam os educandos ativamente, a exemplo de seminários, relatos de experiências, entrevistas, coordenação de debates, produção de textos, práticas de laboratório, elaboração de projetos, relatórios, memoriais, portfólios, dentre outros.

Já na avaliação dos produtos, devem-se reunir as provas de verificação da aprendizagem ou comprovações do desenvolvimento das competências. O objetivo dessas provas é fornecer elementos para que o educador elabore os argumentos consistentes acerca do desempenho e da evolução dos educandos. Esses instrumentos de avaliação podem ser questionários, exames escritos com ou sem consulta a materiais bibliográficos, arguições orais, experimentações monitoradas em laboratórios, relatórios e descrições de processos produtivos, visitas, elaboração de pôsteres ou outros materiais para apresentação, fichas de aula, instrumento de autoavaliação, relatórios de estágio e monografias, além de avaliações integrativas que envolvam os saberes trabalhados por Eixo. Ao pontuar o produto, o docente deve explicitar com clareza os critérios adotados quanto aos objetivos esperados.

A avaliação do rendimento acadêmico ocorrerá mediante a atribuição de notas. Nas avaliações formativas serão atribuídas as notas correntes no regimento da universidade e estabelecidos pareceres de acompanhamento, em comum acordo com o educando. Todos os instrumentos de avaliação serão utilizados do início ao final do curso. A aprovação está vinculada ao desempenho satisfatório em todas as atividades curriculares, o que significa o alcance de média 6, em uma escala de 0 a 10, e ao cumprimento de 75% de presença em cada atividade curricular. A aprovação no curso dará por aprovação em todas os CCs, respeitado o prazo máximo de integralização.

18.1 Composição da Nota

O Coeficiente de Rendimento (CR), necessário para fins de progressão do 1º ano para o 2º ano dos estudantes de ABI, e do primeiro para o segundo ciclo, é calculado pela média ponderada dos CCs, cujos pesos serão atribuídos pelo Colegiado de cada curso de segundo ciclo.

Visando estabelecer classificação para ingresso em ciclos posteriores e para obtenção de certificados e diplomas, as notas são numéricas, variando de zero a dez, com uma casa decimal. A nota mínima para a aprovação nos CCs será 6,0 (seis inteiros).

18.2 Outros Instrumentos de Avaliação

Para cada turma ingressante no BIS e BIH será aplicado um questionário socioeconômico, mediante o qual se buscará reunir informações sobre os educandos, possibilitando que se conheça melhor a sua origem social, a renda média de sua família, a escolaridade de seus pais, a sua cor/raça, os seus hábitos de leitura e de estudo, as suas necessidades de trabalhar ou não para sustentar a sua permanência no curso, os seus interesses culturais, as motivações que os trouxeram a universidade e ao BIS e BIH, suas expectativas, sua concepção de universidade, os seus espaços preferidos de convívio, as suas imagens de futuro. Com isso teremos um importante perfil dos ingressantes, que será uma importante ferramenta para planejamento das atividades acadêmicas.

Quadrimestralmente serão utilizadas metodologias quantitativas (questionário estruturado) e qualitativas (conselhos de classe) para implementar uma avaliação dos educadores acerca do curso, assim como identificar o grau de satisfação dos educandos e o que eles pensam e dizem de seus educadores, das suas atitudes, do seu comportamento e da sua capacidade, dos programas de aprendizagem, da qualidade das estratégias de ensino, das instalações físicas, da condição das salas de aula, do funcionamento dos laboratórios didáticos e de pesquisa, da atualidade e da disponibilidade do acervo bibliográfico, da articulação entre os módulos do curso, da utilidade do projeto pedagógico para as suas pretensões de formação, entre outras. As notas, que refletem o desempenho dos educandos nas avaliações realizadas, irão permitir que o colegiado do curso realize estudos no sentido de verificar o grau de domínio que esses adquiriram acerca dos diversos saberes e conteúdos previstos em cada Eixo Integrativo do curso. Para os concluintes, será aplicado um questionário com a finalidade de identificar a opinião dos educandos em relação a itens que foram investigados no seu ingresso na universidade (os seus interesses culturais, satisfação em relação ao curso e à *universidade*, sua concepção de universidade, os seus espaços preferidos de convívio, suas imagens de futuro etc.).

Com essa análise, será possível identificar lacunas e dificuldades no processo ensino-aprendizagem, avaliar e planejar coletivamente estratégias de superação. Outra forma de avaliação do curso será a aplicação de uma prova anual que visa obter informações acerca do alcance dos objetivos e competências estabelecidos neste projeto.

19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Para cada turma ingressante é aplicado um questionário socioeconômico, mediante o qual se busca reunir informações sobre os educandos, possibilitando que a UFSB conheça melhor origem social, escolaridade e renda média familiar, cor/raça, hábitos de leitura e de estudo, necessidades de trabalhar ou não para permitir a permanência no curso, interesses culturais, motivações de ingresso na universidade e no BI, concepção de universidade, expectativas em relação ao curso de Psicologia, espaços de convívio, imagens de futuro. Com isso a Universidade pode compor um importante perfil dos ingressantes, ferramenta indispensável para planejamento de atividades acadêmicas e extra-acadêmicas.

Quadrimestralmente são utilizadas metodologias quantitativas (questionário estruturado) e qualitativas (conselhos de classe) para promover avaliação dos docentes acerca do curso, assim como identificar o grau de satisfação dos estudantes e o que eles pensam e dizem de seus professores, das suas atitudes, do seu comportamento e da sua capacidade, dos Programas de Aprendizagem, da qualidade das estratégias de ensino, das instalações físicas, da condição das salas de aula, do funcionamento dos laboratórios didáticos e de pesquisa, da atualidade e da disponibilidade do acervo bibliográfico, da articulação entre os módulos do curso, da utilidade do projeto pedagógico para as suas pretensões de formação, entre outras.

As notas, que refletem desempenho nas avaliações de resultado, permitem ao colegiado do curso verificar o grau de domínio que os estudantes adquiriram acerca dos diversos saberes e conteúdos previstos em cada etapa do curso. Para os concluintes, é aplicado um questionário com a finalidade de identificar opinião em relação a itens que foram investigados no seu ingresso na universidade (seus interesses culturais, satisfação em relação ao curso e à universidade, concepção de universidade, espaços preferidos de convívio, imagens de futuro etc.).

Com essa análise, torna-se possível identificar lacunas e dificuldades no processo ensino-aprendizagem, bem como avaliar e planejar coletivamente estratégias de superação. Outra forma de avaliação do curso pode ser a aplicação de exames anuais, a fim de obter informações acerca do alcance dos objetivos e competências estabelecidos no projeto.

A UFSB também desenvolve ações que visam reduzir a evasão nos cursos:

1. Bolsas e Auxílios de Permanência para os estudantes, em articulação com a Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social, para proporcionar auxílios financeiros que permitam a permanência dos estudantes na UFSB.
2. Reuniões periódicas com o Colegiado do Curso para escuta de demandas e esclarecimentos a respeito do curso e carreiras.

20. GESTÃO DO CURSO

O CPsi/UFSB está vinculado ao Centro de Formação em Ciências da Saúde (CFCS), com sede no *Campus* Paulo Freire, em Teixeira de Freitas. Sua gestão será feita de acordo com a Resolução do CONSUNI nº 17/2016, que dispõe sobre os órgãos de gestão acadêmica das Unidades Universitárias na UFSB, dispondo de um colegiado de curso com finalidade de planejar, executar e supervisionar as atividades acadêmicas. Além disso, conforme Resolução do CNE nº 01/2010, disporá também de um Núcleo Docente Estruturante (NDE), como órgão de assessoramento referente ao PPC e questões pedagógicas.

20.1 Colegiado do Curso

O colegiado de curso é o órgão de gestão acadêmica que tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino-aprendizagem, atribuindo centralidade às ações de articulação entre professores e estudantes objetivando aprendizagens significativas, sempre por meio de práticas solidárias e interdisciplinares, sempre de acordo com o PPC, elaborados de modo conjunto pela Congregação da unidade em que está lotado e devidamente aprovados pelo CONSUNI.

O Colegiado do curso será presidido pelo coordenador do curso, vice-coordenador e demais membros docentes, além de representantes discentes e dos servidores técnico-administrativos escolhidos por seus pares, e representantes de outros colegiados de cursos da mesma modalidade. O mandato dos representantes no colegiado é de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez. O colegiado do Curso se reunirá ordinariamente, uma vez ao mês, e extraordinariamente quando for solicitado, sendo suas decisões referendadas por maioria simples dos votos. Em caso de impossibilidade de participação de um de seus representantes, deve ser encaminhada sua imediata substituição junto ao colegiado.

20.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Psicologia, conforme a Resolução do CNE nº 1/2010, é o órgão colegiado responsável pela formulação, implementação, consolidação e contínua avaliação do PPC, sendo formado por docentes com liderança acadêmica, significativa produção de conhecimentos na área e com reconhecida inserção em ensino, pesquisa e/ou integração social. Por sua expressiva qualificação acadêmica, o NDE se constituirá em órgão assessor da PROGEAC na perspectiva de contribuir continuamente para o cumprimento das metas do PDI da Universidade.

Entre as principais atribuições do NDE, encontram-se: zelar pela integração curricular interdisciplinar entre os diferentes CCs; assegurar o cumprimento do PPC do curso; incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa, cooperação técnica e integração social, oriundas de necessidades do curso e avaliar continuamente o PPC, encaminhando proposições de atualização ao colegiado.

21. CORPO DOCENTE

O CPsi/UFSB conta com um corpo docente composto em sua maioria por professores em regime de Dedicção Exclusiva (DE). Em sua maioria, apresentam formação em nível de Psicologia. Com relação à formação pós-graduada, o corpo docente apresenta uma diversidade de percursos formativos tanto em áreas mais tradicionais, como a Psicologia Social, como outras de caráter interdisciplinar ou em áreas afins à Psicologia.

Quadro 11 – Corpo Docente do CPsi/UFSB

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO
Caio Rudá de Oliveira	Psicologia	Mestrado	DE
Paula Rita Bacellar Gonzaga	Psicologia	Mestrado	TP
Leandro Gaffo	Geografia	Doutorado	DE
Silier Andrade Cardoso Borges	Psicologia	Mestrado	TP
Thayro Andrade Carvalho	Psicologia	Mestrado	DE
Roberta Scaramussa da Silva	Psicologia	Mestrado	DE

22. INFRAESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

Por se tratar de uma universidade recentemente criada, os Institutos de Humanidades, Artes e Ciências (IHACs), instâncias nas quais são desenvolvidos os Bacharelados Interdisciplinares em Humanidades e em Saúde, principais percursos de formação em primeiro ciclo, ainda funcionam em sede provisória. Os IHACs definitivos, dispõem de infraestrutura adequada com sala de aulas, auditórios, biblioteca, ambientes de ensino-aprendizagem, com equipamentos digitais e de conectividade de última geração. Laboratórios multifuncionais estão sendo implantados, com o objetivo de compartilhamento de experiências acadêmicas com os demais BIs e com as LIs. Os laboratórios devem dispor de instalações modernas, que atendem aos padrões de segurança e qualidade.

O CPsi/UFSB será ofertado no *Campus* Paulo Freire, na cidade de Teixeira de Freitas, onde localiza-se o CFCS, ainda em local provisório. O local definitivo do *campus*, ainda em fase de execução, em termos de estrutura física, e ocupará área contígua ao local do futuro Policlínica Regional de Teixeira de Freitas. No *campus* definitivo, serão construídos os seguintes equipamentos de ensino-aprendizagem, pesquisa, cooperação técnica e integração social:

- Centro Administrativo;
- Centro de Serviços e Convivência (com restaurante universitário);
- Centro de Esportes e Lazer;
- Complexo de Dormitórios (para estudantes egressos dos Colégios Universitários e de outros *campi*);
- Biblioteca e Núcleo de Difusão de Informação;
- Centro de Tecnologias de Aprendizagem;
- Centro de Idiomas;
- Pavilhão de aulas com as seguintes especificações: 20 salas de aula de 70m²; uma sala de reuniões de 50 m²; um auditório para 200 pessoas.
- Prédio do IHAC de Teixeira de Freitas, com salas para programas de pesquisa, cooperação técnica e integração social, além de 15 gabinetes de professores;
- Prédio do Centro de Formação em Saúde, com salas de programas para pesquisa,cooperação técnica e integração social, além de 30 gabinetes de professores;
- Parque Tecnológico com foco em Biotecnologia e Saúde;
- Memorial da Mata Atlântica.

23. LABORATÓRIOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

O CPsi/UFSB irá contar com três laboratórios para a operacionalização das suas práticas pedagógicas:

- **Laboratório de Psicologia Experimental e Neurociências (LAPEN)**

O LAPEN desenvolverá estudos e contará com recursos de aprendizagem no campo da psicologia experimental e da neurociências com vistas a planejar, conduzir e avaliar experimentos que possibilitem a elucidação do funcionamento dos processos psicológicos básicos (percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, emoções básicas), considerando seu substrato neurofisiológico e suas implicações para o comportamento humano. Além disso, o laboratório será o espaço privilegiado para o ensino dos conceitos básicos de análise do Comportamento.

Considerando o enorme custo de equipamentos, espaço, verbas e pessoal técnico, optaremos, ao menos nos anos iniciais do curso de Psicologia, pelos laboratórios virtuais. De fato, tem sido disponibilizado, no Brasil, o software “Sniffy: o rato virtual” (2006). Esse programa simula o comportamento de um rato albino, a partir de movimentos espontâneos do animal real que foram gravados em videotape e, posteriormente, foram digitalizados. O uso desse programa, de acordo com os seus criadores, justifica-se em virtude: 1) do alto custo da criação e manutenção de um laboratório com ratos albinos reais; e 2) de questões éticas envolvendo experimentos com animais, especialmente quando os resultados dos experimentos são amplamente conhecidos (Alloway, Wilson e Graham, 2006).

Além do Sniff, serão utilizados *softwares*, preferencialmente de acesso livre, que permitam estudar o funcionamento dos processos psicológicos básicos, para fins de aprendizagem e pesquisa.

- **Laboratório Serviço de Psicologia Aplicada ou Clínica-Escola-Comunidade**

O LAPSA visa oferecer um conjunto de atendimentos psicológicos de cunho clínico, destinado à comunidade universitária e ao público externo, que será conduzido pelos estudantes sob a orientação dos professores. Os atendimentos psicológicos serão do tipo individual (crianças, adolescentes e adultos), casal, em família, em grupo. Além disso, envolverão técnicas de acolhimento e tratamento psicoterápico. Cumpre destacar que a disponibilidade de um espaço físico para execução das práticas, no entanto, não incorre em prejuízo da efetivação de uma perspectiva clínica ampliada. Nesse sentido, a inserção das ações da psicologia clínica da UFSB no âmbito dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), por exemplo, pode promover a efetivação de uma clínica ampliada na rede básica, com o intuito de articular o serviço à comunidade e religar os conceitos de clínica-política-produção de modos de vida e de subjetivação.

- **Laboratório Serviço Escola de Avaliação Psicológica - LSEAP**

O LASEAP será um laboratório para práticas em avaliação psicológica, testagem (individual e em grupo), desenvolvimento de práticas que atendam a demandas da comunidade como avaliação psicológica nas mais diversas esferas, a exemplo da aplicabilidade para o contexto educacional, orientação profissional, sanidade mental,

como o objetivo de dar suporte as práticas clínicas. Além de possibilitar ambiente apropriado para desenvolvimento de medidas em psicologia para fins de pesquisa e experimentação.

24. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A instituição conta com o sistema de webconferência viabilizado pela conexão à Rede Nacional de Pesquisa (RNP), à qual estão conectados os três *campi*. A UFSB conta ainda com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). As salas de aula contam com computadores, telas e conexão sem fio à internet, equipamentos que apoiam as atividades pedagógicas.

25. ACERVO BIBLIOGRÁFICO DISPONÍVEL

O curso deve contar com no mínimo três exemplares de cada um dos livros referenciados na bibliografia básica dos componentes curriculares obrigatórios e optativos.

26. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa desenvolvida pelos estudantes e professores do CPsi/UFSB deverá ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSB (CEP/UFSB), o qual está integrado ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), exceto nos casos considerados pela Resolução No. 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

27. EMENTÁRIO

A seguir, o rol de CCs do CPsi/UFSB, com respectivas ementas e bibliografias.

27.1. Componentes Obrigatórios

Processos Psicológicos Básicos (60h)

Ementa: Introdução ao estudo dos Processos Psicológicos Básicos. Processos Cognitivos: sensação, percepção, atenção e memória. Propriedades, desenvolvimento e sua integração na determinação do comportamento humano. Patologia dos processos.

Bibliografia Básica

GAZZANIGA, M.; HEATHERTON, T.; HALPERN, D. *Ciência psicológica*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

WEITEN, W. *Introdução à Psicologia: Temas e variações*. Tradução da 10ª Edição Norte-americana. São Paulo: Cengage, 2017.

NOLEN-HOEKSEMA, S.; FREDRICKSON, B. L.; LOFTUS, G. R.; LUTZ, C. *Introdução à psicologia de Atkinson & Hilgard*. São Paulo: Cengage. 2018.

Bibliografia Complementar

LURIA A. R. *Curso de Psicologia Geral* (Trad. Bezerra, P.), Vols II e III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CATANIA, C. A. *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

EYSENCK, M. W.; KEANE, M. T. *Manual de psicologia cognitiva*. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

FUENTES et al.. *Neuropsicologia: Teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LURIA, A. R. *Desenvolvimento Cognitivo*. São Paulo: Ícone, 6ª. ed. 2010.

STERNBERG, R. J.; STERNBERG, K. *Psicologia Cognitiva*. Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage. 2017.

VYGOTSKY, L. S. *Formação Social da Mente*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

YUDOFISKY, S. C.; HALES, R. E. *Fundamentos de neuropsiquiatria e ciências do comportamento*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 616 p

Teorias e Sistemas Cognitivo-Comportamentais (60h)

Ementa: Perspectivas da psicologia contemporânea. O comportamentalismo e a revolução cognitiva. Conceitos chaves do comportamentalismo e do cognitivismo.

Bibliografia Básica

EYSENCK, M.W. et al. *Manual de psicologia cognitiva*. Porto Alegre Artmed: 2007

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FIGUEIREDO, L.C.M.. *Matrizes do pensamento psicológico*. São Paulo: Vozes , 2003.

Bibliografia Complementar

LEÃO, L.M.; C., M. *Psicologia cognitiva construção de significados em diferentes contextos*. Campinas Alínea : 2008

MARX, M. H ; HILLIX, W. A. *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo Cultrix: 1997

NEUFELD, C. B.; BRUST, P.G.; STEIN, L.M.. Bases epistemológicas da psicologia cognitiva experimental. *Psicologia : Teoria e Pesquisa* Brasília v. 27, n. 1, p. 103-112, 2011

SKINNER, B.F. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo Cultrix : 2003

STEMBERG, R.J et al. *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre Artmed : 2008

GUIMARAES, Rodrigo Pinto. Deixando o preconceito de lado e entendendo o Behaviorismo Radical. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 23, n. 3, p. 60-67, Sept. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300009&lng=en&nrm=iso>. access

on 05 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000300009>.

Fundamentos e Perspectivas em Psicologia Clínica (60h)

Ementa: Bases histórico-conceituais da clínica psicológica. Os fatores não-específicos das distintas abordagens psicoterápicas. O psicoterapeuta e a relação com o sujeito clínico. Aspectos éticos do fazer clínico.

Bibliografia Básica

FOULCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed. 2011.

FIGUEIREDO, L. C. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CORDIOLI, A. V. (Org.). *Psicoterapias: abordagens contemporâneas*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar

BECK, J. *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 414p.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. *Princípios básicos de análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CALLIGARIS, C. *Cartas A Um Jovem Terapeuta: Reflexões para psicoterapeutas aspirantes*. Rio de Janeiro. Alta Books, 2007.

WERLANG, B. S. G.; OLIVEIRA, M. S. (Orgs.). *Temas em Psicologia Clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ZIMERMAN, D. E. *Fundamentos psicanalíticos, teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROGERS, C.; ROSENBERG, R.L. *A Pessoa como Centro*. São Paulo: EPU, 2008.

Fundamentos e Perspectivas da Psicologia Social e Comunitária (60h)

Ementa: Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia Social. As raízes da Psicologia Social Moderna. A crise da Psicologia Social. Novos Paradigmas da Psicologia Social. Psicologia Sócio Histórica Cultural. Psicologia da Libertação na América Latina. A

abordagem do construcionismo social. A teoria das Representações Sociais. O discurso enquanto prática discursiva. Formações Identitárias na contemporaneidade. Estudo de questões da Psicologia Social no contemporâneo. Práticas de exclusão/inclusão, políticas sociais, violência, trabalho, processos de subjetivação e mídia. Reflexão sobre desigualdade social, humilhação, sofrimento ético-político, direitos humanos. Os desafios da Psicologia Social nos diversos contextos Origens Históricas da Psicologia Social Comunitária. Psicologia na Comunidade, da Comunidade e a Psicologia Social Comunitária: da autonomia, solidariedade, empoderamento e potência de ação. Modelos metodológicos do trabalho psicossocial comunitário. Aspectos éticos e técnicos da Intervenção Psicossocial Comunitária nas políticas públicas, instituições do terceiro setor e movimentos sociais.

Bibliografia Básica

- BOCK, A. M. B. *Psicologia e o compromisso social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 382p
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CRESPO, E (Ed.). *La constitución social de la subjetividad*. Madrid: Catarata, 2001.

Bibliografia Complementar

- CAMPOS, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária : da solidariedade à autonomia*. Vozes: Petrópolis, 1996.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p.
- ÍNIGUEZ-RUEDA, L. La Psicología Social como Crítica: Continuismo, Estabilidad y Efervescencias Tres Décadas después de la “Crisis”. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*. v. 37, n 2, p. 221-238. Disponível em: <http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP036a0/RIP03717.pdf>
- GONCALVES FILHO, J.M. A letra viva de Ecléa Bosi. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 43-50, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000100007&lng=pt&nrm=iso>.
- PEREIRA, W.C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário social: teoria, método e prática*. 2º ed. Belo Horizonte: Vozes
- ZANELLA, A. V.; SIQUEIRA, M.J.; LHULLIER, L.A. ; MOLON, S. *Psicologia e Práticas Sociais*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008. www.bvce.org.br

Temáticas Contemporâneas em Neurociências e Neuropsicologia (60h)

Ementa

Papel do sistema nervoso no contexto específico do funcionamento orgânico. Bases neurofisiológicas e neuroanatômicas do comportamento simples e do comportamento complexo. A neurociência dos afetos, emoções e sentimentos. Tópicos e temáticas das neurociências contemporâneas.

Bibliografia Básica

- MALLOY-DINIZ, L. F. et al. (Org.). *Neuropsicologia: aplicações clínicas*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. F. (Orgs.). *Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SANTOS, F.H.; ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A. (Orgs.). *Neuropsicologia hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Bibliografia Complementar

FUENTES, D.; MALLOY-DINIZ, L. F; CAMARGO, C. H. Pires; COSENZA, R. M. *Neuropsicologia: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2014. 432 p.

KANDEL, E. et al. *Princípios de neurociências*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 1544p.

MALLOY-DINIZ, L. F. et al. (Orgs.). *Avaliação neuropsicológica*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. 412 p.

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. *Neurociência: desvendando o sistema nervoso*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

PLOMIN, R. et al. *Genética do comportamento*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 480p.

YUDOFISKY, S. C.; HALES, R. E. *Neuropsiquiatria e neurociências na prática clínica*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 1120 p.

DAMÁSIO, A. R. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 474 p

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo Companhia das Letras : 2001

DAMÁSIO, A. R. *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo Companhia das Letras : 2004

Saberes e Práticas em Espaços Coletivos e Grupais (120h)

Ementa: Conceituações de grupos. Experimentações, vivências e dinamização de grupos segundo teorias contemporâneas. Intervenções para o fomento de autonomia e democracia nos grupos.

Bibliografia Básica

NERY, Maria da Penha e CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo (orgs.). *Intervenções Grupais: o psicodrama e seus métodos*. São Paulo. Ágora, 2012.

ZANELLA, Andréa Vieira. et al. (org.) *Psicologia e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=122>.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis -RJ. Vozes, 2000.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

NASCIMENTO, Maria Lívia do, MANZINI, Juliane Macedo and BOCCO, Fernanda. Reinventando as práticas psi. *Psicol. Soc.*, Abr 2006, vol.18, no.1, p.15-20

GUARESCHI, Neuza (org.). *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=124>

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Intervenções grupais e os espaços de formação dos terapeutas: possibilidades de escuta e criação. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 1-3, 2013. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 set. 2017.

Fundamentos de Psicanálise: Clínica, Política e Cultura (60h)

Ementa: A psicanálise como teoria, método de pesquisa e processo psicoterapêutico. O pensamento psicanalítico e a relação com as instituições e com as políticas públicas. Clínica psicanalítica, sintomas e formas contemporâneas do sofrimento psíquico. Psicopatologia. Relações entre psicanálise e cultura.

Bibliografia Básica

FREUD, S. (1996). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vols. 1-24). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1886-1939)

LAPLANCHE, J. ; PONTALIS, J B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1970

MEZAN, R.. *Freud a trama dos conceitos*. São Paulo Perspectiva : 2006,

Bibliografia Complementar

BIANCO, A.C.L. Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF (Impr.)*, Itatiba, v.8, n.2, p.115-123, 2003. Disponível

em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712003000200003&lng=pt&nrm=iso

MEZAN, R.; BIRMAN, J. *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil Livraria Taurus Editora :1988.

HERRMANN, F.. *O que é psicanálise*. São Paulo Brasiliense: 1992.

HERRMANN, F.; LOWENKRON, T. *Pesquisando com o método psicanalítico*. São Paulo, SP Casa do Psicólogo : 2004

PINHEIRO, N.N.B. Psicanálise, teoria e clínica: reflexões sobre sua proposta terapêutica. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 20-29, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200004&lng=en&nrm=iso>

TAVARES, P. HELIODORO, M. B. O vocabulário metapsicológico de Sigmund Freud: da língua alemã às suas traduções. *Pandaemonium Germanicum: Revista de Estudos Germanísticos*, 01 December 2012, Vol.15(20), pp.01-21

Psicologia dos Grupos, Coletivos e Institucional (60h)

Ementa: Grupos operativos no pensamento de Pichon Rivièrè. Formação de grupos segundo Bruno Latour. Diferentes concepções e metodologias de trabalho em grupo. Desafios éticos envolvidos nas técnicas grupais.

Bibliografia básica

- BAREMBLITT, G. *Grupos: teoria e técnica*. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- LATOURE, B. *Reagregando o social*: uma introdução à teoria do ator-rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA Bauru; EDUSC, 2012. 399 p.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Bibliografia Complementar

- AFONSO, M.L. (Org.) *Oficinas em dinâmica de grupo*: Um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- BAREMBLITT, G. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*: teoria e prática. 6ª ed. Belo Horizonte: Fundação Gregório Barenblitt/Instituto Felix Guattari, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra* / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 122p.
- LEWIN, K. *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *Teoria do vínculo*. Trad. Eliane Toscano Zamikhowsky. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Psicologia, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano (60h)

Ementa: Conceito de aprendizagem e desenvolvimento. Fundamentos epistemológicos da aprendizagem e do desenvolvimento e as diferentes perspectivas teóricas (cognitiva, behaviorista, humanista, psicogenética e sócio-interacionista). Diferentes perspectivas em Desenvolvimento Humano; Pesquisa em Desenvolvimento Humano. Gestação e puerpério. Infância: primeira infância, segunda infância e idade escolar: desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial na perspectiva de diferentes abordagens teóricas. Infância e vulnerabilidade: prevenção e intervenção junto a fatores de risco. Puberdade e Adolescência; Vida adulta e Vida adulta tardia. Processos de envelhecimento e suas relações sociais com a sociedade, o trabalho, a saúde e a realização de projetos individuais e coletivos. Aprendizagem, desenvolvimento e ciclo vital A ciência da aprendizagem e do desenvolvimento no século XXI.

Bibliografia Básica

- LEFRANÇOIS, G. R. *Teorias da aprendizagem*: o que a velha senhora disse. Trad. Vera Magyar; revisão técnica José Fernando B Lom naco. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2009.
- NUNES, A. I. B. L. *Psicologia da aprendizagem*: processos, teorias e contextos. 2.ed Brasília: Liber Livro, 2009.
- PILETTI, N.; ROSSATO, S. M. *Psicologia da aprendizagem*: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2011.

Bibliografia Complementar

- OLIVEIRA, M.K. *Vygotsky*: aprendizado e desenvolvimento, um processo sociohistórico. São Paulo: Scipione, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PAPALIA, D. E; FELDMAN, R. D.; OLDS, S. W. *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Sao Paulo, SP: McGraw-Hill, 2013.

VALLE, T.G.M.; MAIA, A.C.B (orgs.). *Psicologia do Desenvolvimento Humano e Aprendizagem*. Bauru: Editora Unesp, 2011. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-doutorado/psicologia-do-desenvolvimento-e-aprendizagem/producao/livros-digitais/>

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. e cols. *Desenvolvimento psicológico e educação*. Vol.1. 2ª.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KOVÁCS, M. J. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

CASTRO, L.R.F. *Disputa de guarda e visita - no interesse dos pais ou dos filhos?* São Paulo: Artmed, 2013.

EIZIRIK, C.L.;KAPCZINSKI, F.; BASSOLS, A.M.S. (Orgs.) *O Ciclo da vida humana*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

WALLERSTEIN, J. S., KELLY, J.B. *Sobrevivendo à separação: o livro que revolucionou o pensamento sobre as crianças e o divórcio nos EUA*. São Paulo: Artmed, 2013.

Saberes e Práticas no Campo da Saúde Mental e Avaliação Psicológica (120h)

Ementa: Reforma Sanitária, Reforma Psiquiátrica e Constituição do SUS. Rede de Atenção Psicossocial. Entrelaçamentos da Estratégia de Saúde da Família e o cuidado psicossocial em saúde mental. Clínica ampliada em saúde mental: integralidade e compartilhamento do cuidado. Raciocínio clínico, determinantes sociais e processo psicodiagnóstico: acolhimento, entrevistas, técnicas de avaliação, intervenção, encaminhamentos e elaboração de documentos psicológicos.

Bibliografia Básica

AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M.; KRUG, J. S. *Psicodiagnóstico*. Artmed. 2016.

CUNHA, J.A. et al *Psicodiagnóstico-V*. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar

CUNHA, J.A. et al *Psicodiagnóstico-V*. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 007/2003*. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf.

CUNHA, G. T. *A construção da clínica ampliada na atenção básica*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, J.; ROMAGNOLI, R; NEVES, E. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, 608- 621, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932007001200004&script=sci_abstract.

Saúde Mental, Psicopatologias e Produção Social da Loucura (60h)

Ementa: História da psiquiatria e constituição do modelo asilar para os transtornos mentais. Reforma psiquiátrica no Brasil e no mundo. Produção social da loucura: abordagens histórico-críticas. Psicopatologia: normalidade e alterações das funções psíquicas. Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde e clínica de Atenção Psicossocial. Os atuais desafios da luta antimanicomial.

Bibliografia Básica

BARLOW, David H.; DURAND, V. Mark. *Psicopatologia: uma abordagem integrativa*. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 676 p

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PITTA, A. (Org.) *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

Bibliografia Complementar

AMARANTE, P. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

AMARANTE, P. *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM – 5. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

BERGERET, Jean et al. *Psicopatologia: teoria e clínica*. Tradução de Francisco Settineri. 9. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5. Ed. Rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 135 p.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FRAYZE-PEREIRA, J. A. *O que é loucura*. 10ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

JERUSALINSKI, A., & FENDRIK, S. (Orgs.) (2011). *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera.

LANCETTI, A. *Clínica peripatética*. São Paulo: Hucitec, 2008.

LANCETTI, A. (Org.) *Saúde Loucura 7: Saúde Mental e Saúde da Família*. São Paulo: Hucitec, 2013.

Testes Projetivos e Avaliação Psicológica (60h)

Ementa: Fundamentos histórico e teóricos das técnicas projetivas. Descrição e considerações gerais sobre a administração, interpretação e indicações das técnicas: Gráficas (Bender, HTP e PMK), aperceptivas ou temáticas (Teste de Apercepção Temática adulto e infantil - TAT e CAT-, Teste das Fábulas) e estruturais (Rorschach e derivados). Emprego e limites nas distintas áreas da Psicologia.

Bibliografia Básica

CUNHA, J. A. *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed. 2000.

Nascimento, R. S. G. F., Resende, A. C. R., e Ribeiro, R. S. (2017). *Crianças, adolescentes e o método de Rorschach*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

SILVA, M.C.V. M. (1989). *TAT: aplicação e interpretação do teste de apercepção temática*. São Paulo: EPU.

NASCIMENTO, R. S. G. F. (Válido até 2025). *Sistema compreensivo do Rorschach: teoria, pesquisa e normas para a população brasileira*. 1ªed. São Paulo: Casa do psicólogo.

Bibliografia Complementar

LINS, M. R. C., BORSA, J. C. *Avaliação psicológica*
Aspectos teóricos e práticos. Petropoles: Vozes. 2017.

WERLANG, B.S.G.; AMARAL, A.E.V. *Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

NASCIMENTO, R. S. G. F., Resende, A. C.; Ribeiro, R. S. *Crianças, adolescentes e o método de Rorschach*. Pearson Clinical Brasil. 2017.

GORENSTEIN, C.; WANG, Y-P.; HUNGERBÜHLER, I. (Org.). *Instrumentos de avaliação em saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

PINTO, E. R. Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. *Ágora (Rio J.)* [online]. 2014, vol.17, n.1, pp.135-153. ISSN 1516-1498. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009>.

CFP. Resolução 007/2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução Disponível em : CFP ° 17/2002.. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M.; KRUG, J. S. *Psicodiagnóstico*. Artmed. 2016.

Testes Psicométricos e Avaliação Psicológica (60h)

Ementa: Avaliação psicológica: campo de conhecimento e objetivos. Histórico das medidas em Psicologia. Fundamentos psicométricos: padronização, validade e precisão dos testes psicológicos. Teorias fatorialistas da inteligência e da personalidade. Testes Psicométricos: inteligência geral, aptidões específicas, escalas e inventários. Entrevista psicológica: tipos, técnicas e manejos.

Bibliografia Básica

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. (Org.). *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

PASQUALI, L. *Instrumentação psicológica fundamentos e práticas*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PASQUALI, L. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, A. *Avaliação Psicológica: Conceito, Métodos e Instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ANASTASI, A.; URBINA, S. *Testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COHEN, R. J.; SWERDLIK, M. E.; STURMAN, E. D. *Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas*. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 754p.

GORENSTEIN, C.; WANG, Y-P.; HUNGERBÜHLER, I. (Org.). *Instrumentos de avaliação em saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

PASQUALI, L. *Instrumentação Psicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2010

URBINA, S. *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2006

Saberes e Práticas em Intervenção Psicossocial e Clínica Ampliada (60h)

Ementa: Reforma Sanitária, Reforma Psiquiátrica e Constituição do SUS. Rede de Atenção Psicossocial. Entrelaçamentos da Estratégia de Saúde da Família e o cuidado psicossocial em saúde mental. Clínica ampliada na atenção básica e em saúde mental: integralidade e compartilhamento do cuidado. Raciocínio clínico, determinantes sociais e processo psicodiagnóstico: acolhimento, entrevistas, técnicas de avaliação, intervenção, encaminhamentos e elaboração de documentos psicológicos.

Bibliografia Básica

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde**. CFP, 2010. 76 p. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/wpcontent/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf.

AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

Bibliografia Complementar

CUNHA, J.A. et al **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 007/2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf.

CUNHA, G. T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, J.; ROMAGNOLI, R; NEVES, E. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, 608- 621, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932007001200004&script=sci_abstract.

Bioética e Ética Profissional (60h)

Ementa: O Conselho Federal de Psicologia. Regulamentação da profissão e credenciamento profissional. O Código de Ética Profissional do Psicólogo. A ética nas relações da psicóloga

com clientes, instituições e outros profissionais. Os Valores e a crise ética na pós-modernidade. Ética e identidade profissional.

Bibliografia Básica

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

ROMARO, R.A. *Ética na Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PASSOS, E. *Ética e Psicologia – teoria e prática*. São Paulo: Vetor, 2007.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Processamento Disciplinar (Resolução CFP Nº 006/07). Disponível em: www.http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/resolucao2007_6.pdf.

DRAWIN, C.R. Ética e Psicologia: por uma demarcação filosófica. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1985, vol.5, n.2, pp.14-17. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931985000200005>.

DIAS, H. Z.J.; GAUER, G.J.C.; RUBIN, R.; DIAS, A.D. Psicologia e Bioética: Diálogos. *PSIC. CLIN.*, Rio de Janeiro, Vol.19, n.1, p.125 – 135, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n1/09.pdf> Acessado em 10/01/2015.

FREIRE, J.C. A psicologia a serviço do outro: ética e cidadania na prática psicológica, in: *Psicologia Ciência e profissão*, 2003, v. 23(4). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a03.pdf> Acessado em 23/07/2005.

OJEDA, B.S.; STREY, M.N. Saberes e poderes em saúde: um olhar sobre as relações interprofissionais. *Revista Ciência & Saúde*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 2-8, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/3854/2935> Acessado em 30/06/2012.

PEREIRA, R.C. O código de ética e a ética do código - algumas considerações jurídicas. In *Psicologia. Ciência e Profissão*. v.11 n.1-2-3-4 Brasília 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v11n1-4/06.pdf> Acessada em 14/07/2015.

Psicologia Clínica e Psicoterapia (60h)

Ementa: Fundamentos e métodos da psicologia clínica. As diferentes abordagens clínicas. A clínica individual, grupal, social e ampliada. Clínica e psicoterapias.

Bibliografia Básica

HOLANDA, A. F. *O Campo das Psicoterapias: reflexões atuais*. Curitiba: Juruá, 2012.

SAFRA, Gilberto. *A Psicologia Clínica: fundamentos e métodos*. Edições Sobornost : 2007

CORDIOLI, A. V. (Org.). *Psicoterapias: abordagens contemporâneas*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, VII, 1, 75-86, 2004.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GIAMI, A.; PLAZA, M. (Org). *Os Procedimentos Clínicos nas Ciências Humanas: documentos, métodos e problemas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MOREIRA, J; ROMAGNOLI, R; NEVES, E. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 4, p. 608-621.

SCHNEIDER, D. R. *Sartre e a Psicologia Clínica*. Florianópolis: EDUFSC, 2011.

Psicodiagnóstico e Clínica Ampliada (60h)

Ementa: Aplicação do psicodiagnóstico e elaboração de hipóteses diagnósticas. Acolhimento e psicodiagnóstico: entrevista, técnicas de avaliação, elaboração de relatório qualitativo, devolutiva, orientação, encaminhamentos e laudos.

Bibliografia Básica

ARZENO, M.E.G. *Psicodiagnóstico Clínico: novas contribuições*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CUNHA, J.A. et al *Psicodiagnóstico-V*. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HUTZ, C. S. et al. (Org.). *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2004). RESOLUÇÃO CFP nº 007/2003. POL(Psicologia On Line, Conselho Federal de Psicologia): disponível em: <http://www.crsp.org.br/a_orie/legislação> acesso em: 06 fev 2004.

Herzberg, Eliana. Triagem interventiva psicanalítica : pesquisa-ação. In: Macedo, Mônica Medeiros Kother; Werlang, Blanca Susana Guevara, orgs. *Psicanálise e Universidade: potencialidades teóricas no cenário da pesquisa*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012. p. 110-127.

OCAMPO, M. S.; ARZENO, M.E.G.; PICCOLO, E.G. et al. *O Processo Psicodiagnóstico e as Técnicas Projetivas*. Trad. Miriam Felzenszwalb. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TRINCA, W. *Diagnóstico psicológico: a prática clínica*. São Paulo: EPU, 1984.

COHEN, R. J.; SWERDLIK, M. E.; STURMAN, E. D. Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 754p.

GORENSTEIN, C.; WANG, Y-P.; HUNGERBÜHLER, I. (Org.). *Instrumentos de avaliação em saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Projeto de Pesquisa-Ação no Campo da Saúde Mental e da Clínica Ampliada (60h)

Ementa: Planejamento, execução e avaliação de projeto de pesquisa-ação em contextos específicos.

Bibliografia Básica

COSTA, L.F. *Pesquisa-ação: o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/USP Capital*. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<https://sistemas.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=3957&numeroEdicao=19>>.

THIOLLENT, M.. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8.ed.São Paulo : Cortez, 2012. 136 p.

TOLEDO, R.F.; JACOBI, P.R. (Orgs.). *A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente* : princípios, desafios e experiências interdisciplinares. São Paulo: Annablume. FE/USP, 2012. 236 p. (Cidadania e meio ambiente)

Bibliografia Complementar

BARBIER, R. *Pesquisa-ação*. Brasília, DF : Liber Livros, 2007.157 p. v.3. (Série pesquisa ; v. 3)

BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2010. 252 p.

CORDEIRO, L. *Pesquisa-ação na área da saúde* : uma proposta marxista a partir de revisão de escopo. São Paulo, 2016. 209 p. Tese (Doutorado, [Escola de Enfermagem, Cuidado em Saúde, USP](#)). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-19062017-174034/pt-br.php>>

Oficina Psi no Campo da Saúde Mental e Clínica Ampliada (60h)

Ementa: Abordagens de questões e problemáticas relevantes e contemporâneas no campo da saúde mental.

Bibliografia Básica

AFONSO, M. L. (Org). *Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde*. São Paulo,SP: Casa do Psicólogo.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. *Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde*. CFP, 2010. 76 p. Disponível em:http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf

CUNHA, G. T. (2010). *A construção da clínica ampliada na atenção básica*. (3a ed). São Paulo: Hucitec.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Oficinas terapêuticas como instrumento de reabilitação psicossocial: percepção de familiares. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 2, p. 339-345, jun. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000200017&lng=pt&nrm=iso>

AFONSO, M. L. (Org). *Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde*. São Paulo,SP: Casa do Psicólogo.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referências técnicas para a atuação de Psicólogos (os) no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em:<http://site.cfp.org.br>

COSTA, C. M. e FIGUEIREDO, A. C. (Org.). *Oficinas terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; 2008,

BITTENCOURT, Ivanise Gomes de Souza; FRANCISCO, Deise Juliana; MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Autoria em blog por pessoas em sofrimento psíquico: aprendizagem compartilhada, reconhecimento e promoção da saúde mental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v.

33, n. 4, p. 988-999, 2013 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400016&lng=pt&nrm=iso.

BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães. *Atenção psicológica e cenários sociais: ação clínica, instituições e políticas públicas na promoção da cidadania*. Curitiba: Juruá, 2014. 280 p.

COELHO, Raquel Souza; VELOSO, Thelma Maria Grisi; BARROS, Sibelle Maria Martins de. Oficinas com Usuários de Saúde Mental: a Família como Tema de Reflexão. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 37, n. 2, p. 489-499, jun. 2017 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200489&lng=pt&nrm=iso

Farias, I. Z., Thofehn, M. B., Andrade, A. P. M., Carvalho, L. A., Fernandes, H. N., & Porto, A. R. (2016). Oficina terapêutica como expressão da subjetividade. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, 12(3), 147-53.

MENDONÇA, Teresa Cristina Paulino de. As oficinas na saúde mental: relato de uma experiência na internação. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 25, n. 4, p. 626-635, 2005 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000400011&lng=pt&nrm=iso

ESTELLITA-LINS, C., OLIVEIRA, V. M., & COUTINHO, M. F. (2009). Clínica ampliada em saúde mental: cuidar e suposição de saber no acompanhamento terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 205-215.

Projeto de Pesquisa-Ação no Campo da Psicologia Clínica (60h)

Ementa: Planejamento, execução e avaliação de projeto de pesquisa-ação em contextos específicos.

Bibliografia Básica

COSTA, L.F.. *Pesquisa-ação: o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/USP Capital*. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <https://sistemas.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=3957&numeroEdicao=19>.

THIOLLENT, M.. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8.ed. São Paulo : Cortez, 2012. 136 p.

TOLEDO, R.F.; JACOBI, P.R. (Orgs.). *A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente : princípios, desafios e experiências interdisciplinares* . São Paulo : Annablume : FE/USP, 2012. 236 p. (Cidadania e meio ambiente)

Bibliografia Complementar

BARBIER, R. *Pesquisa-ação*. Brasília, DF : Liber Livros, 2007. 157 p. v.3. (Série pesquisa ; v. 3)

BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. 4ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 2010. 252 p.

CORDEIRO, L. *Pesquisa-ação na área da saúde : uma proposta marxista a partir de revisão de escopo*. São Paulo, 2016. 209 p. Tese (Doutorado, [Escola de Enfermagem, Cuidado em Saúde](http://www.escola.usp.br/), USP). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-19062017-174034/pt-br.php>

Oficina Psi no Campo da Psicologia Clínica (60h)

Ementa: Abordagens de questões e problemáticas relevantes no campo da clínica.

Bibliografia Básica:

- BEDRIKOW, Rubens e CAMPOS, W. S. Gastão. Clínica: a arte de equilibrar a doença e o sujeito. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 57, n° 6, 2011, p. 610-613. (<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n6/v57n6a03.pdf>)
2. MOREIRA, Jacqueline de O., ROMAGNOLI, Roberta C. & OLIVEIRA, Edwiges de. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. Psicologia Ciência e Profissão, v. 27, n° 4, 2007, p. 608-621. (<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a04.pdf>)
3. TAVARES, Marcelo. A entrevista clínica. In: CUNHA, Jurema A. (org.). Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007. (<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17963/material/Texto%2012%20-%20Entrevista%20C1%C3%ADnica.pdf>)

Bibliografia Complementar

- BRITO, Sandra. Psicologia clínica – A procura de uma identidade. PsiLogos, v. 5, n° 1-2, 2008, p. 63-68. (<http://revistas.rcaap.pt/psilogos/article/view/4086/3062>)
- CUNHA, Amanda Candeloro; PIO, Danielle Abdel Massih; RACCIONI, Thaís Munholi. Acompanhamento Terapêutico: Concepções e Possibilidades em Serviços de Saúde Mental. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 638-651, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300638&lng=pt&nrm=iso>
- FREUD, Sigmund. Katharina. In: Breuer J. & Freud, S. Estudos sobre a histeria (v. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- AGUIRRE, Ana Maria de Barros A primeira experiência clínica do aluno: ansiedades e fantasias presentes no atendimento e na supervisão. Psicologia: Teoria e Prática, v. 2, n° 1, 2000, p. 3-31.
- BURSTYN, Daniela. & FIGUEIREDO, Ana Cristina. O tratamento do sintoma e a construção do caso na prática coletiva em saúde mental. Tempo Psicanalítico, v. 44, n° 1, 2012, p. 131-145. (<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v44n1/v44n1a08.pdf>)
- DINIZ, Margareth. O método clínico e sua utilização na pesquisa. Revista Espaço Acadêmico, v. 120, 2011, p. 9-21. (<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/13029/6965>)
- RIBEIRO, JOSÉ P. & LEAL, ISABEL P. Psicologia clínica da saúde. Análise Psicológica, v. 4, n° XIV, 1996, p. 589- 599. (http://isabel-leal.com/portals/1/pdfs/1996_4_589.pdf)

Projeto de Pesquisa-Ação no Campo da Saúde, Doença e Cuidado (60h)

Ementa: Planejamento, execução e avaliação de projeto de pesquisa-ação em contextos específicos de saúde.

Bibliografia Básica

- COSTA, L.F.. *Pesquisa-ação: o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/USP* Capital. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em:

<<https://sistemas.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=3957&numeroEdicao=19>>.

THIOLLENT, M.. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8.ed.São Paulo : Cortez, 2012. 136 p.

TOLEDO, R.F.; JACOBI, P.R. (Orgs.). *A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente* : princípios, desafios e experiências interdisciplinares . São Paulo : Annablume : FE/USP, 2012. 236 p. (Cidadania e meio ambiente)

Bibliografia Complementar

BARBIER, R. *Pesquisa-ação*. Brasília, DF : Liber Livros, 2007.157 p. v.3. (Série pesquisa ; v. 3)

BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2010. 252 p.

CORDEIRO, L. *Pesquisa-ação na área da saúde* : uma proposta marxista a partir de revisão de escopo. São Paulo, 2016. 209 p. Tese (Doutorado, [Escola de Enfermagem](#), [Cuidado em Saúde](#), USP). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-19062017-174034/pt-br.php>>

Oficina Psi no Campo da Saúde, Doença e Cuidado (60h)

Ementa: Abordagens de questões e problemáticas relevantes no campo dos processos de saúde, doença e cuidado.

Bibliografia Básica:

FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D'A. (orgs.). *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007.

SILVEIRA, Daniele Pinto da; VIEIRA, Ana Luiza Stiebler. Reflexões sobre a ética do cuidado em saúde: desafios para a atenção psicossocial no Brasil. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 1, p. 92-101, jun. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100007&lng=pt&nrm=iso>

SOARES, Luciano; SANTOS, Rosana Isabel dos. *O processo saúde-doença-cuidado*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2013.p.1-50. Disponível em: < <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/3487?show=full>>

Bibliografia Complementar

AYRES, J. R. C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 16-29, dez. 2004.

CANESQUI, Ana Maria; BARSAGLINI, Reni Aparecida. Apoio social e saúde: pontos de vista das ciências sociais e humanas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 5, p. 1103-1114, maio 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000500002&lng=pt&nrm=iso>.

CARDOSO, Márcia Roberta de Oliveira; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro de; PIANI, Pedro Paulo Freire. Práticas de cuidado em saúde mental na voz dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial do estado do Pará. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 109, p. 86-99, jun. 2016 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000200086&lng=pt&nrm=iso>.

OLIVEIRA, Denize Cristina de; SA, Celso Pereira de. Representações sociais da saúde e doença e implicações para o cuidar em enfermagem: uma análise estrutural. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 54, n. 4, p. 608-622, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672001000400009&lng=pt&nrm=iso>

VALLADARES, A. C. A. LAPPANN-BOTTI, N. C.; MELLO, R.; KANTORSKI, L. P.; SCATENA, M. C. M. Reabilitação psicossocial através das oficinas terapêuticas e/ou cooperativas sociais. *Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia*, vol. 5, n. 1, p. 04–09, 2003.

Estágio Supervisionado Específico I, II e III – Ênfase Processos Psicossociais e da Saúde (240h)

Ementa: Contextualização do campo-tema do estágio. As metodologias de intervenção psicossocial comunitária e da clínica ampliada. Os processos grupais: oficinas, rodas de conversa e terapia comunitária. Autonomia, solidariedade, empoderamento e potencialização. A inserção da psicologia nas políticas públicas. Elaboração de proposta de intervenção psicossocial. Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Elaboração de relatórios semanais, parcial e final das atividades do estágio.

Projeto de Pesquisa-Ação no Campo dos Grupos e Instituições (60h)

Ementa: Planejamento, execução e avaliação de projeto de pesquisa-ação em contextos específicos.

Bibliografia Básica

BARBIER, R. *Pesquisa-ação*. Brasília, DF : Liber Livros, 2007.157 p. v.3. (Série pesquisa ; v. 3)

BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2010. 252 p.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8.ed.São Paulo: Cortez, 2012. 136 p.

Bibliografia Complementar

BOSI, E.. *Memória e sociedade : lembranças de velhos*. 18 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2015. 484 p.

_____. *Cultura de massa e cultura popular : leituras de operárias*. 11. ed. Petrópolis : Vozes, 2007. 239 p. Série (Meios de comunicação social ; 6. Série Pesquisa ; 1)

_____. *O tempo vivo da memória : ensaios de psicologia social*. 2. ed. Cotia : Ateliê, 2004.219 p. ; il.

USP (Universidade de São Paulo). Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária Projeto "Universidade Aberta à Terceira Idade". *Programa Universidade Aberta à Terceira Idade : 1º Semestre 2015 / [produção e organização do catálogo do programa Iara Vasconcelos Braz e Matheus Victor Siqueira ; revisão Paulo Cesar R. Filho ; apresentação Ecléa Bosi]*. São Paulo : PRCEU/USP, 2015. 208 p. ; il. : 21 x 21 cm

RODRIGUES, A.M.; SATO, L. (Org.). *Indivíduo, grupo e sociedade* : estudos de psicologia social. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2005. 295 p.

Oficina Psi no Campo dos Grupos e Instituições (60h)

Ementa: Abordagens de questões e problemáticas relevantes no campo dos processos de saúde, doença e cuidado.

Bibliografia Básica

AFONSO, Maria Lúcia (Org.) *Oficinas em dinâmica de grupo*: Um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

BAREMBLITT, Gregório. *Grupos*: teoria e técnica . 5. reimpr. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GUIRADO, Marlene. *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. São Paulo Annablume : 2010

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Elisângela Braga de et al . Práticas inclusivas extramuros de um Centro de Atenção Psicossocial: possibilidades inovadoras. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 36, n. 95, p. 595-605, dez. 2012 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042012000400011&lng=pt&nrm=iso

GUARESCHI, Neuza (org.). *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=124>

MACEDO, Shirley Martins de. Grupo e instituição: relações de poder na dialética de um Processo grupal de aprendizagem para uma compreensão da dialética das relações de poder deste processo. *Estudos de Psicologia* 1998, Vo115, n. 2, 45-57. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v15n2/03.pdf>

RODRIGUES, M H. et al. *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

ZANELLA, A. V. et al. (org.) *Psicologia e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=122>

Oficina Psi em Contextos de Crise ou Trauma Psicossocial (60h)

Ementa: Abordagens de questões e problemáticas relevantes no campo dos processos de saúde, doença e cuidado.

Bibliografia Básica

Conselho Federal de Psicologia/CFP (2013). *Atuação de psicólogos em situações de emergências e desastres, relacionadas com a política nacional de Defesa Civil*: Nota Técnica de 08 de maio de 2013. Brasília: Autor. Recuperado em 01 de setembro, de 2013, de <http://site.cfp.org.br/documentos/nota-tecnica-sobre-atuacao-de-psicologas-em-situacoes-de-emergencias-e-desastres-relacionadas-com-a-politica-de-defesa-civil/>

NETO, Jamil Zogueib; CREMASCO, Maria Virginia Filomena. A Clínica Social em Situações Extremas: O Trauma na Dimensão Coletiva. *Interação em Psicologia*, 2011, 15(n. especial), p. 35-45. Disponível em: revistas.ufpr.br/psicologia/article/download/25372/17000

VASCONCELOS, Ticiania Paiva; CURY, Vera Engler. Atenção Psicológica em Situações Extremas: Compreendendo a Experiência de Psicólogos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 475-488, jun. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200475&lng=pt&nrm=iso.

Bibliografia Complementar

ALVES, R., Lacerda, M., & Legal, E. (2012). A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 307-315. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000200014>

CARIGNATO, Taeco Toma. A construção de uma clínica psicanalítica para migrantes. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 21, n. 40, p. 107-129, jun. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852013000100007&lng=pt&nrm=iso

FAVERO, Eveline; SARRIERA, Jorge Castellá; TRINDADE, Melina Carvalho. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, jun. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200004&lng=pt&nrm=iso

IOSA, Emilio et al. Transmisión transgeneracional del trauma psicosocial en comunidades indígenas de Argentina: percepción del daño en el pasado y presente y acciones autoreparatorias. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 85-91, mar. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2013000100013&lng=pt&nrm=iso

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Do trauma psicossocial às situações-limite: a compreensão de Ignacio Martín-Baró. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 32, n. 3, p. 569-577, set. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000300569&lng=pt&nrm=iso.

Projeto de Pesquisa-Ação em Grupos e Instituições (60h)

Ementa: Planejamento, execução e avaliação de projeto de pesquisa-ação em contextos específicos.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. 4ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 2010. 252 p.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante : saber pensar e intervir juntos*. 2. Ed. Brasília : Liber Livro, 2008. 139 p. (Série Pesquisa ; 8)

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8.ed. São Paulo : Cortez, 2012. 136 p.

Bibliografia Complementar

BARBIER, R. *Pesquisa-ação*. Brasília, DF : Liber Livros, 2007.157 p. v.3. (Série pesquisa ; v. 3)

DIONNE, Hugues. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Trad. Michel Thiollent. Brasília : Liber Livro, 2007. 131 p. (Série pesquisa ; 16)

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FREIRE, Letícia de Luna; MORAES, Marcia e ARENDT, Ronald João Jacques (orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

MOLINA, Rinaldo. *A pesquisa-ação / investigação-ação no Brasil : mapeamento da produção (1966-2002) e os indicadores internos da pesquisa-ação colaborativa*. São Paulo, 2007. 174 p.. +anexos.1 CD-ROM. Tese (Doutorado, Faculdade de Educação Área do Conhecimento Educação). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25072007-150643/pt-br.php>>

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, p.443-466, set./dez. 2005.

Projeto de Pesquisa-Ação no Campo Social e Comunitário (60h)

Ementa: Planejamento, execução e avaliação de projeto de pesquisa-ação em contextos específicos.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. 4ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 2010. 252 p.

DEMO, P. *Pesquisa participante : saber pensar e intervir juntos*. 2. Ed. Brasília : Liber Livro, 2008. 139 p. (Série Pesquisa ; 8)

THIOLLENT, M.. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8.ed.São Paulo : Cortez, 2012. 136 p.

Bibliografia Complementar

BARBIER, R. *Pesquisa-ação*. Brasília, DF : Liber Livros, 2007.157 p. v.3. (Série pesquisa ; v. 3)

BRANDÃO, C.R.; STRECK, D.R. (organizadores). *Pesquisa participante : a partilha do saber*. Aparecida (SP) : Idéias & Letras, 2006. 295 p.

DIONNE, H. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Trad. Michel Thiollent. Brasília : Liber Livro, 2007. 131 p. (Série pesquisa ; 16)

MOLINA, R. *A pesquisa-ação / investigação-ação no Brasil : mapeamento da produção (1966-2002) e os indicadores internos da pesquisa-ação colaborativa*. São Paulo, 2007. 174 p.. +anexos.1 CD-ROM. Tese (Doutorado, Faculdade de Educação Área do Conhecimento Educação). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25072007-150643/pt-br.php>>

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, p.443-466, set./dez. 2005.

Estágio Supervisionado Específico I, II e III (240h) – Ênfase Processos Psicossociais e Comunitários)

Ementa: Contextualização do campo-tema do estágio. As metodologias de intervenção psicossocial comunitária e da clínica ampliada. Os processos grupais: oficinas, rodas de conversa e terapia comunitária. Autonomia, solidariedade, empoderamento e potencialização. A inserção da psicologia nas políticas públicas. Elaboração de proposta de intervenção psicossocial. Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Elaboração de relatórios semanais, parcial e final das atividades do estágio.

27.2 Componentes Optativos

Psicologia do Envelhecimento e Psicogerontologia (60h)

Ementa: O envelhecimento humano e a Psicologia. Estudos e pesquisas sobre processos cognitivos, psicológicos, sociais e culturais do envelhecer. O envelhecimento na população brasileira. Políticas Públicas e o envelhecimento. Situações de institucionalizações no envelhecer. Envelhecimento, linguagem e memória. Envelhecimento e estilos de vida. Envelhecimento, vida e morte.

Bibliografia Básica

FALCÃO, D.V.S; ARAUJO, L.F. *Psicologia do envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados*. Campinas-SP: Alínea e Átomo, 2011.

GENARO JUNIOR, F. *Clínica do envelhecimento: o processo de implantação de um serviço de psicologia clínica no SUS*. São Paulo: s.n, 18 fev. 2013. 105 p. Tese: Apresentada a Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia para obtenção do grau de Doutor. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-22052013-52831/publico/genaro_do.pdf

HAMILTON, Ian Stuart. *A psicologia do envelhecimento: uma introdução*. Porto Alegre: Artmed, 2002. 280p.

Bibliografia Complementar

ABREU, M.C. *Velhice: uma nova paisagem*. São Paulo: Ágora, 2017. 200 p.

ARAÚJO, E.N.P. *Práticas psicogerontológicas nos cuidados de Idosos*. Curitiba: Juruá, 2012.

LUNA, V.L.R.. *Representações e identidades na velhice: modos de ver e viver o envelhecimento*. João Pessoa: s.n, 2007. 178 p. ilus, tab, Graf. Tese: Apresentada a Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes para obtenção do grau de Doutor. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7642#preview-link0>

SALLES, R. J. O psicodiagnóstico interventivo psicanalítico com idosos deprimidos na clínica social. São Paulo: s.n, abr. 2014. 172 p. Tese: Apresentada a Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia para obtenção do grau de Mestre. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-13102014-111318/publico/salles_corrigida.pdf

SOUSA, C.S.; RODRIGUEZ-MIRANDA, F.P. Envelhecimento e Educação para Resiliência no Idoso. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 33-51, mar. 2015. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100033&lng=pt&nrm=iso>.

acessos

em 21 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645562>.

Psicologia Institucional (60h)

Ementa: Fundamentos da Análise Institucional. A Análise do Discurso. A análise institucional e a subjetividade. A instituição total, o sujeito disciplinar e a sociedade do controle. A transformação das instituições a partir das práticas discursivas e não discursivas.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FREIRE, Letícia de Luna; MORAES, Marcia e ARENDT, Ronald João Jacques (orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010.

GUIRADO, Marlene. *Psicologia Institucional*. 2ª. Ed. São Paulo: EPU, 2004.

LOURAU, René. *A análise Institucional*. Tradução de Mariano Ferreira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Ângela Nobre de; MORATO, HenrietteTognetti Penha. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 9, n. 2, p. 345-353, ago. 2004. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000200017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2017

BAREMBLITT, Gregório F. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. 6ª ed. Belo Horizonte: Fundação Gregório Baremlitt/Instituto Felix Guattari, 2012.

BAREMBLITT, Gregório F. *O Inconsciente Institucional*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fundação Gregório Baremlitt/Instituto Felix Guattari, 2011.

BAREMBLITT, Gregório. *Introdução à Esquizoanálise*. 3ª ed. Belo Horizonte: Biblioteca da Fundação Gregório Baremlitt/Instituto Felix Guattari, 2012.

BLEGER, José. *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. Tradução de Emília de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

GUIRADO, Marlene. *A Análise Institucional do Discurso como analítica da subjetividade*. Tese de Livre Docência. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. 224 p. [Biblioteca Digital de Teses].

RAMOS, Conrado; SILVA, GhislaineGliosce; SOUZA, Soraya. *Práticas psicológicas em instituições: uma reflexão sobre os serviços-escola*, São Paulo: Vetor, 2006

SAIDON, Osvaldo e KAMKHAGI, Vida Rachel (orgs.). **Análise Institucional no Brasil**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2002.

Psicologia Hospitalar (60h)

Ementa: Introdução à Psicologia hospitalar. A Psicologia na área da saúde, no contexto hospitalar em diversos setores. Atuação da psicóloga e na dinâmica do paciente e da família. Acolhimento e acompanhamento de pacientes e de seus acompanhantes; trabalho integrado

com profissionais de outras áreas (Medicina, Enfermagem, Nutrição e fisioterapia). Avaliação dos indicadores de risco psicológico (ansiedade, depressão e estresse) para a saúde de pacientes e de seus acompanhantes. Acompanhamento psicológico de pacientes e de seus acompanhantes.

Bibliografia Básica

- ANGERAMI-CAMON, V.A. *O doente, a Psicologia e o Hospital*. São Paulo: Pioneira, 2002.
- BELLKISS, W. R. *Princípios para a prática da psicologia Clínica em hospitais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- PITTA, A. *Hospital: dor e morte como ofício*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

Bibliografia Complementar

- ANGERTAMI-CAMON, V.A. *E a Psicologia entrou no hospital*. São Paulo: Pioneira, 1996.
- BENOIT, P. *Psicanálise e Medicina: teoria e casos clínicos*. RJ: Zahar, 1989.
- BELLKISS, W.R.(org). *A prática da psicologia nos hospitais*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- ANGERTAMI-CAMON, V.A (org). *Urgências psicológicas no hospital*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANGERTAMI-CAMON, V.A (org.). *Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica*. São Paulo: Pioneira, 2000.

A Psicologia Sócio-Histórica de Vygotski (60h)

Ementa: Vygotsky: Vida e Obra. Fundamentos da psicologia sócio-histórica. Internalização, mediação semiótica e a formação social da mente. Funções psicológicas inferiores e superiores. Pensamento e Linguagem. Afetos, emoções e sentimentos. Aplicações contemporâneas da psicologia sócio-histórica.

Bibliografia Básica

- VIGOTSKI, L. S.; organizadores, Michael Cole ... [et al.]. *A formação social da mente : o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2015, 2007. 182 p. (Psicologia e Pedagogia)
- VIGOTSKI, L.S. *A construção do pensamento e da linguagem* . trad. Paulo Bezerra. 2. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, 2009. 496 p. Série (Textos de psicologia)
- VIGOTSKI, L.S. *Teoria e método em psicologia*. Trad. Claudia Berliner. Sao Paulo : Martins Fontes, 1996. 524 p.

Bibliografia Complementar

- CLOT, Y. Vygotski: a consciência como relação. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. spe2, p. 124-139, 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600013&lng=pt&nrm=iso>.
- RATNER, C. *A Psicologia Sócio-histórica de Vygotsky: Aplicações Contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

TOASSA, G.; SOUZA, M.P.R.. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 00, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000400007&lng=pt&nrm=iso>.

VIGOTSKI, L. S. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, c1998.326 p. Série. (Psicologia e Pedagogia)

WEDEKIN, L.M.; ZANELLA, A.V.L. S. Vigotski e o ensino de arte: "A educação estética" (1926) e as escolas de arte na Rússia 1917-1930. **Pro-Posições**, Campinas, v.27, n. 2, p. 155-176, ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072016000200155&lng=pt&nrm=iso>

Psicologia Vocacional: aconselhamento e orientação (60h)

Ementa: Bases teóricas da Psicologia Vocacional. Orientação profissional como processo. Análise e discussão dos contextos sociais, econômicos e familiares na orientação. Instrumentos padronizados e outras alternativas. Práticas individuais, pequenos grupos e atendimento às comunidades. Orientação profissional a partir da escola. A psicóloga como orientador profissional/vocacional. Competências e habilidades profissionais necessárias no século XXI.

Bibliografia Básica

BOCK, A.B.M. et al. *A escolha profissional em questão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

BOCK, S.D. *Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

BOHOSLAVSKY, R. *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, F.H.; MELO-SILVA, L.L. Influência dos pais no processo de escolha profissional dos filhos: uma revisão da literatura. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 16, n. 1, p. 75-85, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712011000100009&lng=pt&nrm=iso>.

DIAS, M.S.L.; SOARES, D.H.P. Jovem, mostre a sua cara: um estudo das possibilidades e limites da escolha profissional. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 316-331, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200012&lng=pt&nrm=iso>.

GIACAGLIA, L.R.A. *Atividades para orientação profissional*. São Paulo: Thomson Learnig, 2000.

LUCCHIARI, D.H.P. *Pensando e vivendo a orientação profissional*. São Paulo: Summus, 1993.

SOUZA, L.G. S. et al. Oficina de orientação profissional em uma escola pública: uma abordagem Psicossocial. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 416-427, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200016&lng=pt&nrm=iso>

Psicologia da Arte e dos Processos Criativos (60h)

Ementa: Introdução à psicologia dos processos criativos e da arte. A Arte e o lúdico. O desenvolvimento do grafismo na criança A Arte e a estética. Arte e criatividade. Arte e conhecimento. Condições sociais e psicológicas da produção artística. Produção artística como manifestação psicológica. Processos psicológicos de produção criativa e artística. A arte como instrumento de transformação da realidade objetiva e subjetiva.

Bibliografia Básica

GOMBRICH, Ernst. *Arte e ilusão* : um estudo da psicologia da representação pictórica Trad. Raul de [Sa Barbosa](#). 3. ed São Paulo : Martins Fontes, 1995.473p.

VIGOTSKI, L. S. Vigotski ; apresentação e comentários Ana Luiza Smolka. *Imaginação e criação na infância* : ensaio psicológico - livro para professores. Trad. Zoia Prestes. [São Paulo : Ática, 2010, 2009](#). 135 p. Série (Ensaios comentados)

VYGOTSKY, L.S. *Psicologia da arte*. Trad. Paulo Bezerra. [São Paulo : Martins Fontes, 2001](#). 377 p.

Bibliografia Complementar

ANDRIOLO, A. O método comparativo na origem da psicologia da arte. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 43-57, 2006.

BARROCO, S. M. S.; SUPERTI, T. Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 1, p. 22-31, abr. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100004&lng=pt&nrm=iso>.

FRAYZE-PEREIRA,

J.A. (1994). A alteridade da arte: Estética e psicologia. *Psicologia USP*, 5(1/2), 35-60. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v5n1-2/a04v5n12.pdf>

JUNG, C. *O homem e seus símbolos*. participação de Johnn Freeman ... [et al.]. Trad. Maria Lúcia Pinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 429 p.

SILVA, A.L. P.; VIANA, T.C. Caracterização da Produção Brasileira em Artigos Científicos sobre Arte e Psicologia (2004-2014). **Psico-USF**, Itatiba , v. 22, n. 1, p. 109-120, abr. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100109&lng=pt&nrm=iso>

Psicologia e Atenção à Violência Doméstica (60h)

Ementa: Psicologia e Violência. Psicologia da Violência. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA). Violência Doméstica Contra a Mulher. Atuação da psicóloga em casos envolvendo violência doméstica. Conselho Tutelar e Delegacia da Mulher. Casas abrigo.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V.N.A. ; [LONGO, C. S.](#) ; PINTO JR., A A ; FERRARI, D. ; ASSIS, S. G. . Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção.. In: UNICEF. (Org.). Direitos Negados: A violência contra a criança e o adolescente no Brasil.. Brasília: UNICEF, 2005, v. 11, p. 15-27. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf

Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012. 82 p.

Conselho Federal de Psicologia Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009. 92 p.

Bibliografia Complementar:

CARLOS, D.M. al . Violência doméstica contra crianças e adolescentes: olhares sobre a rede de apoio. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre , v. 37, n. spe, e72859, 2016 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000500426&lng=pt&nrm=iso.

Marcos Lógicos e Legais sobre Atenção à Mulher sob Violência. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf

Marcos Lógicos e Legais sobre Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf

MORAES, A.F.; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro , n. 11, p. 37-58, ago. 2012 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=pt&nrm=iso.

MOREIRA, T.N.F. et al . A construção do cuidado: o atendimento às situações de violência doméstica por equipes de Saúde da Família. Saúde Sociedade. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 814-827, set. 2014 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300814&lng=pt&nrm=iso

Psicoterapia Cognitivo-Comportamental (60h)

Ementa: Fundamentos históricos e filosóficos da terapia cognitivo-comportamental. Princípios da Terapia cognitivo Comportamental. Modelos ou abordagens Cognitivo-comportamentais: modelos de reestruturação cognitiva, modelos construtivistas e modelos cognitivo-comportamentais. Desenvolvimento da Terapia Cognitivo comportamental no Brasil. Principais modelos psicopatológicos de transtornos mentais, como transtornos de humor e transtornos de ansiedade a partir da abordagem cognitivo comportamental.

Bibliografia Básica

ABREU, C. N., & GUILHARDI, H. Terapia comportamental e cognitivo-comportamental: Práticas clínicas. São Paulo: Roca.

BECK, J. Terapia cognitiva: Teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RANGÉ, B. P., FALCONE, E. M. DE O.; SARDINHA, A. História e panorama atual das terapias cognitivas no Brasil. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 3 (3), (s/p), 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v3n2/v3n2a06.pdf>

Bibliografia Complementar

BANACO, R.A.et al.(Org.). Sobre Comportamento e Cognição. Santo André, SP: ESETec Editores associados, vol. I., 2001.

BECK, A., RUSCH, A., SHAW, B.; EMERY, G. Terapia cognitiva da depressão. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CAMINHA, R., WAINER, R., OLIVEIRA, M., PICCOLOTO, N. Psicoterapias cognitivo-comportamentais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

DELLITI, M. (Org.) Sobre Comportamento e cognição. Santo André, SP: ESETec, 2002, vol. II.

RANGÉ, B. P. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Psicoterapia Breve (60h)

Ementa: Fundamentos teóricos das Psicoterapias Breves (PB). Eixos do processo terapêutico. Triagem interventiva: função diagnóstica e potencial terapêutico das primeiras entrevistas. Determinação do foco e enquadre. Considerações acerca da limitação do tempo. Manejo técnico do encerramento do tratamento. Especificidades da PB no atendimento de crianças, adolescentes e seus cuidadores.

Bibliografia Básica

GILLIÉRON, E. *Introdução às Psicoterapias Breves*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KNOBEL, M., *Psicoterapia Breve*. São Paulo: E.P.U., 1986

LEMGRUBER, V. *Psicoterapia breve: A técnica focal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Bibliografia Complementar

HEGENBERG, M., *Psicoterapia Breve*. São Paulo: Ed Casa do Psicólogo, 2004.

KUZNETSOFF, J.C., *Psicoterapia Breve na Adolescência*. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 1993.

LOWENKRON, T.S., *Psicoterapia Psicanalítica Breve*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1993.

RASERA, E.F.; MARTINS, P. P. S. Aproximações possíveis da terapia focada na solução aos contextos grupais. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 318-335, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000200006&lng=pt&nrm=iso

Psicologia e Relações Étnico-Raciais (60h)

Ementa: Psicologia e Racismo. Psicologia e combate ao racismo. Efeitos psicossociais do Racismo. Constrangimento, contingenciamento e sofrimento psíquico. Racismo como patologia social. Estudos psicossociais sobre Racismo e Preconceito.

Bibliografia Básica

CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (Orgs.) ... [et.al.]. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 189 p.

SOUSA, N. S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social/Neusa Sousa Santos – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Conselho Federal de Psicologia Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

Bibliografia Complementar

LASTORIA, A.C. Educação das relações étnico-raciais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 34, p. 275-276, ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000200015&lng=pt&nrm=iso>.

MAIO, M. C. Medindo o preconceito racial no Brasil: Anielia Ginsberg e o estudo das atitudes raciais. **Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 728-742, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142015000400728&lng=pt&nrm=iso>.

MULLER, T. M. P. As pesquisas sobre o "estado do conhecimento" em relações étnico-raciais. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 62, p. 164-183, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742015000300164&lng=pt&nrm=iso>.

SANTOS, A.O.; SCHUCMAN, L.V.; MARTINS, H.V.. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500012&lng=pt&nrm=iso>

SILVA, R.; TOBIAS, J.S. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 65, p. 177-199, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000300177&lng=pt&nrm=iso>.

SULEIMAN, B.B. Psicologia e Ensino das Relações Étnico-Raciais: uma experiência na formação de professores. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 369-372, ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000200369&lng=pt&nrm=iso>.

MÄDER, B.J. (org.). *Caderno de psicologia e relações étnico-raciais: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo*. – Curitiba : CRP-PR, 2016. 78 p. – (Psicologia em diálogo). Disponível em: <http://portal.crprr.org.br/uploads/ckfinder/files/AF_CRP_CadernoEtnico_Social_pdf.pdf>.

Tópicos Especiais em Análise do Comportamento (60h)

Ementa: Apresentação do paradigma skinneriano de níveis de seleção pelas consequências e sua implicação para a unificação de interpretações nas áreas de Biologia, Psicologia e Humanidades. Aprendizagem pelas consequências, esquemas de reforçamento, controle aversivo e análise funcional. Comportamento Social e Comportamento Verbal. Práticas Culturais e Metacontingências. Investigações recentes sobre o comportamento simbólico, equivalência de estímulos e comportamento governado por regras. Clínica Analítico-Comportamental. Papel da Análise do Comportamento no debate científico contemporâneo da Psicologia.

Bibliografia Básica

CATANIA, A. C. *Aprendizagem: Comportamento, Linguagem e Cognição*. Editora Artmed, 1999.

MOREIRA, M. B. *Princípios básicos de Análise do Comportamento*. Editora Artmed, 2007.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. Editora Martins Fontes, 1996.

Bibliografia Complementar

- BAUM, W. M. *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. São Paulo: Artmed, 2017.
- CARRARA, K. *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica*. São Paulo: UNESP, 2005.
- COZBY, P. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DE-FARIAS, A. K. C. R et al. *Análise comportamental clínica: aspectos teóricos e estudos de caso*. Artmed Editora, 2010.
- HOLLAND, J. G. E SKINNER, B. F. *A Análise do Comportamento*. Editora EPU, 1973.

Psicanálise e Cultura (60h)

Ementa: A psicanálise e sua contribuição para a compreensão da cultura: conceitos fundamentais da psicanálise freudiana e pós-freudiana e sua relação com civilização, religião, ciência e arte. Cultura de massa e regressão psíquica. Análise crítico-psicanalítica da cultura contemporânea: regressão, barbaria e indiscriminação.

Bibliografia básica

- FREUD, S. *Futuro de uma ilusão, O mal estar na civilização e outros trabalhos*. Trad. Jayme Salomão; José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro Imago : 1974
- MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica ao pensamento de Freud*. Rio de Janeiro Zahar : 1981
- MEZAN, R. *Freud Pensador Da Cultura*. São Paulo Brasiliense: 1990

Bibliografia Complementar

- FERREIRA, R.W.G. *Psicanálise e cultura*. Catalão: UFG/CAC : 2009.
- GUIRADO, M.; LIMA, M.A.; VEIGA, L.G.C. As Clínicas da Psicanálise: Sutileza e Força dos "Jogos de Verdade" na Produção de Subjetividade. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. 2, e322218, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000200219&lng=pt&nrm=iso>
- LIMA, B.M. O mal-estar na civilização: um diálogo entre Freud e Marcuse. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 01 January 2010, Vol.10(1), pp.61-86
- ROSA, M.D.; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 180-188, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100021&lng=pt&nrm=iso>.
- SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE. *Psicanálise e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Teorias Psicanalíticas Pós-Freudianas (60h)

Ementa: Conceitos teóricos e técnicos de autores pós-freudianos. Introdução ao pensamento kleiniano, bioniano, winnicottiano, ericksoniano e lacaniano. As mudanças teóricas e técnicas na psicanálise contemporânea. A psicanálise na atualidade.

Bibliografia Básica

BION, W.R. *Elementos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966

KLEIN, M. *A psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1997

WINICOTT, D.W. *O ambiente e os processos de maturação*. 1965.

Bibliografia Complementar

BION, W.R. *Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro Imago: 1970

ERICKSON, E. *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre Artes Médicas: 1998

KLEIN, M. *Inveja e Gratidão e Outros Trabalhos (1946-1963)*.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. *Lacan*. São Paulo Publifolha: 2008

WINICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro Imago: 1975

Práticas de Exclusão Social, Direitos Humanos e Subjetividades (60h)

Ementa: Dialética exclusão-inclusão psicossocial. Exclusão, desqualificação, derenraizamento. Exclusão psicossocial e processos de subjetivação. Psicologia, Direitos Humanos, Exclusão psicossocial e construção da subjetividade.

Bibliografia Básica

SAWAIA, B.B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ Vozes : 2008

VALADARES, T. et al. *Psicologia e direitos humanos: desafios contemporâneos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. 271 p.

SILVA, M.V.O. *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo Casa do Psicólogo: 2004

Bibliografia Complementar

ALCANTARA, S.C.; ABREU, D.P.; FARIAS, A.A. Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, 01 May 2015, Vol.24(1), pp.129-143

CANIATO, A.M.P.; ABEICHE, R.P.C.; BASTIAN, S.A.H. A violência na vida cotidiana de famílias albergadas: seus sofrimentos e conformação social. *Fractal: Revista de Psicologia*, 01 June 2008, Vol.20(1), pp.89-117

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. O tecido e o tear: a Psicologia e sua interface com os Direitos Humanos. (Série Comunicação Popular CRP SP). São Paulo, CRP SP, 2010. Disponível

em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cartilhas/direitos_humanos/fr_direitos.aspx>

GUERRA, A.M.C. *Psicologia social e direitos humanos*. Belo Horizonte Edoções do Campo Social : 2003

SANTOS, F.A.F. *A vivência da dialética exclusão/inclusão social*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002. 169 p.

Introdução à Musicoterapia (60h)

Ementa: Conceito de musicoterapia. Histórico. A formação e atuação interdisciplinar do musicoterapeuta. Áreas de atuação do musicoterapeuta. Principais métodos e técnicas musicoterápicas. Vivências em musicoterapia.

Bibliografia básica:

CHAGAS, M.; PEDRO, R. *Musicoterapia, desafios entre a modernidade e a contemporaneidade: como sofrem os híbridos e como se divertem*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X e Bapera Editora, 2008.

REJANE M; BARCELLOS, R.M. Musicoterapia em medicina: uma tecnologia leve na promoção da saúde – a dança nas poltronas!. *Revista Música Hodie*, [S.l.], v. 15, n. 2, fev. 2016. ISSN 1676-3939. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/39679/20244>>. Acesso em: 20 jul. 2017. doi:<<https://doi.org/10.5216/mh.v15i2.39679>>.

SIQUEIRA-SILVA, R. *Conexões Musicais: Musicoterapia, Saúde Mental e Teoria Ator-Rede*. Curitiba: Editora Appris, 2015.

Bibliografia complementar:

BRUSCIA, K. *Definindo Musicoterapia*. São Paulo: Enelivros, 2000.

NUNES, J.A.; SIQUEIRA-SILVA, R. Dos “abismos do inconsciente” às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 208-237, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000300208&lng=pt&nrm=iso>.

PIMENTEL, A.F.; BARBOSA, R.M.; CHAGAS, M. A musicoterapia na sala de espera de uma unidade básica de saúde: assistência, autonomia e protagonismo. *Interface (Botucatu)*, Set 2011, vol.15, no.38, p.741-754. ISSN 1414-3283

ZANINI, C.R.O. et al. O efeito da musicoterapia na qualidade de vida e na pressão arterial do paciente hipertenso. *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v. 93, n. 5, p. 534-540, nov. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2009001100015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2009001100015>.

Psicologia Jurídica, Forense e Judiciária (60h)

Ementa: A atuação da psicóloga no campo forense: vitimização/institucionalização de crianças, adolescentes e idosos, disputa de guarda, prática de delitos, adoção. A legislação pertinente à criança e o adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência. instrumentos de trabalho e equipe multidisciplinar. Mediação de conflitos.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, E.P. (org.). *Atualidades em psicologia jurídica*. Rio de Janeiro : NAU, 2016. 358 p.

BRITO, L.M.T. (org.) *Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. 293 p.

Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010. 56 p.

SILVA, D.M.P. *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. 449 p.

Bibliografia Complementar

- BEMFICA, A.G. *Psicologia jurídica: ética transmissão e política*. Rio de Janeiro : Imago, 2011. 281 p.
- CARVALHO, M.C.N.; MIRANDA, V.R.. *Psicologia jurídica: temas de aplicação*. Curitiba: Juruá, 2011. 287 p.
- Marcos Lógicos e Legais sobre Psicologia Jurídica – Varas de Família. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf>
- GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P.B. (Orgs.) *Psicologia jurídica no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: NAU, 2014. 351 p.
- MARTINS, S.; BEIRAS, A.; CRUZ, R.M.. *Reflexões e experiências em psicologia jurídica no contexto criminal/penal*. São Paulo : Vetor, 2012. 239 p.
- OLIVEIRA, C. F. B.; BRITO, L.M.T. Judicialização da vida na contemporaneidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 33, n. spe, p. 78-89, 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500009&lng=pt&nrm=iso>
- OLIVEIRA, E.A. *Psicologia jurídica, forense e judiciária: relações de inclusão e delimitações a partir dos objetivos e da imposição de imparcialidade*. São Paulo, 2016. 298 p. Tese (Doutorado, IPUSP, Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-05082016-150735/pt-br.php>
- OLIVEIRA, R.R. *Os critérios e estratégias utilizados por assistentes técnicos judiciários psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção*. São Paulo, 2014. 172 p. Dissertação (Mestrado, IPUSP, Psicologia Clínica) <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-01102014-160510/pt-br.php>
- ROVINSKI, S.L.R.; CRUZ, R.M. *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor, 2009. 315 p.
- SILVA, E.L. *Perícias psicológicas nas varas de família: um recorte da psicologia jurídica*. São Paulo: Equilíbrio, 2009. 80 p. Organização: ONG APASE (Associação de Pais e Mães Separados)
- TARDIVO, L.S.P.C.B. Aproximación entre psicologia y área jurídica : reflexiones sobre mediación en Brasil. São Luiz: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão/Jornal da Justiça/Cultura, Direito e Sociedade (DGP/CNPq/UFMA), 2014.p. 45-59. In: Chai, Cássius Guimarães org. *Mediação Familiar, Infância, Idoso e Gênero*, São Luís: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão/Jornal da Justiça/Cultura, Direito e Sociedade (DGP/CNPq/UFMA)
- VASCONCELLOS, S.J.L.; LAGO, V.M. (organizadores). *A psicologia jurídica e as suas interfaces: um panorama atual*. Santa Maria: UFSM, 2016. 220 p.

Psicologia e Sistema Prisional/Carcerário (60h)

Ementa: Atuação da psicóloga no sistema prisional. Atuação de psicólogas no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação e em meio aberto.

Bibliografia Básica

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no sistema prisional. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.65 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação / Conselho Federal de Psicologia. —Brasília: CFP, 2010.36p

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012. 58 p.

Bibliografia Complementar

AMARAL, T. V. F.; BARROS, V. A. de; NOGUEIRA, M.L.M. Fronteiras Trabalho e Pena: das Casas de Correção às PPPs Prisionais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 63-75, mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000100063&lng=pt&nrm=iso>.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Marcos Lógicos e Legais sobre [Sistema Prisional](#). Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf>

Marcos Lógicos e Legais sobre [Medidas Socioeducativas – Liberdade Assistida](#). Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf>

Marcos Lógicos e Legais sobre [Medidas Socioeducativas – Unidade de Internação](#). Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf>

Práticas Inovadoras – Sistema Prisional (2009 e 2010) Disponível em: (http://crepop.pol.org.br/novo/2226_praticas-inovadoras-em-pdf)

Psicologia e Assistência Social (60h)

Ementa: Psicologia e Assistência Social. Psicologia na Assistência Social. A atuação da psicóloga junto à Assistência social.

Bibliografia Básica

Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012. 58 p.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007.48p.

CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N. (orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* 5. ed Petrópolis : Vozes, 2014. 181 p.

Bibliografia Complementar

Marcos Lógicos e Legais sobre o [Sistema Único de Assistência Social \(SUAS\)](#). Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf>

OLIVEIRA, C.M.C.; HECKERT, A.L.C. **Os centros de referência de assistência social e artes de governar**. *Fractal, Rev. Psicol.*, Abr 2013, vol.25, no.1, p.145-160.

Psicologia e Povos Indígenas (60h)

Ementa: Psicologia e Povos indígenas. Etnopsicologia. Psicologia social comunitária e povos indígenas. Questões psicossociais e da saúde indígena na região sul-baiana. Atuação psi junto às comunidades e aldeias indígenas.

Bibliografia Básica

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRPSP. (2010). *Psicologia e povos indígenas*. São Paulo: o autor. Recuperado de <http://www.crpssp.org.br/povos/povos/livro.pdf> [Links]

Conselho Indigenista Missionário (2013). *Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil*. Recuperado de http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf FERRAZ, I.T. DOMINGUES, E. A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 682-695, set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300682&lng=pt&nrm=iso>

Bibliografia Complementar

BATISTA, M.Q.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 21, n. 4, p. 403-414, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000400403&lng=pt&nrm=iso>.

GRUBITS, S., FREIRE, H. B. G.; NORIEGA, J. A. V. (2011). Suicídio de jovens Guarani/Kaiowá de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 31(3), 504-517.

MACEDO, A. C., BAIIRÃO, J. F. M. H., MESTRINER, S. F.; MESTRINE JUNIOR, W. (2011). Ao encontro do Outro, a vertigem do eu: o etnopsicólogo em equipes de saúde indígena. *Revista SPAGESP*, 12(2), 85-96. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200009&lng=pt&nrm=iso

MACIEL, S. C., OLIVEIRA, R. C. C.; MELO, J. R. F. (2012). Alcoolismo em indígenas potiguara: representações sociais dos profissionais de saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2012, 32(1), 98-111.

VIANNA, J. J. B., CEDARO, J. J. OTT, A. M. T. (2012). Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. *Psicologia e Sociedade*, 24(1), 94-103.

VITALE, M. P.; GRUBITS, S. (2009). Psicologia e povos indígenas: um estudo preliminar do "Estado da Arte". *Revista Psicologia e Saúde*, 1(1), 15-30. Recuperado de <http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/10>

Tópicos Especiais em Psicologia da Saúde (60h)

Ementa: Estudos de tópicos de discussão em psicologia da saúde. A Atuação da Psicóloga em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas. Atuação da Psicóloga no CAPS. A atuação do psicólogo nos Programas de DST e aids. Atuação da psicóloga junto a enfermos crônicos.

Bibliografia Básica

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) *Referências técnicas para a atuação do(a) psicólogo(a) nos Programas de DST e aids*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2008. 94p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial* / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 132 p.

SEIDL, E.M. F.; MIYZAKI, M.C.O.S. *Psicologia da Saúde: pesquisa e atuação profissional no contexto de enfermidades crônicas*. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

Bibliografia complementar

AZEVEDO, N.S.; KIND, L. Psicologia nos núcleos de apoio à saúde da família em Belo Horizonte. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 520-535, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300002&lng=pt&nrm=iso>.

Conselho Federal de Psicologia. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas*/ Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. 88p.

GRUBITS, S.; GUIMARAES, L.A.M. *Psicologia da saúde: especificidade e diálogo interdisciplinar*. São Paulo: Vetor, 2007. 306p.

Marcos Lógicos e Legais sobre [Álcool e outras drogas](#). Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/2192_marcos-logicos-e-legais-em-pdf>

MOTTA, I.F. *Tendências em Psicologia da Saúde: Contextos e Interdisciplinaridades*. Congresso Nacional de Psicologia da Saúde 2014 Porto, Portugal) (10). Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2014. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B81VEvgNwcaueGR6Z3V1ajcweG8/edit>

PAULON, S.M. et al. Práticas clínicas dos profissionais 'PSI' dos Centros de Atenção Psicossocial do Vale do Rio dos Sinos. *Psicol. Soc.*, 2011, vol.23, no.spe, p.109-119.

Tópicos Especiais em Psicologia do Trabalhador (60h)

Ementa: Relação saúde, trabalho e subjetividade. Organização do trabalho e interfaces com processos de subjetivação e de adoecimento no trabalho. Modelos de intervenção: atualidades e desafios.

Bibliografia Básica

CODO, W. *Saúde mental e Trabalho*. Petropolis: Vozes, 2007

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho - estudo da psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1987.

BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. A. P.(Orgs.). *Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para Compreensão do Trabalho na Atualidade*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011. 288 p.

Bibliografia Complementar

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ZANELLI, J. C. et al. *Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEJOURS, C. *O Fator Humano*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

LE GUILLANT, L. "A neurose das telefonistas" In: Lima, M, E.A. (org.) *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia da trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

Tópicos em Psicologia Escolar (60h)

Ementa: Estudos de tópicos de discussão em psicologia escolar. Psicologia e Educação escolar. Superado o Fracasso escolar. O cotidiano escolar como dimensão de análise das práticas e processos educacionais. Preconceitos e estereótipos sociais na vida escolar cotidiana. Contribuições dos estudos etnográficos para a compreensão da escola, suas práticas e processos. Temas contemporâneos: violência, cutting, bullying, (in)disciplina, diversidade, autoridade docente, autonomia discente. Psicologia e formação contínua do profissional da educação.

Bibliografia Básica

MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proenca Rebello de (Org.). Psicologia escolar: em busca de novos rumos. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo®, 2001. 191 p. (Coleção Psicologia e Educação).

PATTO, M. H. S. (org.) A produção do fracasso escolar. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

PATTO, Maria Helena Souza. Introdução à psicologia escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

Bibliografia Complementar

AQUINO, Julio R. Groppa (org). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996b

BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L.; MARGOTO, L. (Org.). Trabalho e saúde do professor: cartografias no percurso. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. Políticas da Cognição. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOYSES, M.A. A institucionalização do invisível – crianças que não aprendem na escola. Campinas, S: FAPESP/Mercado de Letras, 2001. (COMPRAR)

TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M (Orgs.). Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002

Introdução à Análise Caracteriológica de W. Reich (60h)

Ementa: Formação e análise do caráter. Couraças. Vida sexual e saúde. A função do orgasmo. Orgone e orgoneterapia. Reich e a educação infantil. A psicanálise e a psicologia social de W.Reich.

Bibliografia Básica

ALBERTINI, P. *Na psicanálise de Wilhelm Reich*. São Paulo : Zagodoni, 2016. 233 p.

REICH, W. *Análise do Caráter*. Trad. Ricardo Amaral do Rego. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REICH, W. *O caráter impulsivo: um estudo psicanalítico da patologia do ego*. São Paulo; WMF Matins Fontes, 2009.120 p.

Bibliografia Complementar

ALBERTINI, P. R. *História das idéias e formulações para a educação*. São Paulo: Agora, 1993, 1994. 104p

ALMEIDA, B.P.; ALBERTINI, P. A noção de couraça na obra de Wilhelm Reich : publicações de 1920 a 1933. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 134-143, 2014

FARIA, C.C.M.M.. *Wilhelm Reich e a formação das crianças do futuro*. São Paulo, 2013. 155 p. Dissertação (Mestrado, IPUSP, Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

REICH, W. *A biopatia do câncer*. Trad. de Maya Hantower. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2009. 479 p.

REICH, W. *A função do orgasmo: problemas econômico-sexuais da energia biológica* São Paulo: Círculo do Livro, 1975. 341 p.

Psicologia da Infância (60h)

Ementa: Apego e vinculação, proteção e cuidado. Teorias do desenvolvimento da criança. Funções psíquicas na infância. O lugar do brincar no desenvolvimento infantil. Formas de sociabilidade na infância. Educação e desenvolvimento psicológico na infância. Práticas educativas e estilos parentais. Estatuto da criança e do adolescente; abandono; violência infantil, políticas públicas de proteção à infância. Pesquisa na área do desenvolvimento infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOWLBY, John. Apego e Perda: Apego. V. 1 da trilogia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Cole, M. & Cole, S. (2004). O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Artmed.

Piaget, J. (2004). Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Vygotsky, L.S. (2007). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia complementar

ARIÉS, P. (2006). História social da criança e da família. São Paulo: Editora LTC.

BRANCO, A.U. & Rocha, R. (1998). A questão do método na investigação científica do desenvolvimento humano. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14(3), 251-258.

BRONFENBRENNER, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: ArtMed editora.

MACARINI, S. M.; MARTINS, G.D.F.; MINETTO, M.F.J.; VIEIRA, M.L. Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arq. bras. psicol.*[online]. 2010, vol.62, n.1, pp. 119-134.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12^a. ed.). Porto Alegre: ArtMed. 800 p.

ROGOFF, B. (2005). A natureza cultural do desenvolvimento humano. Porto Alegre: ArtMed.

VYGOTSKY, L.S. (2008). Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

Psicologia e Religião (60h)

Ementa: Introdução aos estudos da psicologia da religião. Religião como ilusão e como necessidade. Religião, neurose e loucura. Estudos brasileiros na interface religiões e psicologia.

Bibliografia Básica

- AMATUZZI, M.M. (Org). *Psicologia e espiritualidade*. São Paulo: Paulus Editora, 2005. 239 p.
- DALGALARRONDO, P. *Religião, psicopatologia e saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 288p.
- HOLANDA, A. (org.). *Psicologia, religiosidade e fenomenologia*. Campinas: Átomo & Alínea, 2004. 162 p

Bibliografia Complementar

- HENRIQUES, H.I.B.; OLIVEIRA FILHO, P. de FIGUEIRÊDO, A.A.F. Discursos de usuários caps sobre práticas terapêuticas e religiosas. *Psicol. Soc.*, Ago 2015, vol.27, no.2, p.302-311.
- FREITAS, M.H. Relações entre religiosidade e saúde mental em imigrantes: implicações para a prática psi. *Psico-USF*, Itatiba , v. 18, n. 3, p. 437-444, dez. 2013 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000300010&lng=pt&nrm=iso
- FREUD, S. *O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios*. Trad. Renato Zwick ; revisão técnica e prefácio de Betty Bernardo Fuks ; ensaio bibliográfico de Paulo Endo, Edson Sousa. Porto Alegre : L&PM, 2014. 190 p.
- PAIVA, G.J. Psicologia da Religião no Brasil: a produção em periódicos e livros. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 25, n. 3, p. 441-446, set. 2009 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000300019&lng=pt&nrm=iso
- PAIVA, G.J. Experiência religiosa e experiência estética em artistas plásticos: perspectivas da psicologia da religião. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 17, n. 2, p. 223-232, 2004 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000200010&lng=pt&nrm=iso.
- PAIVA, G.J. O Estado e a educação religiosa: observações a partir da psicologia. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 22, n. 1, p. 63-67, abr. 2006 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000100008&lng=pt&nrm=iso
- PAIVA, G.J. Ciência, religião, psicologia: conhecimento e comportamento. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 15, n. 3, p. 561-567, 2002 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000300010&lng=pt&nrm=iso.
- PAIVA, G.J. Religião, enfrentamento e cura: perspectivas psicológicas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 24, n. 1, p. 99-104, mar. 2007 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000100011&lng=pt&nrm=iso.
- RODRIGUES, A. M.. Do catulê e outros demônios. São Paulo : Brasiliense, 1981.14 p..In: *Literatura e ensaio. São Paulo.* , São Paulo: *Almanaque- Cadernos de Literatura*, (12):p. 24-37, 1981
- ZACHARIAS, J.J.M. *Ori Axé: a dimensão arquetípica dos orixás*. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, 1998. 221 p.

Ementa: A história da Adolescência. Fases da Adolescência. Perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento na adolescência. Violência, drogas, gravidez e depressão. Políticas para juventude. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPSi) para crianças e adolescentes.

Bibliografia Básica

- PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 10. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2010. 889 p. ISBN 978-85-7726-024-9.
- KLOSINSKI, Gunther. A adolescência hoje: situações, conflitos e desafio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 197 p. ISBN 85-326-3330-7.
- SANTROCK, John W. Adolescência. 14. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2014. 527 p. ISBN 9788580552409.

Bibliografia Complementar

- ERIKSON, Erik H. O ciclo de vida completo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 111 p. ISBN 85-7307-372-1.
- WALL, W. D. A adolescência. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975. 284 p. (Biblioteca do Educador Profissional).
- PARKES, Colin Murray. Luto: estudos sobre a perda na vida adulta. 3. ed. São Paulo: Summus, 1998. 289 p. (Novas buscas em psicoterapia ; 56). ISBN 9788532306395.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005. 368 p. ISBN 85-02-02900-2.
- FERREIRO, Emilia. Atualidade de Jean Piaget. Porto Alegre 2001. 143 p. ISBN 85-7307-798-0.

Psicologia do Esporte (60h)

Ementa: Introdução à Psicologia do Esporte. História da Psicologia do Esporte. Abordagens psicológicas e sua relação com o esporte e a atividade física. Principais conceitos da Psicologia e sua aplicação ao treinamento desportivo: controle por regras, estabelecimento de objetivos, pensamento e desempenho esportivo. Processos comportamentais básicos aplicados à prática desportiva.

Bibliografia Básica

- ROSE JÚNIOR, D. *Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed, 2009. 256 p.
- RODRIGUES, M.C.P.; AZZI, R.G. (Orgs). *Psicologia do Esporte : trilhando caminhos em busca de iniciação na área*. Taubaté: Cabral, 2007. 91 p.
- RUBIO, K. *Instrumentos de avaliação em psicologia do esporte*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. 228 p.

Bibliografia Complementar

- CHEUCZUK, F. et al . Qualidade do Relacionamento Treinador-Atleta e Orientação às Metas como Preditores de Desempenho Esportivo. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 32, n. 2, 2016

. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000200209&lng=pt&nrm=iso>.

GOMES, G.C. al . Qualidade de sono e sua associação com sintomas psicológicos em atletas adolescentes. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo , v. 35, n. 3, p. 316-321, set. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822017000300316&lng=pt&nrm=iso>.

HERNANDEZ, J.A.E.; VOSER, R.C. Validação da escala de liderança para o esporte: versão preferência dos atletas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 32, n. 1, p. 142-157, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000100011&lng=pt&nrm=iso>

RODRIGUES, V.M.; SALDANHA, A.A.W. Liderança e Satisfação no Esporte Escolar: Teste da Hipótese da Congruência do Modelo Multidimensional de Liderança. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 3, p. 653-667, set. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300653&lng=pt&nrm=iso>

Pesquisa em Psicologia (60h)

Ementa: Rompendo com a dicotomia pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: a pesquisa quali-quantitativa. Planejamento e execução de pesquisa empírica em psicologia. Delimitação de tema e problema de pesquisa. A revisão da literatura ou elaboração do “estado da arte. Estabelecendo hipóteses, sujeitos, locais, procedimentos éticos e de condução da pesquisa, instrumentos e aparatos, cronograma de execução e procedimentos analíticos.

Bibliografia Básica

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*; trad. de Pedrinho A. Guareschi. 12. Ed. Petrópolis : Vozes, 2014.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

BREAKWELL, G. M. et al. *Métodos de pesquisa em psicologia*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 504p. (Série Métodos de Pesquisa).

Bibliografia Complementar

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. 488 p. (Série Métodos de Pesquisa).

COZBY, P. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA. *Manual de publicação da APA*. (5a ed.) Porto Alegre: Artmed, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa : Edições 70, 2016. 279 p. Ed. rev. e ampl. 3ª reimpressão da 1ª edição de 2011

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEFÉBRE, F.; LEFÉBRE, A.M.C. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul, EDUCS, 2003

- MINAYO, M. C. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SPINK, M.J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 488 p. (Série Métodos de Pesquisa).

Psicologia e Pessoa com Deficiência (60h)

Ementa: Tecnologia de ensino e intervenção para pessoas com deficiência ou altas habilidades/superdotação. Tecnologia assistiva. Ensino Colaborativo. Consultoria colaborativa. Educação emancipatória.

Bibliografia Básica

- AMARILIAM, Maria Lúcia T. M. *Psicologia do excepcional*. São Paulo: EPU, 2004.
- ASSUMPCÃO JUNIOR, F. B., TARDIVO, L. S. De La P. C. *Fundamentos de Psicologia - Psicologia do Excepcional*. Guanabara Koogan, 2008.
- MAZOTTA, Marcos J. da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

- FARIAS, C.C. *Estatuto da pessoa com deficiência*. Salvador: JusPoDIVM. 2017.
- Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com deficiência. *Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença*. Rio de Janeiro: IBDD. 2008. Disponível em: <http://www.ibdd.org.br/arquivos/livro%20IBDD.pdf>.
- SINASON, V. *Compreendo seu filho deficiente*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- Cartilha IBDD dos direitos da pessoa com deficiência / [pesquisa e texto IBDD]. - 3.ed. [rev. e atualizada]. - Rio de Janeiro : IBDD, 2014. Disponível em: <http://www.ibdd.org.br/arquivos/cartilha%20ibdd%202014.pdf>.
- BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

Estatística Aplicada à Psicologia (60h)

Ementa: estatísticas descritivas, análises correlacionais paramétricas e não-paramétricas (Correlação de Pearson e de Student), diferenças entre grupos (test *t* de Student e U de Mann Whitney), análises preditivas (regressão linear), análises multivariadas de variância. Epidemiologia. O que os dados realmente mostram?

Bibliografia básica

- DANCEY, C. P.; REIDY, J. *Estatística sem matemática para psicologia*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 608 p. (Série Métodos de Pesquisa).
- DANCEY, C.; REIDY, J.; ROWE, R. *Estatística sem matemática para as ciências da saúde*. Porto Alegre: Penso, 2017.

HAIR JR., J. F. et al. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

Bibliografia complementar

BECKER, J. L. Estatística básica: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015. 504 p.

FIELD, A. Descobrimos a estatística usando o SPSS. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 688p.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JÚNIOR, N. J. Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 448p. (Série Métodos de Pesquisa).

GLANTZ, S. A. Princípios de bioestatística. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 320p.

Mito e psicanálise (60h)

Ementa: Mito e sonho. Mito e rito. Mito e metáfora. As quatro funções do mito. Mitos e origem da psicanálise freudiana. A visão junguiana dos mitos. Mito em Lacan. Para viver os mitos: sonhos e mitos como manifestação da subjetividade. Imaginário simbólico e fenomenologia. Para além da dualidade sagrado/profano.

Bibliografia Básica

CAMPBELL, Joseph – Isto és Tu, redimensionando a metáfora religiosa. São Paulo, Landy, 2002.

FREUD, Sigmund - Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro De Uma Ilusão E Outros Textos. São Paulo, Cia. das Letras, 2014.

JUNG, Carl Gustav – Espiritualidade e transcendência. São Paulo, Vozes, 2015.

Bibliografia Complementar

CAMPBELL, Joseph – O Herói de mil faces. São Paulo, Cultrix, 1998.

_____ Mitos, sonhos e religião, nas artes, na filosofia e na vida contemporânea. São Paulo, Ediouro, 1990.

ELIADE, Mircea – Mito e realidade, São Paulo, Perspectiva, 1990.

_____ O sagrado e o profano. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

JUNG, Carl Gustav – Psicologia e religião. São Paulo, Vozes, 2012.

OTTO, Rudolf – O sagrado. São Paulo, Vozes, 1993.

Filosofia e Clínica (60h)

Ementa: A maiêutica socrática e o processo da clínica. A condição do não saber. Clínica, autonomia e partilha. Filosofar é aprender a morrer. A postura filosófica. Buber e a relação eu-tu. Rosenzweig e o princípio da incerteza.

Bibliografia Básica

BUBER, Martin - Eu e Tu, São Paulo, Centauro, 2015.

DELEUZE, Gilles – Crítica e clínica. Editora 34, 1997.

PLATÃO - Teeteto ou da ciência, Fundação Colouste Gulbenkian, 2015.

Bibliografia Complementar

HENRIQUES, Mendo Castro – Franz Rosenzweig e o pensamento dialógico, Lisboa, Universidade Católica, 2017.

PAULON, Simone – Nietzsche psicólogo- a clínica à luz da filosofia trágica. Sulina, 2014.

ROSENZWEIG, Franz – The star of redemption. University of Notre Dame, 1985.

ROSSI, Rosangela – Ser terapeuta, São Paulo, Vozes, 2014.

Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (60h)

Ementa:

Fundamentos históricos, teóricos e legais da inserção da Psicologia no campo da saúde sexual e da saúde reprodutiva. A psicologia na atuação diante de fenômenos referentes aos direitos reprodutivos: Contracepção, abortamento, gravidez, parto, puerpério, esterilização e infertilidade e na atenção aos direitos sexuais. Relações de raça, classe e gênero na garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos no Sistema Único de Saúde.

Bibliografia básica:

LOYOLA, Maria Andréa. (Org.). Bioética Reprodução e Gênero na Sociedade Contemporânea. 1.ªed. Brasília: Letras Livres e ABEP, 2005.

RAMOS, Macelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá e ALCKMIN, Gabriela Campos (orgs). Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: Perspectivas Multidisciplinares. 1ªed. Belo Horizonte, Initia Via, 2017.

VENTURA, M.; Estratégias para a Promoção e Defesa dos Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 52 p. : il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos ; caderno n. 2) ISBN 85-334-1043-3

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica da Saúde da Mulher. **Pré-natal, parto e puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico** . Brasília: Ministério da Saúde, 32p, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica** /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos ; Caderno nº 4) ISBN 978-85-334-1711-3

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 124 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais

Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos ; Caderno n. 6) ISBN 78-85-334-1724-3

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 32 p. : il. ISBN 978-85-334-2055-7

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 300 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26) ISBN 978-85-334-1698-7.

CARVALHO, Cintia Sousa; CALDERARO, Fernanda; SOUZA, Solange Jobin e. **O dispositivo "saúde de mulheres lésbicas": (in)visibilidade e direitos.** Rev. psicol. polít. , São Paulo , v. 13, n. 26, p. 111-127, abr. 2013 .

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993).** Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 20, n. 1, p. 133-151, Apr. 2012 .

DINIZ, Simone Grilo et al . **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção.** J. Hum. Growth Dev. , São Paulo , v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015 .

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; ARAS, Lina Maria Brandão de; **O silêncio e a escuta: Por uma psicologia que escute as mulheres que interromperam gestações.** In: Gênero na psicologia: saberes e práticas / organizado por Alessa Denega; Darlane S. V. Andrade e Helena M. dos Santos. – Salvador: CRP-03, 2016. ISBN: 978-85-65208-05-5

PERUCCHI, Juliana; RODRIGUES, Fernanda Deotti; JARDIM, Laíse Navarro and CALAIS, Lara Brum de. **Psicologia e Políticas Públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões.** Psicol. Soc. [online]. 2011, vol.23, n.spe [cited 2017-12-10], pp.72-80.

ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade (s): questões para a Psicologia/ Conselho Federal de Psicologia.** - Brasília: CFP, 2016. 178p

Decolonialidade e Psicologia Latino Americana (60h)

Ementa: Teorias descoloniais e a formação colonial/moderna do sujeito da América Latina. Fundamentos teóricos da Psicologia social latino-americana. Psicologia da Libertação e pensamento descolonial como bases orientadoras para a prática da psicologia em contextos de violação de direitos humanos. Psicologia como instrumento de descolonização da América Latina.

Bibliografia Básica:

CÉSAIRE, Aimé (Orgs). Discurso sobre el colonialismo. Madri: Akal, 2006

LACERDA JUNIOR, Fernando; GUZZO, Raquel de Souza Lobo (orgs.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação.* 2. ed. Campinas: Alínea, 2011.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. *Crítica e Libertação na Psicologia.* 1ª ed. Vozes, 2017.

Bibliografia Complementar

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

LACERDA, Fernando. O Método em Psicologia Política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 13, n. 28, p. 579-592, dez. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300011&lng=pt&nrm=iso>.

LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 2, n. 1, p. 7-27, June 1997 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso>.

MAYORGA, Claudia. Sobre mulheres, Psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais. In: Louise Lhullier. (Org.). **Psicologia: Uma profissão de Muitas e Diferentes Mulheres**. 1a.ed.Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 173-200.

MIGNOLO, Walter, *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*, Madrid, Ediciones Akal, S.A., 2003.

MIGNOLO, Walter; JIMENEZ-LUCENA, Isabel; LUGONES, María; TLOSTANOVA, Madina: *Género y Descolonialidad*. Buenos Aires. Del signo, 2014, 94 p.

MIGNOLO, Walter D. *Habitar la frontera: Sentir y pensar la descolonialidad* (Antología, 1999-2014) Carballo, Francisco y Herrera Robles, Luis Alfonso (prólogo y selección) CIDOB, 2015

Drogas, Cultura e Sociedade (60h)

Ementa

Aspectos sociais e antropológicos relacionados à questão das drogas. Mídia e representação das drogas. Implicações e disputas nas políticas de drogas no Brasil. Políticas e práticas de redução de danos e a guerra às drogas. Modelos de atenção à saúde na abordagem dos problemas relacionados ao consumo. Exclusão e intervenção em contextos de vulnerabilidades.

Bibliografia básica:

MALHEIRO, L. S. B. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no centro histórico de Salvador. In: MACRAE, E.; TAVARES, L.A.; NUÑEZ, M. E. (Orgs). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Salvador: EDUFBA: CETAD/UFBA 2013, p. 223-314. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16089/3/Crack-contextos%2c%20padroes%20e%20propositos%20de%20uso-RI.pdf>>

NERY FILHO, A. Por que os humanos usam drogas? In: NERY FILHO, A. et al. (Org.). **As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais**. Salvador: EDUFBA: CETAD/UFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7895/1/As_drogas_na_contemporaneidade_RI.pdf>

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

Bibliografia complementar:

CHEIBUB, W. B. Práticas disciplinares e uso de drogas: a gestão dos ilegalismos na cena contemporânea. **Psic., Ciência & Prof.**, v. 26, n. 4, p. 548-557, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400003&lng=en&nrm=iso>

CUNDA, M. F.; SILVA, R. A. N. O crack em um cenário empedrado: articulações entre o discurso jurídico, médico e midiático. **Psicol. Soc.**, v. 26, n. spe., p. 245-255, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500025&lng=en&nrm=iso>

HART, C. L. Slogans vazios, problemas reais. **Revista Sur**, v.12, n. 21, p. 1-4, ago 2015. Disponível em: <http://fileserv.idpc.net/library/Sur-21_Carl-L.-Hart_pt.pdf>

MEDINA, M. G.; NERY FILHO, A.; FLACH, P. M. Políticas de prevenção e cuidado ao usuário de substâncias psicoativas. In: PAIM, J.; ALMEIDA-FILHO, N (Orgs.). **Saúde coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.

TAVARES, L. A.; ALMEIDA, A. R. B.; NERY FILHO, A. (Orgs.). **Drogas, tempos, lugares e olhares sobre o seu consumo**. Salvador: EDUFBA: CETAD/UFBA, 2004.

Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16167/1/drogas%2C%20tempos%20e%20lugares.pdf>>

Psicologia e Políticas Sociais (60h)

Ementa

O dilema do enfrentamento à pobreza e o confronto com as desigualdades na conjuntura neoliberal brasileira. Divisão social do trabalho, ideologia e transformação social: perspectivas sócio-históricas. Políticas de Assistência Social e as Proteções Sociais Afiançadas: marcos legais, tipificação de serviços socioassistenciais, benefícios, programas e projetos. Atuação das psicólogas no SUAS: desafios e impasses. O compromisso ético-político da Psicologia com a promoção da dignidade e da convivência familiar/comunitária em contextos de vulnerabilidades: a conscientização como horizonte de seu *quefazer*.

Bibliografia básica

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Luane Neves. *A Psicologia na Assistência Social – convivendo com a desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2015.

FREIRE, Paulo; OLIVEIRA, Walter Ferreira de; FREIRE, Nita. *Pedagogia da solidariedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Bibliografia complementar

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de setembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e população em situação de rua*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1993.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília, CFP, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Conselho Federal de Psicologia, 2017.
- CODO, Wanderley; LANE, Sílvia. *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COUTO, Berenice Rojas. Assistência Social: direito ou bem-estar?. *Serv. Soc. Soc.*, n. 124, p. 665-677, out/dez. 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7911/2/Assistencia_social_direito_social_ou_bem_estar.pdf>
- MARTIN-BARO, Ignácio. O papel do Psicólogo. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, jun. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=en&nrm=iso>
- MARTIN-BARO, Ignácio. Psicologia Política do Trabalho na América Latina. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 609-624, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300012&lng=pt&nrm=iso>
- MEYER, Dagmar E. Estermann et al. "Você aprende. A gente ensina?": interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1335-1342, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000600022&lng=en&nrm=iso>
- PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 467-478, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612011000300003&lng=pt&nrm=iso>
- SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do Psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, 2011, p. 12-21. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3093/309326564003.pdf>>

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálysis*, v. 14, n. 1, 2011, p. 104-115. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1796/179618775012/>>

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luis Otávio. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 731-741, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300009&lng=en&nrm=iso>

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 29, n. 4, p. 686-699, dez. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400004&lng=pt&nrm=iso

Psicologia do Trabalho e das Organizações (60h)

Ementa: Conceptualização histórica das teorias organizacionais. Diferentes perspectivas para compreensão do fenômeno organizacional. Organizações: estrutura e dinâmica interna. Cultura, subcultura e contracultura organizacionais. A dinâmica política das organizações: poder, autoridade e conflito. Relações entre indivíduo e organização. Diversidade no contexto de trabalho: percepção social, valores e significado do trabalho, motivação e comprometimento no trabalho.

Bibliografia Básica

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BORGES, L. O.; MOURÃO, L. (Orgs.). *O Trabalho e as Organizações: Atuações a partir da Psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PUNTE-PALACIOS, K.; PEIXOTO, A. L. A. *Ferramentas de Diagnóstico para Organizações e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Bibliografia Complementar

ZANELLI, J. C. *O Psicólogo nas Organizações de Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BORGES-ANDRADE, J. E. *Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ZANELLI, J. C. et al. *Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E. (Orgs.). *Dicionário de Psicologia Organizacional*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2014.

SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). *Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Estudos sobre a Formação em Psicologia (60h)

Ementa: História e atualidade da formação em Psicologia no Brasil. Arquitetura e estruturas curriculares. Métodos pedagógicos na formação em Psicologia. Formação: Estado, Sociedade e mercado. A atuação dos psicólogos e sua relação com a formação.

Bibliografia Básica

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

FERREIRA NETO, J. L. *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta, 2004.

YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRN, 2010.

Bibliografia Complementar

ANGELINI, A.; DÓRIA, C. S. Contribuição para a formação básica do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, v. 16-17, n. 47-50, p. 41-45, 1964/1965.

ANGELINI, A. Aspectos atuais da profissão de psicólogo no Brasil. *Boletim de Psicologia*, v. 26, n. 69, p. 31-39, 1975.

ANTUNES, M. A. M. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, v. 22, 79-94, 2006. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n22/v22a05.pdf. Acesso em 05 mai. 2018.

BAPTISTA, M. T. D. S. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico [número especial]. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, p. 170-191, 2010. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500008&lng=en&tlng=pt. Acesso em 05 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Quem é psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Campinas, SP: Átomo & Alínea, 1992.

28. PROJETO COMPLEMENTAR DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR DE PSICOLOGIA (LICENCIATURA)

Em 1962, iniciou-se o período profissional da Psicologia, o que significou o começo da atuação formal do psicólogo no âmbito laboral. Por meio da promulgação da Lei 4.119/62 ficou regulamentada a profissão de psicólogo. Em relação à licenciatura, o Decreto nº 76.644/1975 determinou que o licenciado em Psicologia poderia lecionar no ensino médio, ministrando a disciplina de Psicologia em instituições públicas e privadas.

A atuação do licenciado em Psicologia sofreu ainda algumas reformulações a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB9394/96). O artigo 61 da LDB determina que "a formação dos profissionais de educação, de modo a atender os diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: a) associação entre teoria e prática; b) a formação de docentes para atuar na educação deverá ter a graduação plena, em universidades" (Lei n. 9.394, 1996).

Especificamente, na formação em Psicologia, as Diretrizes para os cursos de Psicologia (2004) estabeleceram as condições para a regulamentação dos cursos de formação de Psicólogo, Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Em decorrência das regulamentações vigentes, a carga horária para a licenciatura exigia do quadro de Bacharelado ou Formação do Psicólogo uma extensão de sua grade curricular, por vezes, bastante onerosa.

Na resolução de 2004 está previsto o exercício da docência. Mas não se discute como deverá se dar essa formação, ressaltando apenas que esta deverá seguir as Diretrizes Nacionais para a formação do professor da Educação Básica. Além disso, a resolução não propõe uma articulação da formação do professor com o restante do curso, embora mencione que o projeto pedagógico deva conciliar-se com as competências do núcleo comum [Cirino et. al., 2007]⁵.

A partir da Resolução nº 05 de 15 de março de 2011 foram instituídas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, que estabeleceram as normas para que o projeto pedagógico de Formação de Professores de Psicologia fosse complementar:

O Art.3º estabelece que o curso de graduação em Psicologia tenha como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia. O mesmo Art. 13º exige que a Formação de Professores de Psicologia seja estruturada a partir de um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n. 9.394, 1996)⁶.

Como projeto complementar, a Licenciatura em Psicologia pressupõe uma formação básica na graduação em Psicologia e a complementação de carga horária específica. O planejamento da arquitetura curricular deve ser flexível, tornando a Licenciatura exequível ao longo do currículo.

§ 6º A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas: a)

⁵ Cirino et. al. As novas diretrizes curriculares: uma reflexão sobre a licenciatura em Psicologia. *Temas psicol.* [online]., v.15, n.1, pp. 23-32, 2007.

⁶ BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília. 23 dez. 1996.

Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas; b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas (BRASIL, 2011).

Embora os currículos da educação básica não prevejam a disciplina de Psicologia, contam com espaços formativos e reflexivos que requerem ações educativas comprometidas com a estruturação de um ensino de qualidade.

§ 1º O projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos: a) complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros.

Destarte, o estudante de Psicologia deverá partir de uma concepção abrangente do sistema educacional brasileiro e da análise da proposta da unidade educacional em que desenvolverá sua prática. Deverá também contextualizar sua atividade pedagógica à diversidade da população atendida. Nesse sentido, sua prática educativa estará voltada ao planejamento das condições de ensino, utilização dos recursos apropriados e avaliação do processo desenvolvido (CNE/CES, 2001).

Atendendo às determinações da LDB (Lei n. 9.394, 1996), art. 61, e às Resoluções 1 e 2 CNE/2002, Art. 1 e 2, na Licenciatura do Curso de Psicologia, os conhecimentos teóricos ministrados e as relações entre a prática docente devem estar integrados. Para tanto, esta articulação deverá proporcionar uma diversidade de informações que possibilite uma intervenção contextualizada. A atuação oferecerá aos discentes recursos para a análise do contexto histórico, social, cultural e político, levando-os a uma compreensão de sua prática profissional, comprometida com a transformação social.

Compreendendo este projeto como complementar ao curso de bacharelado em Psicologia, para obtenção do título de licenciado, são estabelecidos os seguintes objetivos:

28.1 Objetivos

O curso de Licenciatura em Psicologia da UFSB tem como objetivo geral promover uma interface entre Psicologia e Educação, possibilitando ao psicólogo atuar como professor de Psicologia, ou no campo educacional, com o efetivo compromisso com o conhecimento científico, a postura ética e o exercício da cidadania nos diferentes contextos.

Constituem-se objetivos específicos do curso de licenciatura:

- a) Formar o professor de psicologia, propiciando as competências necessárias para a atuação profissional nos diversos contextos educativos;
- b) Estimular o trabalho interdisciplinar e o diálogo com os profissionais da área de educação;
- c) Estimular a formação continuada em diferentes níveis;
- d) Fomentar a construção do conhecimento científico em Psicologia e Educação;
- e) Compreender criticamente os processos educativos, sociais, econômicos, políticos e culturais do país;

- f) Propiciar as condições para a elaboração, implementação e avaliação do ensino e da aprendizagem, bem como de projetos de natureza pedagógica;
- g) Planejar atividades pedagógicas que contemplem a efetivação do processo de ensino e aprendizagem;
- h) Intervir na promoção da qualidade das relações interpessoais no âmbito educacional.

Em seu Artigo 13º, Parágrafo 2º, a Resolução nº 5 de 2011, prevê que a proposta Complementar para a Formação de Professores de Psicologia articule conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais: neste eixo o licenciando em Psicologia deverá articular as políticas públicas vigentes com a perspectiva da educação inclusiva. Atende a este eixo a disciplina: Política e Gestão Educacional (carga horária de 72 horas/aula), Educação Especial (72 horas/aula) e Libras (72 horas/aula).
- b) Psicologia e Instituições Educacionais: este eixo prepara o formando para a compreensão das dinâmicas e políticas institucionais, possibilitando avaliar e planejar ações coletivas no âmbito educacional. Contribuem para o cumprimento dos objetivos deste eixo as disciplinas: Avaliação do Ensino e Aprendizagem (54 horas/aula), Psicologia da Educação (54 horas/aula) e Política e Gestão Educacional (72 horas/aula).
- c) Filosofia, Psicologia e Educação: este eixo proporciona ao licenciando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes. Integram este eixo as disciplinas: Tópicos em Cultura e Diversidade Etnicorracial (72 horas/aula), Fundamentos de Didática (72 horas/aula) e Psicologia da Educação (54 horas/aula).
- d) Disciplinaridade e interdisciplinaridade: os objetivos deste eixo visam possibilitar ao licenciando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber, em uma perspectiva de educação continuada. Para cumprimento destes objetivos é oferecida a disciplina de Tópicos em Cultura e Diversidade Etnicorracial (72 horas/aula) e Educação em Direitos Humanos (72 horas/aula).

As disciplinas de eixo comum à área de formação (Educação Especial, Tópicos em Cultura e Diversidade Etnicorracial e Laboratório de Textos Científicos I) são constituídas por conteúdos específicos que precisam estar contemplados tanto para o bacharelado quanto para a licenciatura. Assim, uma vez que os alunos que optam pelo projeto complementar foram contemplados com a discussão, entende-se que as mesmas pudessem ser aproveitadas no projeto complementar. E ainda, considerando a estrutura e legislação da UFSB, o aluno precisa cursar as disciplinas comuns à área de formação, possibilitando-o integrar os diferentes campos de produção do saber, podendo inclusive se candidatar à mobilidade acadêmica entre os cursos.

Em seu parágrafo 3º a Resolução nº 05 de março de 2011 indica que a formação de professores de Psicologia deve oferecer conteúdos que não se desvinculem da formação do psicólogo. Por isso, as disciplinas complementares ao projeto pedagógico são distribuídas durante a formação, desde o primeiro ano, estabelecendo uma interface constante entre a Psicologia e a Educação.

Desde o início da formação também se enfatizará a Prática como Componente Curricular (PCC), em conformidade com o artigo 12 da Resolução CNE/CP2, a qual não poderá

ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o Curso. Nesta proposta em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o Estágio Supervisionado, a PCC deve ocorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador na Ciência Psicológica. O projeto complementar de Licenciatura em Psicologia oferece a PCC a seus alunos no interior das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, desde o início do curso e não apenas nas disciplinas pedagógicas, mas em possibilidades de reflexão e compreensão do contexto escolar como uma possibilidade de atuação e intervenção. Esta correlação entre teoria e prática é um movimento contínuo na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar e/ou outros contextos. A prática permeará toda a formação do futuro profissional, estabelecendo e garantindo assim uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. É esse espaço que permitirá ao aluno um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos associados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com as disciplinas pedagógicas de formação geral. Dessa maneira, busca-se possibilitar uma vivência mais efetiva, capaz de possibilitar ao aluno a tomada de consciência do papel do professor e do psicólogo preocupado com os métodos e procedimentos de ensino e as questões de aprendizagem que extrapolam os muros escolares.

Durante o estágio de formação de professores, o licenciando poderá, entre outras atividades, ensinar Psicologia no ensino médio. Essa atividade possibilitará a discussão de temas como direitos humanos, preconceitos, relações sociais e outras temáticas que contribuirão para sua formação. O regulamento de estágio supervisionado é parte integrante deste documento, exposto como Apêndice B. Além disso, poderá atuar na formação continuada de professores, gestores e outras agentes da escola possibilitando reflexões sobre as questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente, relacionando-as às políticas públicas vigentes.

Atendendo ao disposto no artigo 13º, em seu parágrafo 6º (Resolução nº 05 de março de 2011), a carga horária para a Formação de Professores de Psicologia encontra-se assim distribuída:

Quadro 1. Componentes Curriculares e estágios da formação complementar em Licenciatura do curso de Psicologia.

CC	CH
Laboratório de Textos Científicos I	72
Educação Especial	72
Tópicos em Cultura e Diversidade Etnicorracial	72
Libras	72
Fundamentos de Didática	72
Psicologia da Educação	54
Educação e Direitos Humanos	72
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	54

Estágio supervisionado de formação de professores I	126
Estágio supervisionado de formação de professores II	126
Estágio supervisionado de formação de professores III	108
TOTAL	972

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, T. M. et. al. Reorganização socioeconômica no Extremo Sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n.2, p. 5-18, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a01v20n2.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2016.

ALMEIDA-FILHO, N.; COUTINHO, D. Nova arquitetura curricular na universidade Brasileira. **Ciência & Cultura**, v. 63, n. 1, p. 4-5. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5744/1/SBPC%20Nova%20arquitetura%20curricular%20na%20universidade%20Brasileira%202011.pdf>. Acesso em 05 abr. 2018.

ALMEIDA FILHO, N. Higher Education and Health Care in Brasil. **The Lancet**, v. 377, n. 9781, p. 1898- 1900, 2011.

ALMEIDA FILHO, N. Reconhecer Flexner: inquérito sobre produção de mitos na educação médica no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 12, p. 2234-2249, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010001200003. Acesso em 05 abr. 2018.

ALMEIDA FILHO, N. **Universidade Nova**: Textos críticos e esperançosos. Brasília/Salvador: UnB/EDUFBA, 2007.

ALMEIDA FILHO, N. *et al.* Formação médica na UFSB: I. Bacharelado interdisciplinar em saúde no primeiro ciclo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 38, n. 3, p. 337-348, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v38n3/08.pdf>. Acesso em 05 abr. 2018.

ANDRADE, M. L.; OLIVEIRA, G.G. de; GERMANI, G. I. A monocultura do eucalipto na Região do Sudoeste Baiano: conflitos socioambientais e enfrentamentos. In: **Simpósio Baiano de Geografia Agrária e Semana da Geografia da UESB**, n.1, v.1, 2013, Vitória da Conquista. Anais eletrônicos... Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/index.php?pagina=edicao_atual>. Acesso em: 27 mai. 2016.

BASTOS, A. V. B.; GOMES, W. Polaridades conceituais e tensões teóricas no campo da Psicologia: o falso paradoxo indivíduo/coletividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932012000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 abr. 2018.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (Eds.). (2010). **O Trabalho do Psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed.

BIANCHI, A. L. Os sítios urbanos como atração turística: o caso de Porto Seguro. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n.3, p.10-17, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115417954002>> . Acesso em: 27 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2012/2015**. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional>. Acesso em: 19 mai. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 10.639**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 05 abr. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 01**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 05 abr. 2018.

CARVALHO, C.R. **Uma abordagem geográfica do turismo em Porto Seguro**. 2008. 104p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-02032009-164937>. Acesso em 20 mai. 2016.

CEDEÑO, A. (n.d.). **Psicologia comunitária do cotidiano: contribuições para pensar a prática cotidiana do psicólogo nas políticas públicas**. Recuperado em: 8 de março de 2003, de: http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/007.pdf

CERQUEIRA NETO, S.P.G. Três décadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 55-68, 2012. Disponível em:< www.revistas.usp.br/geousp/article/download/74252/77895> . Acesso em: 28 mai. 2016.

FUNAI. Apresentação. Disponível em : <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-sulbahia>).

IBGE. Biblioteca. Disponível em : <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/portoseguro.pdf>> Acesso em 13 abr. 2016.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria do Meio Ambiente. Governo do Estado da Bahia. **Silvicultura de eucalipto no Sul e Extremo Sul da Bahia**: situação atual e perspectivas

ambientais. Salvador: IMA, 2008. 66p. < www.inema.ba.gov.br/download/304/ > . Acesso em: 28 mai. 2016.

LIMA, M.; COUTINHO, D. **Projeto pedagógico da área de concentração em Estudos da Subjetividade e do Comportamento Humano** (AC-ESCH). Salvador, BA: Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2010.

LIMA, M. COUTINHO, D., SANTOS, V. Trajetórias Interrompidas no Curso de Psicologia em Relação ao Bacharelado Interdisciplinar aa UFBA. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lima,%20et.%20al%20Revista%20Camine%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lima,%20et.%20al%20Revista%20Camine%20(1).pdf). Acesso em 05 abr. 2018.

LIMA, M., COUTINHO, D. ANDRADE, J.; LOPEZ, F.N. Trajetórias acadêmicas de estudantes dos Bacharelados Interdisciplinares e do curso de Psicologia: análise de históricos escolares. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.24, n. 91, p. 395-423, 2016.

LIMA, M., COUTINHO, D.; FREITAS, J.; DAHIA, I.; AMAZONAS, O.; ALENCAR, H. Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia: Considerações Sobre a Implantação do Projeto. **Athenea Digital**, v. 15, n. 3, p. 127-147, 2015.

LIMA, M., COUTINHO, D.; JALIL, C. M.; LOPEZ, F.N. Transição dos Bacharelados Interdisciplinares para a Formação em Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 183-195, 2016.

LOPEZ, F. N.; COUTINHO, D. M.B.; DOMEQ, M. A Invenção da Ideia de Desenvolvimento: Reflexões e Propostas Dialógicas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 41-52, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/32409/pdf>. Acesso em 05 abr. 2018.

MORRISON, G.; GOLDFARB, S.; LANKEN, P. N. Team Training of Medical Students in the 21st Century: Would Flexner Approve? **Academic Medicine**, v. 85, n. 2, p. 254-259, 2010.

NALINI, J. R. A cidadania e o protagonismo ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 35, p. 56-64, 2004.

RUDÁ, C. **Formação em psicologia no Brasil: história, constituição e processo formativo**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. 162 f.

SANTOS, C.S.; SILVA, J. L.C. Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano. In: **ENCONTRO DA ANPPAS**, n.2, 2004, Indaiatuba. Anais eletrônicos...São Paulo: USP, 2004.

SAKOWSKI, P.A. M.. **Mensurando o emprego no setor turismo no Brasil: do nível nacional ao regional e local**. Brasília: IPEA, 2015. 60p.

SILVA, T.A. **A exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo: uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro.** 2009. 145p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo, Área de Concentração: Memória, Identidade e Representações Culturais). – Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. Resolução nº 017/2016. Dispõe sobre os Órgãos de Gestão Acadêmica das Unidades Universitárias.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. **Plano Orientador.** Itabuna/Porto Seguro/Teixeira de Freitas Bahia, Brasil, 2014. Disponível em : <http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>. Acesso em: 14/04/2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: Mortes Matadas por Arma de Fogo,** 2015a. Disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva.

WASELFISZ, J. J.. **Mapa da Violência 2015.** Homicídio de mulheres no Brasil. 2015b. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 17/04/2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014.** Os jovens do Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php Acesso em 17/04/2016.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012.** Crianças e Adolescentes do Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

WHITE, J.; PALASWKI, T.; KEARNEY, R. “Discovery learning”: an account of rapid curriculum change in response to accreditation. **Medical Teacher**, v. 35, n. 7, 2013.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. UNWTO **Anual Report, 2013.** Madrid: UNWTO, 2013. 84p. Disponível em: http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/06/unwto_annual_report_2013_web.pdf . Acesso em: 24 mai. 2016.

ANEXO A. REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CPSI/UFSB

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFSB

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artigo 1º - Os dispositivos legais apoiam a estruturação dos estágios do curso de Psicologia, são expressos por meio da Lei nº 4119/62 de 27/08/1962 do C.F.E. e da Resolução n. 05 de 15 de março de 2011, que estabelece os objetivos e normas para implantação dos cursos de Psicologia.

Artigo 2º - O curso de Psicologia, da UFSB, pelo presente Regulamento, dá cumprimento à Lei de Estágio, Regulamento Geral dos Cursos de Graduação e Regulamento de Estágio da UFSB e demais normas aplicáveis que regem a realização de Estágios Supervisionados para o Curso de Psicologia.

Artigo 3º - O Regulamento aqui descrito tem a finalidade de formar adequadamente o Psicólogo, atendendo as exigências legais, ao Projeto Pedagógico do Curso e a realidade onde os estágios se concretizam.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Artigo 4º - Entende-se que o Estágio Supervisionado do curso de Psicologia-Bacharelado “é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” (Lei nº 11788/08).

Artigo 5º - O estágio supervisionado obrigatório deve ser vinculado com a prática escolar do aluno e não como simples apêndice da atividade escolar.

Artigo 6º - O estágio supervisionado obrigatório deve proporcionar a complementação do ensino e aprendizagem, ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendário escolar.

Artigo 7º - Os estágios terão regulamentação própria, elaborada pela Comissão de Estágio Supervisionado (COES), baseadas nas legislações e normas vigentes, tratadas como anexo do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO, DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Artigo 8º - Da organização dos estágios do Curso de Psicologia participam:

I- Comissão de Estágio Supervisionado (COES);

II- Coordenador de Estágio;

III- Orientadores de Estágio;

IV- Supervisores de Estágio.

Artigo 9º - A COES será de caráter permanente e composta pelo coordenador do curso (membro nato), pelo coordenador de estágio, representantes docentes e do quadro permanente do curso de Psicologia, sendo: um orientador do Estágio Supervisionado do Núcleo Comum, um orientador de Estágio Supervisionado Ênfase A, um orientador de Estágio Supervisionado Ênfase B, um técnico administrativo, e dois discentes, um pelo Estágio básico e outro pelo estágio específico.

Artigo 10 - Compete ao Presidente da COES:

I- Convocar os membros da COES para reuniões;

II- Acompanhar o funcionamento do estágio no curso;

III- Encaminhar ao Colegiado do Curso de Psicologia e à Congregação da Unidade o nome do professor responsável pelo Plano de atividades do estagiário, para que seja aprovado como Orientador de Estágio;

IV- Manter o arquivo dos documentos referentes ao estágio;

V- Encaminhar ao setor de Estágios da UFSB, proposta de estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica com concedentes de estágio, após avaliação de relevância feita pela COES;

VI- Encaminhar, até trinta dias após o início do quadrimestre letivo, ao setor de Estágios da UFSB, relatório com nomes dos estagiários, curso, períodos de realização de estágio, local de realização de estágio, nome do professor orientador e, no caso específico do estágio obrigatório, resultado final, referentes ao quadrimestre letivo anterior.

Artigo 11 - Compete ao Coordenador de Estágio:

I – Coordenar os trabalhos de estágio, fornecendo subsídios à formulação e execução de projetos;

II – Propor os grupos de alunos-estagiários a serem orientados a cada ano, bem como programar todas as atividades administrativas a serem desenvolvidas nas ênfases de estágio;

III - Apreciar os projetos de estágio, devolvendo os que não satisfizerem às exigências do Regulamento de Estágio;

IV – Supervisionar a aplicação dos projetos, zelando pelo seu bom desempenho;

V – Proporcionar orientação aos estagiários, orientadores e supervisores sobre o desenvolvimento do estágio;

VI – Elaborar instruções aos orientadores, supervisores e alunos-estagiários (critérios de avaliação dos estágios);

VII – Apresentar anualmente, relatório geral das atividades à Coordenação do Curso de Psicologia;

VIII – Responder por assuntos inerentes aos estágios, respeitando o Regulamento,

IX – Fixar, a cada período letivo, as datas de início e término dos estágios;

X – Reunir mensalmente a Coordenação do Curso de Psicologia, para acompanhamento e análise de assuntos referentes aos estágios;

XI- Reunir bimestralmente com os orientadores e supervisores para análise do andamento dos estágios.

XII - Ser mediador entre o concedente do estágio (instituição, comunidade, organização etc.) e o curso de Psicologia.

Artigo 12 - O coordenador de Estágio acumulará a função de Presidente da COES.

Artigo 13 - A orientação dos estágios será exercida por Psicólogos, professores permanentes do Curso de Psicologia e, devidamente registrados no Conselho Regional de Psicologia do estado da Bahia (CRP-03) .

Artigo 14 - Ao orientador de Estágio compete:

I – Orientar os estagiários na elaboração, execução e avaliação do Plano de atividades, a partir do embasamento teórico correspondente, e na elaboração do relatório, fornecendo os subsídios teóricos necessários;

II – Orientar os estagiários quanto ao Código de Ética Profissional, normas da Clínica-Escola-Comunidade e do trabalho designado para a conclusão do estágio.

III- Avaliar o desempenho dos alunos-estagiários, incluindo os relatórios;

IV– Comparecer às reuniões específicas de estágio a que pertence, quando convocado pela Coordenadoria de Estágio;

Artigo 15 - O supervisor de estágio é o profissional de psicologia ou áreas afins, que atua na instituição onde é desenvolvido o estágio.

Artigo 16 - Ao supervisor de Estágio compete:

I – Acompanhar o desenvolvimento do estágio pelo aluno quanto ao cumprimento do Plano de atividades, objetivos e compromisso ético com a instituição;

II – Informar ao orientador de estágio sobre ocorrências que possam prejudicar as atividades previstas pelo estágio;

III – Zelar para que as atribuições do estagiário sejam coerentes com o acordo firmado em termo de compromisso entre a parte concedente e a UFSB;

IV – Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

V – Entregar para o orientador e para a parte concedente do estágio os relatórios periódicos de atividades do estágio em prazo não superior a 2 (dois) meses.

CAPÍTULO IV

DO ESTUDANTE COMO ESTAGIÁRIO

Artigo 17 - São considerados estagiários os alunos regularmente matriculados nas componentes curriculares de Estágio Supervisionado.

Artigo 18 - São direitos dos estagiários:

I- receber orientação e assessoramento da COES/ Orientador, durante o estágio;

II- receber esclarecimento sobre convênios firmados pela UFSB para realização de estágio;

III- dispor de elementos básicos necessários à execução de suas atribuições onde realiza o estágio;

IV- receber informação dos órgãos competentes (UFSB), sobre seguro de acidente pessoal em favor do estagiário.

Artigo 19 - São deveres dos estagiários:

I- conhecer e cumprir o Regulamento de Estágio;

II - cumprir as providências relativas ao Termo de Compromisso do Estagiário, uma vez que, é obrigatório a formalização do referido termo para a liberação do aluno para o estágio;

III- discutir e contribuir para a elaboração do Plano de Atividades de Estágio;

IV- cumprir o Plano de Atividades de Estágio e respeitar suas normas de funcionamento e datas estabelecidas pelo orientador;

V- comunicar ao orientador e supervisor sua ausência ou quaisquer fatos que venham a interferir no desenvolvimento do estágio;

VI- cumprir toda a carga horária prescrita para o estágio supervisionado;

VII- elaborar e submeter à apreciação do orientador de estágio o relatório final, no prazo pré-fixado, como requisito final de aprovação.

Artigo 20 - É de responsabilidade da parte concedente contratar, em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

Artigo 21 - A atividade de estágio obrigatório, uma vez regida pela Lei 11788/08, não atribui qualquer relação de vínculo empregatício.

CAPÍTULO IV

ÁREAS DE ATUAÇÃO E CAMPOS DE ESTÁGIO

Artigo 22 - A jornada de atividade de estágio, a ser cumprida pelo estudante, deve obedecer às diretrizes que orientam a formação do Psicólogo, assegurando, no mínimo, 15% da carga horária total da estrutura curricular para realização dos estágios básicos e específicos, como previsto no Art. 22, § 3º da Resolução CNE nº 5/2011.

Artigo 23 - Serão oferecidos os Estágio Supervisionados do Núcleo Comum I, II e III como componentes curriculares obrigatórias ao aluno, regularmente matriculado no Curso de Psicologia da UFSB. Idealmente, o aluno irá cursar os Estágios Supervisionados do Núcleo Comum I, II e III, do 1º ao 3º quadrimestres.

Artigo 24 - O Estágio Supervisionado do Núcleo Comum orienta o processo de formação do graduando no desenvolvimento de novas competências.

§ 1º Deverá atender a construção do conhecimento teórico necessário para explicação, compreensão e análise das questões pertinentes à Psicologia.

§ 2º Deverá, ainda, favorecer a promoção dos conhecimentos requeridos para o exercício profissional, como a tomada de decisões, a comunicação, a liderança, a administração, o gerenciamento e a formação permanente.

§ 3º O estágio apresenta uma proposta atualizada quanto aos objetivos, atividades e o papel do estudante de Psicologia.

§ 4º Busca apresentar e integrar o aluno a um contexto social, até então pouco conhecido, favorecendo o desenvolvimento das competências de planejamento, análise, síntese, observação e descrição.

Artigo 25 - O Estágio Supervisionado do Núcleo Comum II orienta o processo de intervenção sistemática, de modo a vivenciar teoria e prática.

Parágrafo único: O Estágio Supervisionado do Núcleo Comum I é pré-requisito para o Estágio Supervisionado do Núcleo Comum II.

Artigo 26 - Quanto ao campo de estágio, os Estágios Supervisionados do Núcleo Comum I e II deverão atender o compromisso social em processos de intervenção individual e/ou coletiva, seja na Clínica-Escola-Comunidade (Laboratório Serviço de Psicologia Aplicada) ou em instituições conveniadas.

§ 1º - Nos Estágios Supervisionados do Núcleo Comum I e II os professores poderão conduzir estudos de caráter exploratório no campo de estágio por meio de observações participantes de

atividades desenvolvidas por profissionais dos serviços; entrevistas em setores da sociedade e participação em reuniões de equipe; análise dos dados e devolução aos participantes dos resultados observados; estudos de casos; elaboração e execução de um projeto de intervenção conforme análise de demanda e interesse temático do estagiário.

§ 2º Os componentes curriculares de Estágio Supervisionado do Núcleo Comum I e II não necessariamente serão realizados pelos alunos com o mesmo orientador de estágio. O aluno poderá optar por cursar o componente curricular de Estágio Supervisionado do Núcleo Comum II com orientador diferente daquele que ofereceu a componente curricular anterior, mediante a flexibilidade da proposta e a oferta de vagas de estágio.

Artigo 27 - Serão oferecidos os Estágios Supervisionados Específicos I e II como componentes curriculares obrigatórios ao aluno, regularmente matriculado no Curso de Psicologia da UFSB.

§ 1º - Os componentes curriculares de Estágios Supervisionados do Núcleo Comum I, II e III são pré-requisitos para os Estágios Supervisionados Específicos I, II e III.

§ 2º - O estágio supervisionado específico deve propiciar ao estagiário a oportunidade do exercício de habilidades e competências específicas do compromisso social com a educação, com a saúde, com o atendimento psicológico preventivo e interventivo a indivíduos ou grupos.

§ 3º - O estágio supervisionado específico contempla ênfases que norteiam o projeto pedagógico do curso, articulando-se com a estrutura curricular.

§ 4º - As definições das ênfases dos Estágios Supervisionados Específicos, assim como a carga horária de supervisão e de atividade prática, são descritas no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Psicologia.

§ 5º - Os componentes curriculares de Estágio Supervisionado Específico I, II e III serão necessariamente realizados pelos alunos com o mesmo orientador e supervisor de estágio. Ou seja, o aluno não poderá optar por cursar a componente curricular de Estágio Supervisionado Específico II com outro orientador e supervisor diferente daquele que ofereceu a componente curricular de estágio anterior.

Artigo 28 - Quanto aos locais de atuação, os estágios clínicos são realizados na Clínica-Escola-Comunidade. Os demais estágios podem ser realizados em locais que são conveniados com a UFSB ou que venham a sê-lo, obedecendo ao exigido neste regulamento, em conformidade com a legislação de estágio.

Artigo 29 - Todo plano de atividades a ser desenvolvido nas ênfases dos Estágios Supervisionados Específicos, em locais conveniados, deve ser devidamente aprovado pela COES, antes de sua execução.

Artigo 30 - Aplica-se ao estágio não obrigatório, no que couber, as disposições legais e normativas relativas ao estágio obrigatório.

Artigo 31 - O estagiário pode receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória sua concessão, bem como a de auxílio-transporte, na hipótese de estágio não-obrigatório.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Artigo 32 - Todas as atividades, realizadas no Estágio, deverão ser acompanhadas pelos respectivos coordenador, orientadores e supervisores de estágio.

Artigo 33 - O estagiário é aprovado quando cumprir 100% (cem por cento) das horas previstas, das atividades programadas no estágio atingindo os objetivos estabelecidos. Além disso, são condições de aprovação para os Estágios Supervisionados:

§ 1º Comparecer às reuniões designadas para orientação das atividades desenvolvidas e comparecer às atividades propostas, segundo indicações do orientador.

§ 2º Entregar o relatório dentro do prazo estipulado pelo professor orientador.

§ 3º O não cumprimento de quaisquer dos itens mencionados acima acarreta reprovação nos estágios, sendo que não haverá possibilidade de prova substitutiva.

Artigo 34 - Os casos de abandono ou que ultrapassem o prazo do semestre em curso serão considerados como reprovação e o estágio poderá ter continuidade no semestre seguinte, mediante nova matrícula na componente curricular reprovada e, desde que o professor responsável esteja de acordo com o oferecimento da componente curricular de estágio.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Universitário da UFSB, ouvida a Comissão de Estágio Supervisionado no âmbito do Curso de Psicologia, quando for o caso.

Bahia, 7 de maio de 2017.

ANEXO B - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE PSICOLOGIA (UFSB)

CONSIDERAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

A Resolução nº 2 do MEC de 19 de fevereiro de 2002 estabelece a duração e a carga horária dos cursos de graduação, em nível superior, e que define que a atividade de graduação deverá ser precedida da realização de Atividades Complementares da formação acadêmica, no total de 210 (duzentas e dez) horas, sendo obrigatórias para a integração curricular. O presente regulamento coaduna-se com este documento, bem como com a RESOLUÇÃO Nº 16/2015, da UFSB, que Regulamenta Atividades Complementares nos cursos de Primeiro e Segundo Ciclos da Universidade Federal do Sul da Bahia.

SEÇÃO I – DO CONCEITO E PRINCÍPIOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFSB

Art. 1º. Atividades Complementares compreendem participação do/a estudante em atividades artísticas, culturais, esportivas, científicas e de representação estudantil seja na Universidade, na comunidade, em instituições, organizações ou outros espaços, visando à aquisição e/ou produção de conhecimentos e habilidades importantes para o exercício profissional, o voluntariado e a cidadania, e que contribuam para a complementação da sua formação pessoal, social, cultural e acadêmica.

Art. 2º. As Atividades Complementares contemplam as seguintes dimensões:

I. humana: atividades que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e pessoal do/a estudante, ampliando sua consciência reflexiva e cidadã;

II. social: atividades que favoreçam o empreendedorismo socialmente

referenciado, atividades comunitárias, trabalho voluntário na comunidade, em associações de bairros e na Universidade;

III. profissional: atividades que enriqueçam a formação técnico-profissional requeridas pelo curso, área de formação ou área complementar;

IV. acadêmica: atividades científicas, filosóficas, artísticas, culturais ou esportivas que consolidem a formação integral universitária em complemento à formação específica do curso.

V. política estudantil: atividades que envolvam o estudante em temáticas de interesse coletivo relacionadas a representação formal em entidades estudantis e em conselhos, comissões ou congêneres da Universidade.

§ 1º - As informações e critérios sobre carga horária das atividades complementares fica definida no Apêndice A deste regulamento.

Art. 3º. As Atividades Complementares validadas e creditadas pela Universidade devem observar os seguintes critérios:

I. diversidade, atualidade e compromisso social, em conformidade com os referenciais orientadores do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), quando houver;

Parágrafo Único - A participação em Atividades Complementares não justifica a ausência em atividades curriculares do curso.

Art. 4º. Compete ao Colegiado de Curso no qual a/o estudante está matriculado a validação das Atividades Complementares, realizadas dentro ou fora do ambiente acadêmico e de acordo com o PPC.

Parágrafo Único—Após a validação de uma atividade complementar o Colegiado de Curso deve informar a Pró-reitoria de Gestão Acadêmica (Progeac) quantas horas foram validadas para fins de integralização.

Art. 5º Cabe ao Colegiado do Curso:

I. monitorar a realização das Atividades Complementares ao longo do curso, em termos qualitativos e de carga horária;

II. examinar e deliberar pela aprovação de atividades formais, não-formais ou informais apresentadas pelo/a estudante e validadas por seu/sua orientador/a;

III. informar ao/à estudante o quantitativo de horas validado, visando à integralização das Atividades Complementares.

Art. 6º Compete ao/à estudante:

I. encaminhar a documentação comprobatória da Atividade Complementar à Coordenação do Colegiado do Curso;

II. integralizar a carga horária destinada às Atividades Complementares, definida na matriz curricular do PPC, bem como acompanhar as orientações do Colegiado de Curso.

SEÇÃO II – INSTRUÇÕES PARA PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE PSICOLOGIA

Art. 7º. A validação de Atividades Complementares apresentadas pelo/a estudante ao Colegiado ficará condicionada aos seguintes critérios:

I. apresentação de atestado, certificado ou relatório descritivo de participação efetiva em atividade não-formal ou informal, validada por seu/sua orientador/a;

II. o/a estudante deverá participar de atividades variadas, não podendo, sob nenhuma hipótese, preencher toda a carga horária/creditação com um único tipo de atividade.

Art. 8º - NORMAS PARA CÔMPUTO DE HORAS

§ 1º - As solicitações de reconhecimento de ACs devem ser encaminhadas junto à Secretaria Acadêmica quando o aluno estiver cursando o oitavo (8º) e nono (9º) quadrimestres do curso, até a data estipulada pelo Colegiado. A Secretaria Acadêmica remeterá as ACs ao coordenador do curso, que as submeterá para análise ao Colegiado.

§ 2º - O cômputo das horas deve seguir as normas estabelecidas pelo Colegiado do Curso.

§ 3º - Na documentação a ser entregue pelo aluno na secretaria do curso devem constar:

1- Pedido de reconhecimento das atividades desenvolvidas (Apêndice B);

2- Comprovantes das atividades (original e cópia).

§ 4º - A documentação deve ser entregue em período a ser divulgado pela secretaria do Curso. Os comprovantes das atividades devem ser dispostos na mesma seqüência em que aparecem na listagem de atividades.

§ 5º - A listagem de atividades deve ser preenchida conforme o documento-modelo (Apêndice B). Na coluna “Carga Horária Realizada”, o aluno deve elencar a carga horária das atividades que deseja submeter à apreciação. Nos tipos de atividade em que o aluno não tiver atividades a declarar, deve colocar como item único a expressão “Nada a constar”.

§ 6º - Os alunos podem submeter à apreciação do colegiado atividades comprovadas que porventura não estejam explicitadas nos Apêndices, ficando à cargo do colegiado deliberar sobre a validade do documento como atividades complementares, bem como atribuir a carga realizada.

SEÇÃO III - DA COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 9º - Para o registro das Atividades Complementares, o aluno deverá protocolar na Secretaria Acadêmica, nos termos fixados por este regulamento, de acordo com o calendário, a documentação comprobatória.

§ 1º - O aluno será responsável por reunir os documentos comprobatórios das atividades complementares por ele realizadas, através de cópias e apresentação original de acordo com a tabela de cada grupo, junto à Secretaria Acadêmica.

§ 2º - Serão válidos comprovantes desde que em nome do aluno participante. Em hipótese alguma serão aceitos comprovantes em nome de terceiros.

§ 3º - Recebidos os documentos estes deverão ser entregues ao Coordenador do Curso de Psicologia, para apreciação do colegiado.

§ 4º - Para cada atividade será determinado o número de horas a ser creditado conforme documento do Anexo A.

§ 5º - Aprovada a documentação, a Coordenação do Curso de Psicologia deverá acompanhar o lançamento das horas atribuídas às Atividades Complementares no sistema informatizado da UFSB.

§ 6º - Em caso de dúvida sobre a validade de determinado documento, deverá opinar o Coordenador e o Vice-coordenador de Curso

§ 7º - Não sendo aprovada a documentação, dar-se-á ciência ao aluno, por escrito, nos autos.

SEÇÃO IV – DAS DISPOSIÇÕES

Art. 10º - Este regulamento pode ser alterado pelo NDE do Curso de Psicologia, obedecidas as disposições regimentares.

Art. 11º - O presente regulamento passa a ter vigência a partir de sua publicação, estando revogadas demais disposições em contrário.

Art. 12º - Os casos omissos e de adaptação curricular serão resolvidos pelo Colegiado de Curso de Psicologia.

* * *

APÊNDICE A. INFORMAÇÕES E CRITÉRIOS SOBRE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES	DOCUMENTOS	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1. Monitoria reconhecida pela UFSB - 10 h por componente curricular	Certificado ou declaração assinado pelo orientador.	40 h
2. Participação em oficinas de formação profissional - 10h	Declaração assinada pelo orientador responsável pelo processo de formação.	40 h
3. Curso de idiomas externos - 5h por semestre/módulo Informática - 3h por semestre/módulo	Certidão de aprovação no respectivo curso.	25 h
4. Participação em eventos da área ou áreas afins (seminários, congressos, encontros, simpósios, colóquios, reunião científica, semana de estudos): 5h	Certificado de participação, com carga horária especificada.	60 h
5. Participação em cursos de extensão ou mini-cursos na área da Psicologia e/ou em áreas afins – até 10h (conforme carga horária atestada no certificado)	Certificado de conclusão do curso.	40 h
6. Participação de programas de intercâmbio - 10h por mês	Certificado ou declaração emitida pela instituição onde foi realizado o intercâmbio.	30 h

7. Participação em eventos culturais oferecidos pela UFSB ou outras instituições - 3h por evento	Declaração assinada pelo coordenador/ apresentador do evento.	12 h
8. Realização de estágios não obrigatórios em Psicologia (remunerado) - 20h por semestre	Declaração assinada pelo psicólogo da Instituição ou coordenador do estágio.	40 h
9. Cursos à distância - até 10h (conforme carga horária atestada no certificado)	Declaração ou certificado fornecida pelo órgão onde as atividades foram realizadas (Coordenação do curso, Secretaria...).	25 h
10. Participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores - 10h por quadrimestre	Declaração ou certificado fornecida pelo coordenador	50 h
11. Defesas de dissertação de mestrado e tese de doutorado assistidas - 2h	Declaração assinada pelo orientador responsável da defesa assistida.	16 h
12. Participação em órgãos colegiados (diretórios acadêmicos, colegiados de curso ou a nível institucional) - 10h por quadrimestre	Declaração comprobatória dos órgãos colegiados	40 h
13. Participação em projetos (Extensão, PIBIC, PIVIC, PIBIC-AF, PIBID, PET, BAP) – 10h por quadrimestre	Declaração/certificado emitido pela Direção, órgão ou setor competente.	50 h

<p>14. Publicações: - Artigo em periódicos (aceito ou publicado) - <i>50 h</i> - Capítulo de livro - <i>50 h</i> - Trabalho completo em eventos - <i>15 h</i> - Resumo Expandido - <i>10 h</i> - Resumo simples/pôster – <i>5 h</i></p>	<p>Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento e cópia da publicação.</p>	<p>80 h</p>
<p>15. Participação na organização, coordenação ou realização de cursos e/ ou eventos científicos internos ou externos à UFSB, na área do curso - <i>10h por curso/ evento.</i></p>	<p>Declaração assinada pelo coordenador do curso/ evento.</p>	<p>40 h</p>
<p>16. Organização/participação em atividades ligadas à saúde pública, movimentos sociais, políticos e educacionais. (ex:doação de sangue/medula; mutirões de cidadania; controle social; etc.) – <i>2h</i></p>	<p>Declaração assinada pelo organizador do evento.</p>	<p>30 h</p>
<p>17. Resenhas (cinema, filmes, livros, teatro, ópera, museu, etc.) - <i>3h</i></p>	<p>Resenha escrita.</p>	<p>15 h</p>
<p>18. Participação na diretoria da Associação Atlética Acadêmica da UFSB– <i>10h por quadrimestre</i></p>	<p>Declaração assinada pelo presidente da Associação Atlética da UFSB</p>	<p>40h</p>
<p>19. Participação na diretoria de Empresa Júnior – <i>10h por quadrimestre</i></p>	<p>Declaração assinada pelo presidente da Empresa Júnior da UFSB</p>	<p>40h</p>
<p>20. Participação em atividades sociais ou de extensão de grande abrangência e relevância social – <i>10h por quadrimestre ou conforme carga do certificado de participação</i></p>	<p>Declaração do professor orientador ou certificado do coordenador da ação social</p>	<p>60h</p>

APÊNDICE B. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nome do (a) aluno(a): _____ RGA: _____

Solicito ao Colegiado do Curso do Curso de Psicologia a apreciação das atividades comprovadas em anexo como Atividades Complementares para fins de integralização curricular. Segue abaixo quadro sumário dos tipos de atividades realizadas e o número de horas correspondentes:

ATIVIDADES	DOCUMENTOS	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	CARGA HORÁRIA REALIZADA	CARGA HORÁRIA APROVEITADA (para preenchimento do Colegiado)
1. <i>Monitoria reconhecida pela UFSB - 10 h por componente curricular</i>	Certificado ou declaração assinado pelo orientador.			40 h
2. Participação em oficinas de formação profissional - 10h	Declaração assinada pelo orientador responsável pelo processo de formação.			40 h
3. Curso de idiomas externos - 5h por semestre/módulo Informática - 3h por semestre/módulo	Certidão de aprovação no respectivo curso.			25 h
4. Participação em eventos da área ou áreas afins (seminários, congressos, encontros, simpósios, colóquios, reunião científica, semana de estudos): 5h	Certificado de participação, com carga horária especificada.			60 h

<p>5. Participação em cursos de extensão ou mini-cursos na área da Psicologia /ou em áreas afins – até 10h (conforme carga horária atestada no certificado)</p>	<p>Certificado de conclusão do curso.</p>	<p>40 h</p>
<p>6. Participação de programas de intercâmbio - 10h por mês</p>	<p>Certificado ou declaração emitida pela instituição onde foi realizado o intercâmbio.</p>	<p>30 h</p>
<p>7. Participação em eventos culturais oferecidos pela UFSB ou outras instituições - 3h por evento</p>	<p>Declaração assinada pelo coordenador/ apresentador do evento.</p>	<p>12 h</p>
<p>8. Realização de estágios não obrigatórios em Psicologia (remunerado) - 20h por semestre</p>	<p>Declaração assinada pelo psicólogo da Instituição ou coordenador do estágio.</p>	<p>40 h</p>
<p>9. Cursos à distância - até 10h (conforme carga horária atestada no certificado)</p>	<p>Declaração ou certificado fornecida pelo órgão onde as atividades foram realizadas (Coordenação do curso, Secretaria...).</p>	<p>25 h</p>
<p>10. Participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores - 10h por quadrimestre</p>	<p>Declaração ou certificado fornecida pelo coordenador</p>	<p>50 h</p>
<p>11. Defesas de dissertação de mestrado e tese de doutorado assistidas - 2h</p>	<p>Declaração assinada pelo orientador responsável da defesa assistida.</p>	<p>16 h</p>

<p>12. Participação em órgãos colegiados (diretórios acadêmicos, colegiados de curso ou a nível institucional) - 10h por quadrimestre</p>	<p>Declaração comprobatória dos órgãos colegiados</p>	<p>40 h</p>
<p>13. Participação em projetos (Extensão, PIBIC, PIVIC, PIBIC-AF, PIBID, PET, BAP) – 10h por quadrimestre</p>	<p>Declaração/certificado emitido pela Direção, órgão ou setor competente.</p>	<p>50 h</p>
<p>14. Publicações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artigo em periódicos (aceito ou publicado) - 50 h - Capítulo de livro - 50 h - Trabalho completo em eventos - 15 h - Resumo Expandido - 10 h - Resumo simples/pôster – 5 h 	<p>Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento e cópia da publicação.</p>	<p>80 h</p>
<p>15. Participação na organização, coordenação ou realização de cursos e/ ou eventos científicos internos ou externos à UFSB, na área do curso - 10h por curso/ evento.</p>	<p>Declaração assinada pelo coordenador do curso/ evento.</p>	<p>40 h</p>

<p>16. Organização/participação em atividades ligadas à saúde pública, movimentos sociais, políticos e educacionais. (ex:doação de sangue/medula; mutirões de cidadania; controle social; etc.) – 2h</p>	<p>Declaração assinada pelo organizador do evento.</p>	<p>30 h</p>
<p>17. Resenhas (cinema, filmes, livros, teatro, ópera, museu, etc.) - 3h</p>	<p>Resenha escrita.</p>	<p>15 h</p>
<p>18. Participação na diretoria da Associação Atlética Acadêmica da UFSB– 10h por quadrimestre</p>	<p>Declaração assinada pelo presidente da Associação Atlética da UFSB.</p>	<p>40h</p>
<p>19. Participação na diretoria de Empresa Júnior – 10h por quadrimestre</p>	<p>Declaração assinada pelo presidente da Empresa da UFSB.</p>	<p>40h</p>
<p>20. Participação em atividades sociais ou de extensão de grande abrangência e relevância social – 10h por quadrimestre ou conforme carga do certificado de participação</p>	<p>Declaração do professor orientador ou certificado do coordenador da ação social.</p>	<p>60h</p>